

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
NIDES – NÚCLEO INTERDISCIPLINAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGTDS
MESTRADO PROFISSIONAL EM TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

MARCOS RODRIGO MACIEL FERREIRA

BANCO COMUNITÁRIO NO PREVENTÓRIO: UMA EXPERIÊNCIA DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA.

RIO DE JANEIRO

2018

MARCOS RODRIGO MACIEL FERREIRA

**BANCO COMUNITÁRIO NO PREVENTÓRIO: UMA EXPERIÊNCIA DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA.**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social vinculado ao Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIDES/UFRJ). Área de concentração: Gestão Participativa.

ORIENTADOR: Professor Dr. Ricardo Ferreira de Mello

Rio de Janeiro

2018

CIP - Catalogação na Publicação

M383b Maciel Ferreira , Marcos Rodrigo
 Banco Comunitário do Preventório: uma experiência
de Economia Solidária / Marcos Rodrigo Maciel
Ferreira . -- Rio de Janeiro, 2018.
 120 f.

 Orientador: Ricardo Ferreira de Mello.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Núcleo Interdisciplinar para o
Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação em
Tecnologia para o Desenvolvimento Social, 2018.

 1. Bancos Comunitários de Desenvolvimento . 2.
Desenvolvimento Local . 3. Morro do Preventório. 4.
Economia Solidária . I. Mello, Ricardo Ferreira de,
orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

MARCOS RODRIGO MACIEL FERREIRA

Banco Comunitário no Preventório: uma experiência de Economia Solidária.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Tecnologia para o Desenvolvimento Social, PPGTDS, do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Aprovada em 10 de outubro de 2018

Banca Examinadora

Prof. Dr. **Ricardo Ferreira de Mello** (orientador) - PPGTDS/UFRJ

Prof^ª. Dr^a. Luciana Correia Lago - PPGTDS/UFRJ

Prof^ª. Dr^a. Ludmila Rodrigues Antunes - UFF

Prof^ª. Dr^a. Raquel Barbosa Moratori - UNIRIO/FIOCRUZ

Rio de Janeiro
Outubro, 2018

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus pais pelo apoio e carinho, em especial minha mãe, Domingas, que sempre cuidou para que eu e meu irmão Ismael estivéssemos estudando. Ela é uma mãe zelosa que, por vezes, deixa sua vida de lado pelo amor aos seus filhos. A meu pai, Antônio, todo meu carinho e respeito por também estar sempre acreditando nas minhas ideias e ideais, muitas vezes utópicos. Ao meu único irmão, Ismael e minha cunhada, Janaina, meu agradecimento pela paciência em entender essa fase onde tanto nos isolamos da família e em razão disso fiquei distante de meus sobrinhos Juliana, filha de meu irmão, e Ian, filho de minha irmã Cristiane com o querido Allan, a quem também me desculpo.

Ainda em primeiríssimo lugar, quero agradecer e dedicar esse trabalho a Ana Paula, minha paixão, pois ela foi inspiração e suporte constante para que ele se materializasse. Nossas conversas e debates foram fundamentais para que despertasse em mim o interesse em estudar e pesquisar, além de podermos contar um com o outro para superar várias dificuldades que passamos durante o período que estive no mestrado.

Dedico este trabalho ao morro do Preventório, lugar onde experimentei sentimentos que não cabem num texto, muitas vivências e um sentimento de pertencimento que não encontro em outro lugar. Lá conheci pessoas muito importantes para esta pesquisa e para a vida, sendo elas, Sônia Rodrigues, Maria Hosana, Dona Graça, Pastor Juarez, Márcia Guedes e Sônia Faria (*in memoriam*), porque juntos construímos o Banco Comunitário do Preventório e muitos outros sonhos de um mundo melhor. Todos foram importantes para o que sou hoje.

Dedico também essa pesquisa a Professora Bárbara França. Foi com ela que conheci um pouco da ideia do que seria a economia solidária e meu primeiro contato com o assunto e sobre o que seria um Banco Comunitário. Ela também me apresentou jovens que marcaram minha vida: Érica, Rafaelle, Ícaro e Mariana, extensionistas na criação do Banco, mas também amigos para sempre.

Ao Joaquim Melo, todo meu carinho e reconhecimento, pois também inspirou esse trabalho pela força do exemplo e da dedicação em incentivar a organização das comunidades em todo o Brasil.

Duas pessoas muito importantes, a quem agradeço e entrego este trabalho, foram o Sidney Lianza, meu primeiro orientador, mais conhecido como “Mestre”, que iniciou esse debate comigo e me mostrou os primeiros passos, e o querido Ricardo Mello, que seguiu o trabalho de orientação com carinho e atenção. Sou muito grato por essa experiência, vocês são ótimos mestres.

Agradeço ao Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES) pelo acolhimento deste estudante e louvo a iniciativa dos professores Flávio Chedid, Felipe Addor, Celso Avelar, Michel Thiollent, Luiz Rolim, Walter Suemitsu e outros, que lutaram pela criação deste espaço de resistência e reflexão dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Meu profundo respeito e admiração pela coragem em realizar tal feito neste período de ameaças à democracia e falta dela.

Agradeço aos companheiros de luta, sonhos e pesquisa que muito me incentivaram a estudar e praticar, pois não existe mudança sem ação, Val Carvalho, Luiz Arthur, Fernando Severo, Ludmila Antunes, Raquel Moratori, Luis Fernando Valverde, Haroldo Filho, Antônio Oscar, Anderson Oriente, Shirley Torquato, Elaine Araújo, Sérgio Castilho, Fernando Valverde, Clarice Manhã, Tiago Catique, Alexandra Anastácio, Helena Pessoa, Waldeck Carneiro e Leonardo Giordano.

Agradeço a todos amigos e familiares que estiveram comigo neste período, apoiando e compreendendo as ausências e compartilhando experiências. Não é possível citar um a um, mas vocês são muitos importantes e tenho total gratidão.

Por fim, muito obrigado a tod@s!

RESUMO

FERREIRA, Marcos Rodrigo Maciel. **Banco Comunitário no Preventório: uma experiência de Economia Solidária.** Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) - Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

A presente pesquisa tem como objetivo realizar um estudo de caso sobre contribuição do Banco Comunitário do Preventório, Niterói, Rio de Janeiro, para o desenvolvimento local. Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) são organizações de finanças solidárias que atuam em territórios socioeconomicamente vulneráveis, com objetivo de dinamizar as economias locais e fortalecer a organização comunitária a partir da oferta de serviços financeiros, como microcrédito, além de serviços bancários e assessoria aos empreendimentos, entre outras ações. Ao longo de duas décadas, surgiram uma centena de BCDs nas diversas regiões do país, que se organizaram na Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Estas experiências se baseiam na metodologia desenvolvida pelo Banco Palmas, em Fortaleza, Ceará, o qual se tornou referência em âmbito nacional e internacional, são parte integrante do segmento chamado finanças solidárias. Escolhemos como método de pesquisa científica o estudo de caso. Fizemos isso porque estudamos uma experiência que se desenvolve na comunidade do Preventório, uma organização comunitária chamada Banco do Preventório, que atua com desenvolvimento local. Trata-se de uma organização em pleno funcionamento, onde se pode estabelecer uma estrutura de discussão, mas não se pode fazer um isolamento e um controle laboratorial, pois a pesquisa se dá em um contexto social, cultural e político em movimento. Assim, o foco deste trabalho é entender o processo de implantação e o desenvolvimento das atividades do BCD Preventório, e as especificidades do Banco na sua relação com o território para, desta forma, compreender principalmente a contribuição da organização para o desenvolvimento local. Ao final, concluímos que o Banco contribuiu para o desenvolvimento local e identificamos processos diversos que levaram a isso. Todavia, o desenvolvimento que o Banco gerou esteve relacionado à cidadania. Ainda que o Banco tenha buscado o desenvolvimento a partir dos serviços financeiros (microcréditos, moedas sociais e outros), foi preponderante sua ação de mobilização de atores locais que, juntos, realizaram diversos projetos e ações, envolvendo a sociedade civil, o mercado e o poder público, inclusive.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Finanças Solidárias. Banco Comunitário de Desenvolvimento. Morro do Preventório. Economia Solidária.

ABSTRACT

FERREIRA, Marcos Rodrigo Maciel. **Banco Comunitário no Preventório: uma experiência de Economia Solidária.** Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) - Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

This article offers a study about the contribution of the Community Bank of Preventório, in Niterói, Rio de Janeiro, for local development. Community Development Banks (BCDs) are organizations of solidary finance that operate in territories with socioeconomic vulnerabilities, with the mission to organize the local economy and to strengthen the community organization through the provision of financial services, such as microcredit, as well as banking and advisory services to enterprises, among other actions. In two decades, about one hundred BCDs were opened in several places in the country, those were organized in the Brazilian Network of Community Banks. These experiences are based on the methodology of Palmas's Bank, in Fortaleza, Ceará, which nationally and internationally are an integral part of the segment called solidary finance. We chose as method of scientific research the study case. We did this because we are studying an experience that develops in the Preventório Community, a community association called Banco do Preventório, which works on the local development. It's an organization in full operation, where a structure of discussion can be regulated, but isolation and laboratory control can not be done. It's a research about social, cultural and political context in movement. The focus of this study is to understand the implementation process and the development of BCD of Preventório's activities, and specificities of the Bank in relation with the territory in order to understand the organization's contribution to local development. Finally, we conclude that the Bank contributed to local development and we identified several processes that led to this. However, the development that the Bank generated was related to the citizenship. Although the Bank has sought development from financial services (microcredits, social money, etc), it was important the action to mobilize local factors, that worked together in various projects and actions, as civil society, the local market and public power, including.

Keywords: Local Development. Solidary finance. Community Development Banks. Preventório Hill. Solidarity Economy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	METODOLOGIA	21
3	REFERENCIAL TEÓRICO	30
3.1	Bancos Comunitários de Desenvolvimento e suas práticas	30
3.2	As moedas sociais - um sistema circulante local.....	32
3.3	Microcrédito para os mais pobres	39
4	O DESENVOLVIMENTO DO BANCO DO PREVENTÓRIO EM TRÊS MOMENTOS	47
4.1	A ideia de um Banco no morro do Preventório.....	50
4.2	Funcionamento do Banco e assessoria da Incubadora	60
4.3	Caminhando contra o vento.....	64
5	BANCO DO PREVENTÓRIO - SERVIÇOS E PROJETOS	73
6	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E RESULTADOS ALCANÇADOS	82
6.1	RESULTADOS ALCANÇADOS	101
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Passos para criação do Banco do Preventório	55
Tabela 2 – Microcrédito produtivo: quantidade e valor	74
Tabela 3 - Microcrédito produtivo: inadimplência	75
Tabela 4 – Microcrédito para o consumo: inadimplência	76
Tabela 5 – Projetos realizados	81
Tabela 6 – Roteiro para usuários	84
Tabela 7 – Roteiro para gestores e assessores	85
Tabela 8 – Perfil dos assessores e gestores.....	86

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Moeda social Prevê.	34
Figura 2: Prestador de serviço local tomador de microcrédito produtivo	41
Figura 3: Mapa visto pelo Google indicando a ligação de Charitas pelo Túnel até o Cafubá.	47
Figura 4: Morro do Preventório visto de cima pelo Google.....	48
Figura 5: Cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro.....	50
Figura 6: Abertura de contas poupanças.....	78
Figura 7: Quantidade transações.....	78
Figura 8: Percentual e tipos de transações.....	79
Figura 9: Fundadores do Banco, da esquerda para direita, Sônia, Márcia, Hosana, Graça e Sônia Faria (<i>in memoriam</i>)	101

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Enel - Concessionária de Energia Elétrica

UFF - Universidade Federal Fluminense

IEES/UFF - Incubadora de Empreendimentos em Economia Solidária da Universidade Federal Fluminense

BCD - Banco Comunitário de Desenvolvimento

RBBC - Rede Brasileira de Bancos Comunitários

Rede - Rede Brasileira de Bancos Comunitários

Rede Brasileira - Rede Brasileira de Bancos Comunitários

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

ES - Economia Solidária

Ecosol - Economia Solidária

UPP - Unidades de Polícia Pacificadora

Incubadora - Incubadora de Empreendimentos em Economia Solidária da Universidade Federal Fluminense

Banco - Banco Comunitário do Preventório

Banco Preventório - Banco Comunitário do Preventório

Bancos - Bancos Comunitários de Desenvolvimento

AMCP - Associação de Moradores do Conjunto Palmeira

PROEX-UFF - Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

CEF - Caixa Econômica Federal

Caixa - Caixa Econômica Federal

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social

GTI - Grupo de Trabalho de Interministerial

PNMPO - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

SMCs - Sociedades de Microcrédito Empreendedor

ONG - Organização Não Governamental

NIDES - Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES)

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

MAP - Mulheres Artesãs do Preventório

AFFA - Associação Fluminense das Famílias Agroecológicas

CAC - Comitê de Aprovação do Crédito

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

1 INTRODUÇÃO

Ainda busco entender o que me levou à militância política desde a adolescência e como esse percurso me conduziu até a ser um dos fundadores de um Banco Comunitário na comunidade do Preventório, em Niterói, Rio de Janeiro, e estar escrevendo sobre ele na construção de uma dissertação de mestrado. Nesse momento, já se passaram cerca de duas décadas desde a minha primeira atuação em militância e ações comunitárias. Neste período, percebi alguns sentimentos que me envolveram na luta política. Sentia uma inquietação forte por ver muitas injustiças sociais e uma grande vontade de reagir contra as mesmas. Ainda jovem, não entendia os processos políticos (e ainda tem muita coisa que não entendo), porém essa vontade de transformar a minha vida e a dos meus próximos era muito forte.

Passei dificuldades por ser de uma família simples. Meus pais são dois nordestinos que vieram ao Rio de Janeiro tentar a vida com esperança, mas sem a certeza do que poderia acontecer, com quase nenhum estudo, mas com muita vontade. O exemplo deles sempre me revigorou toda vez que pensei em desistir. Inclusive quando comecei o mestrado também pensei sobre isso, todavia sempre conversamos que as dificuldades eram frutos da sociedade e minha mãe sempre alertou que era preciso estudar e me preparar, ainda que não entendesse para quê.

Nunca fui um aluno “CDF”, porém via sentido em aprender, o que muitos amigos meus não viram; quase parei, quase não terminei a faculdade, sempre tive problemas, porém seguia. Como todo brasileiro sem dinheiro, precisava trabalhar desde cedo, no início com meus pais e depois em empresas, contudo não concordava com a condução dos trabalhos nas empresas e me sentia preso e não contribuindo para a sociedade, por isso busquei outros caminhos.

Mesmo sem uma “formação política”, experimentei muitos ativismos. Comecei apoiando projetos sociais ainda no ensino fundamental, que eram gincanas que arrecadam alimentos para famílias empobrecidas da cidade. Depois disso, coordenei lutas estudantis no grêmio da Escola Estadual Liceu Nilo Peçanha, importante escola do ensino médio público de Niterói. Tive uma pequena formação e passagem na Igreja Católica. Em seguida participei, sendo monitor, do Projeto Jovens Pela Paz, que era uma política pública do governo estadual. Mais tarde, me envolvi com organização partidária e, posteriormente, segui me estabelecendo na comunidade do Preventório.

Participar sempre foi algo que deu sentido à minha vida, isso foi a principal razão para continuar apoiando possíveis transformações na sociedade que tornem a vida das pessoas melhor. A participação gerou trabalho, ainda que com pouca renda, incertos e precários, pois a

maioria eram projetos de curto período, porém mais próximo do que acreditava ter sentido para a vida.

Em 2006 me envolvi, paralelamente às outras atividades militantes, com o movimento de Economia Solidária através do recém-criado Fórum de Economia Solidária de Niterói¹. Neste movimento, experimentei uma nova² proposta de projeto político e neste contexto me encontrei, lancei âncoras ali no emaranhado de lutas sociais daquele momento. A partir de 2010, minha militância estava dividida principalmente em lutas comunitárias no morro do Preventório e o movimento de economia solidária. Neste percurso, fui adquirindo maturidade e acrescentando conhecimentos teóricos, os quais não tive no início desta jornada e que hoje são importantes e conduzem minha forma de agir e pesquisar. Havia muita ação e inspiração, mas sem a profundidade que aprendemos ser necessária.

No mesmo ano reencontrei a professora Bárbara França³, coordenadora da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal Fluminense (IEES - UFF), em um congresso de Economia Solidária e Comércio Justo, e a mesma disse que tinha projetos a serem desenvolvidos em Niterói e me falou da proposta de um Banco Comunitário. Lembro que achei muito interessante a proposta, mas que precisaríamos envolver outros atores da comunidade. Naquele momento, estávamos terminando um projeto de governo⁴ e não sabíamos se iria ser renovado; talvez sem pensar muito, posso ter visto ali a possibilidade de continuar alguns sonhos que ainda não estavam concretizados. Era algo novo, um projeto que não era de governo, que não estava apoiado e nem próximo a um partido ou político, que tinha como apoiador a universidade e que dependia do entendimento e articulação dos próprios moradores. Isso era muito positivo.

Pessoalmente, acredito que estar engajado em algo que concretamente poderia mudar a realidade da comunidade é algo muito interessante e, como já conhecia a professora Bárbara França, isso me deu confiança. O projeto do Banco era inspirador. Outra coisa que mexe comigo é o desafio, todavia lembro, ainda que vagamente, que havia uma necessidade de afirmação minha na comunidade como líder. Sei que isso é importante, ser referência em nossa comunidade. Até aquele momento tinha participado de projetos, monitorando e coordenando,

¹ Neste período, com apoio de outros militantes, foi reorganizado o Fórum de Economia Solidária de Niterói.

² A novidade era encontrar uma forma de organização política que na minha visão se aproximava de uma possibilidade socialista.

³ No ano de 2008 tinha feito um curso de extensão em Economia Solidária coordenado pela Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal Fluminense.

⁴ Projeto Mulheres da Paz e Proteção – políticas públicas de segurança com cidadania com recursos do PRONASCI.

mas nada tão desafiador como construir uma organização na minha própria comunidade. Acredito que juntou um pouco de utopia com necessidade de autorrealização, motivando meu engajamento na criação do Banco.

Sobre a comunidade, observo que os diversos problemas sociais existentes poderiam ter soluções organizadas a partir das pessoas, e é muito difícil que algo se materialize numa comunidade e torne-se duradouro sem que a iniciativa seja da própria comunidade; ainda que todas as dificuldades impostas pelo sistema desemboquem aos “pés do morro”, estamos sempre buscando superar essa sina. Sobre isso, percebo que é fundamental a organização comunitária para o desenvolvimento local.

Entre todas as experiências de militância que tive, a mais importante e duradoura é o Banco Comunitário do Preventório. Já são mais de 7 anos. É sobre ele que escrevemos nesta dissertação de mestrado e a importância que o Banco tem para a comunidade, como uma experiência de economia solidária, sendo uma ação de desenvolvimento local e de finanças solidárias.

Escrever sobre o Banco é revelar e refletir ao mesmo tempo. Revelar os pontos de vista sobre essa experiência e como ela se constituiu, e refletir sobre o passado, o presente e o futuro dessa organização. Esse processo, naturalmente, é uma avaliação; aqui foram colocadas opiniões sobre o mesmo, realizando uma crítica e a autocrítica, não sendo possível separar as duas coisas. Ainda assim, tivemos o cuidado com o rigor que o método de pesquisa necessita e o afastamento necessário.

Revisitar a experiência também vivida é aprender ainda mais para poder contribuir muito além do que foi possível até agora; é manter viva essa organização que é feita por pessoas admiráveis. Conhecer melhor é muito importante para reproduzir e sistematizar todo o aprendizado e criar novas iniciativas.

Considero que existe uma vontade grande de continuar desenvolvendo a experiência do Banco Comunitário do Preventório mas, para que isso aconteça, é necessário estudar mais sobre todas as questões que envolvem a organização de Banco, a economia solidária, assim como sobre desenvolvimento local. Essa dissertação pretende contribuir para ampliar a discussão sobre o tema.

Por fim, afirmo que estar escrevendo e pesquisando é fruto desse meu envolvimento com o Banco. Tentamos aqui compreender a contribuição do Banco para o desenvolvimento local do Preventório; muitas outras observações foram feitas durante esse percurso, aprendi

muito e mudei muito minha forma de ver as coisas. A partir desse estudo novas práticas surgiram na minha vida. Espero poder continuar escrevendo mais sobre o Banco no futuro.

Percurso inicial do Banco do Preventório

O Banco Comunitário do Preventório é, sobretudo, uma organização de moradores que, de alguma forma, tenta melhorar a vida das pessoas e cuidar da comunidade. Esse cuidado é um ato político, porque o cuidado com qualquer coisa é uma decisão política; não cuidar também é, bem como o modo como realizamos o cuidado (VASCONCELLOS, 2017).

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), segundo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários⁵ (2007): “são serviços financeiros em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda numa perspectiva de organização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária”. Os BCDs são uma experiência originária da comunidade e, neste texto, buscamos mostrar o que seria essa originalidade e sua importância e, além disso, a relevante contribuição para construir possibilidades de outro sistema econômico que seria solidário.

Os BCDs formam um importante instrumento na busca de uma solução dos dois problemas: o acesso a financiamento e o apoio ao desenvolvimento de práticas de economia solidária que criam laços de confiança mútua (SINGER, 2013). Apresentamos, para isso, elementos teóricos e conceituais de sua experiência e definição, para entender como os Bancos Comunitários pretendem fazer essa “outra economia acontecer”, e procuramos descrever seus principais instrumentos, como é o uso deles, que são: o microcrédito e as moedas sociais.

Sobre o microcrédito, descrevemos aspectos históricos de sua experiência que vem de trajetórias de insucesso até a experiência do Banco Grameen⁶ (*Grameen Bank*, em inglês) que criou um novo paradigma através de novas tecnologias, como o aval solidário, onde um grupo de pessoas é responsável moralmente pelo crédito tomado por um dos participantes do grupo. Identificou-se que, para esse estudo, é muito importante entender, precisamente, o que é microcrédito e a metodologia de sua aplicação nos BCDs, que apresenta dois aspectos que pretende se diferenciar de outras experiências, que são: as relações de proximidade e com o território.

⁵ Rede que articula organizações, em todo o país, que desenvolvem Bancos Comunitários e/ou pesquisam sobre.

⁶ O Grameen Bank é o primeiro banco do mundo especializado em microcrédito, criado por Muhammad Yunus em Bangladesh, em 1976.

Outro instrumento, a moeda social, quase sempre, é uma referência cultural e identitária. As comunidades buscam símbolos para representa-las nas moedas que são impressas em papel especial. Tais ícones do território são moradores que tiveram destaques, animais e outros. Seu objetivo é manter a renda circulando em uma área previamente definida e redistribuindo-se, bem como gerar mais riqueza e combatendo a pobreza. Destaca-se que, atualmente, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários tem orientado para uso de moedas sociais eletrônicas por meio de plataformas virtuais⁷ de meios de pagamentos e recebimentos, sendo isso uma aplicação de uma tecnologia contemporânea.

O Banco Comunitário do Preventório foi inaugurado⁸ em setembro de 2011. Em sua organização, recebeu assessoria da Incubadora de Empreendimentos em Economia Solidária da Universidade Federal Fluminense (IEES/UFF)⁹. A criação do Banco fazia parte de um projeto de extensão universitária que tinha também como objetivo a constituição de mais um Banco Comunitário – o de Saracuruna (Parque Esperança, Caxias, Rio de Janeiro). Os recursos do projeto tinham origem numa parceria com a concessionária de energia elétrica Enel¹⁰, que convidou a incubadora para criar dois BCDs, como projeto de responsabilidade socioambiental.

O percurso de criação do banco comunitário do Preventório reúne atores e interesses diversos de forma originária. A IEES/UFF, que já atuava com economia solidária e tinha vontade de desenvolver projetos de finanças solidárias, a Enel, que no seu projeto interno Inova¹¹ identificou a possibilidade de apoiar a constituição de um empreendimento de microcrédito acompanhado de uma ação para facilitar seus clientes no pagamento de suas contas, e um grupo de moradores da localidade com vontade de empreender mudanças sociais com um pequeno conhecimento e militância na economia solidária e liderança na comunidade (FRANÇA, 2013).

A indicação das comunidades onde seriam desenvolvidos os projetos partiu da empresa em conjunto com a universidade, todavia considerou-se os projetos de responsabilidade social já desenvolvidos pela Enel no Preventório e em Saracuruna. Ainda que se tenha escolhido, como se diz, “de cima para baixo”, a criação e a manutenção de um Banco Comunitário somente

⁷ A Rede vem utilizando uma plataforma chamada de E-dinheiro, que pretende fazer diversas operações bancárias, sendo as principais pagamentos e recebimentos, muitas delas sem custo para o morador usuário.

⁸ O Banco na sua formação levou cerca de seis meses de reuniões com a comunidade.

⁹ Órgão da Universidade federal responsável pela assessoria para criação dos Bancos do Preventório e de Saracuruna, formada por professores e alunos que tinham experiência no desenvolvimento de projetos de economia solidária.

¹⁰ Concessionária do ramo de energia elétrica com atuação nacional e internacional que apoiou a criação dos Bancos. Era chamada de Ampla, porém mudou seu nome para Enel.

¹¹ Projeto que pensa inovações para atuação da própria empresa (FRANÇA, 2013).

é possível com o engajamento da comunidade (FRANÇA, 2013). Sobre isso, a Incubadora procurou envolver as principais lideranças comunitárias para que a decisão de criar ou não tivesse a legitimidade necessária para tamanha empreitada. Tomada a decisão de criar o Banco, em setembro de 2011 foi inaugurado e, de lá para cá, o empreendimento desenvolveu, além de suas atividades principais - que são o microcrédito, a circulação da moeda social, serviços de inclusão financeira – muitos outros projetos. Essa pesquisa alcança importância porque analisa uma prática que acontece com todas as contradições, dificuldades e fragilidades, associadas à mesma.

Por fim, procuramos aqui apresentar um breve contexto da pesquisa, possibilitando entender como foi tecido o trabalho; abaixo segue um guia de leitura com apresentação dos capítulos da dissertação.

O primeiro capítulo é composto por esta introdução; nele apresentamos as motivações que impulsionaram o desenvolvimento da pesquisa, o percurso inicial, apresentando o contexto em que está inserido o Banco, bem como referências iniciais sobre BCDs, microcrédito e moeda sociais. O segundo capítulo é a metodologia; nele demonstramos porquê escolhemos o estudo de caso e como realizamos a pesquisa. O capítulo terceiro é o referencial teórico, onde buscamos analisar grandes campos temáticos que estão diretamente relacionados ao desenvolvimento da pesquisa, sendo eles, estudos sobre Bancos Comunitários de Desenvolvimento, moedas sociais, microcrédito e desenvolvimento local. Percebemos, desde o início da pesquisa, que era muito relevante o aprofundamento teórico sobre os assuntos acima elencados para subsidiar a própria pesquisa.

O quarto capítulo abordou sobre as fases que passou a organização; o Banco está entre o sétimo e oitavo ano de existência. Procurou-se dividir em períodos que facilitassem a análise dos processos e, desta forma, criamos as seguintes categorias: antes da inauguração do Banco, que inicia-se desde as primeiras conversas até setembro de 2011; da inauguração até o fim da assessoria de IEES/UFF, que finaliza em dezembro de 2012, e do fim da assessoria até o ano de 2016, onde se encerra o período de apoio da política pública federal promovida pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)¹².

O quinto capítulo apresenta o funcionamento do Banco e traz informações sobre os serviços financeiros e projetos desenvolvidos; boa parte dos projetos são correlacionados com a finalidade de criar processos de desenvolvimento local. O sexto capítulo é a análise das

¹² Órgão do governo federal com status de ministério que foi coordenado pelo Prof. Paul Singer até 2016.

entrevistas; nela encontramos as opiniões dos gestores, assessores e usuários sobre o Banco; e os resultados que a pesquisa alcançou. O sétimo capítulo é as considerações finais sobre a pesquisa.

2 METODOLOGIA

O Banco completa, no mês de setembro de 2018, 7 anos desde sua inauguração. É uma experiência que iniciou no ano de 2010, tendo já uma longa duração e observamos, já nos estudos iniciais da pesquisa, elementos que demonstraram a importância de investigar o funcionamento deste tipo de empreendimento, que se autodefine como participante do movimento de economia solidária, no segmento de finanças solidárias, e possui instrumentos para o desenvolvimento local como, por exemplo, o microcrédito e as moedas sociais, bem como outros.

Notamos que as pesquisas, via de regra, buscam encontrar um objeto, um fenômeno, um grupo, um processo, entre outros, para investigar e, a partir de um problema de pesquisa definido e de uma metodologia apropriada, tentam encontrar evidências e conclusões importantes que resultem na ampliação do conhecimento científico.

Buscamos nesta dissertação investigar a contribuição do Banco para o desenvolvimento local do Preventório e definimos como objetivo geral entender o processo de implantação e o desenvolvimento das atividades do BCD Preventório e as especificidades do Banco na sua relação com o território para, desta forma, compreender principalmente a contribuição da organização para o desenvolvimento local; analisando suas atividades e formas de intervenção para o desenvolvimento da comunidade, considerando o olhar da pessoas envolvidas na gestão e os usuários dos serviços dos Banco.

Para além do objetivo geral existem questões específicas que pretendemos investigar, conforme descrevemos abaixo: Entender conceitos importantes para o contexto da experiência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, sendo eles: microcrédito, moedas sociais, finanças solidárias e desenvolvimento local, revisando a literatura sobre estes temas; Assimilar e identificar especificidades da experiência do BCD Preventório como, por exemplo, o financiamento privado, e outras que forem descobertas, verificando como as mesmas são percebidas pelas pessoas envolvidas no empreendimento, que podem ser gestores, assessores e usuários; Discutir e refletir sobre os resultados do BCD Preventório para a “bancarização” e inclusão financeira das populações socioeconomicamente vulneráveis, buscando compreender o funcionamento do mesmo, no que se refere aos serviços que o Banco oferece para a comunidade. Como esses serviços são executados? Qual o público atendido? Qual a importância do mesmo na visão dos moradores da comunidade? Como os trabalhadores entendem o trabalho do Banco? Essas e outras questões buscaram entender que resultados o

Banco atinge; Investigar quais tipos de processos de desenvolvimento local possuem conexões com as atividades do Banco, sendo criados ou impulsionados pelo mesmo. Buscando responder às seguintes questões: Qual o impacto das ações do Banco para o desenvolvimento local? Qual o papel do empreendimento para a comunidade? Quais as dificuldades encontradas na realização de ações para o desenvolvimento local no território do Preventório? Quais fragilidades o empreendimento apresenta que desconstrói seu potencial de atuação nas mediações no território?

Examinamos para essa pesquisa um período que se inicia em 2010 até 2016, ainda que as experiências brasileiras de BCDs tenham cerca de 2 (duas) décadas e as referências de microcrédito consideradas aqui tenham cerca de 4 (quatro) décadas. Esse recorte temporal, além do objetivo geral e os específicos, foi relevante para o desenvolvimento dessa pesquisa.

A compreensão que se alcançou nesta pesquisa é resultado do emprego da metodologia de estudo de caso, concluiu-se que: “os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (YIN, 2005, p. 19).

A metodologia de estudo de caso tende esclarecer uma decisão ou várias decisões. Para isso, é preciso rigor na aplicação do método de estudo de caso e atenção às proposições teóricas que irão guiar a coleta e análise dos dados. Pressupomos que o BCD preventório contribuiu para o desenvolvimento local, porém não está claro qual o tipo da contribuição, porquê contribuiu, como foi o processo que permitiu essa contribuição e qual o resultado dessa contribuição, e que tipo desenvolvimento é esse.

Por fim, concluímos como necessário para verificar as questões levantadas pela pesquisa que era importante uma revisão bibliográfica, feita no capítulo 3, por meio de consultas à literatura que trata de finanças solidárias, microcrédito, moedas sociais e desenvolvimento local. Realizamos uma pesquisa de campo na qual aplicamos entrevistas com roteiro semiestruturado, com vistas a auferir compreensões e perspectivas diferenciadas das 3 categorias criadas para essa pesquisa.

Estudo de caso sobre a contribuição do Banco Comunitário para o desenvolvimento local do morro do Preventório, Niterói, Rio de Janeiro.

Escolhemos como método de pesquisa científica o estudo de caso; fizemos isso porque estudamos uma experiência que se desenvolve na comunidade do Preventório, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, uma organização comunitária chamada Banco Comunitário do Preventório, que atua com desenvolvimento local. Trata-se de uma organização em pleno funcionamento, onde se pode estabelecer uma estrutura de discussão, mas não se pode fazer um isolamento e um controle laboratorial, pois a pesquisa se dá num contexto social, cultural e político em movimento.

A ideia é trazer uma interpretação que pode não estar completa ou acabada, porque estamos analisando os ciclos, a organização, os processos, as pessoas e as mudanças possíveis. Ao mesmo tempo, estamos fazendo uma descrição histórica exploratória de uma organização comunitária que neste ano completa 7 anos ¹³.

Nossa pesquisa está classificada dentro do campo das ciências sociais, onde é muito utilizado o método de estudo de caso, porque o mesmo permite preservar as características do todo e o significado dos eventos da vida real (YIN, 2005).

Durante a reflexão do mestrado, definimos como objetivo geral a busca por entender o processo de implantação e o desenvolvimento das atividades do BCD Preventório e as especificidades do Banco na sua relação com o território, sua atuação e contribuição para o desenvolvimento local e, em caso afirmativo, de que maneira isso se deu. Sobre isso, definiu-se que o método de estudo de caso poderia contribuir para uma reflexão que trouxesse respostas às questões colocadas, considerando as características que o método propõe.

A metodologia de estudo de caso tentará esclarecer: a motivação da tomada de decisão, como foi o processo de implantação e quais os resultados alcançados. Além disso, é uma pesquisa da experiência que investiga um fenômeno contemporâneo dentro das circunstâncias da vida real, principalmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Considerando a afirmação acima, evidenciamos que a pesquisa foi realizada na própria comunidade, sendo entrevistadas 3 categorias: gestores do BCD Preventório, a equipe de assessores da IEES-UFF e usuários do Banco. Os gestores são pessoas que participaram da gestão do Banco; os assessores são membros da IEES-UFF que participaram do projeto de

¹³ Iniciou suas atividades em setembro de 2011 e em 2010 começou sua formação, segundo documentos oficiais, ata de fundação e estatuto.

extensão que criou os Bancos do Preventório e Saracuruna e usuários são membros da comunidade e/ou da região que utilizam ou utilizaram os serviços do Banco.

Ressaltamos que neste estudo de caso o pesquisador também é membro da comunidade do Preventório e fundador do BCD Preventório. Esse fator permite uma aproximação profunda entre o pesquisador e a pesquisa, por isso alguns cuidados devem ser reforçados, principalmente no que tange às preferências, preconceitos e posições ideológicas do pesquisador, que devem ser motivo de atenção para que não atrapalhem a pesquisa, comprometendo o rigor científico da mesma. Seguimos a orientação de Paulo Freire (1987) para que o diálogo seja um ato de criação e não de conquista do outro, uma práxis que une ação e reflexão, dando importância às ideias. Thiollent (1986) ressalta a importância de realizar um registro cauteloso da linguagem evitando dar como certo argumentos de interpretação da realidade ingênuos e precipitados, pois muitos argumentos podem estar influenciados por táticas de lutas, manipulações de sentido, deturpações e outros.

A base conceitual da pesquisa tem como referência o acúmulo de discussões realizadas pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários, IEES-UFF e diretores/conselheiros do Banco Comunitário do Preventório, bem como estudos sobre microfinanças, economia solidária e desenvolvimento local.

Para os estudos de caso, são especialmente importantes cinco componentes de um projeto de pesquisa: as questões de estudo; suas proposições, se houver; sua(s) unidade(s) de análise; a lógica que une os dados às proposições e os critérios para se interpretar as descobertas (YIN, 2005, p. 42).

As questões de estudo buscam apresentar uma pista de como se deve estabelecer a estratégia de pesquisa, que nesta pesquisa apontou para a metodologia de estudo de caso, porque as perguntas que derivam do objetivo geral, que é entender o processo de implantação e o desenvolvimento das atividades do BCD Preventório e as especificidades do Banco na sua relação com o território, para desta forma compreender principalmente a contribuição da organização para o desenvolvimento local, estão buscando compreender o processo como desenvolveu-se.

As proposições pretendem refletir sobre uma relevante questão teórica, se houver, e nesta pesquisa se revelou como proposição a contribuição do Banco Comunitário para o desenvolvimento local do Morro do Preventório em Niterói, Rio de Janeiro. Dentro do escopo

do estudo, esta proposição deve ser profundamente investigada, dada a questão que é levantada por essa suposição.

Num estudo de caso, a unidade de análise pode ser pessoas, eventos, organizações (entidades), programas, processos de implantação, decisões e mudanças organizacionais. Compreendemos que no presente estudo a unidade de análise, em princípio, é o processo de implantação e o progresso das atividades do BCD Preventório, que objetivam o desenvolvimento local do Morro do Preventório, utilizando metodologias de finanças solidárias e outras ações, e que pudemos investigar por meio de entrevistas com pessoas envolvidas, coleta e seleção de dados e revisão de literatura.

Sobre os dois últimos componentes de um projeto de pesquisa, sendo eles, a lógica que une os dados às proposições, e os critérios, para se interpretar as descobertas, encontramos a seguinte afirmativa de Yin (2005, p. 48): “Um projeto de pesquisa deve conter cinco componentes. Embora o estado atual da ciência não forneça orientação detalhada sobre os últimos dois”. Sobre isso, compreendemos não ser tão claro os processos para atender os dois últimos componentes.

Por isso, indicamos que a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com roteiros semiestruturados, principalmente para compreender quais tipos de desenvolvimento local foram abordados e impulsionados pela organização, quais resultados foram alcançados, se houver, além de assimilar a intenção das ações empreendidas, a partir da visão de atores envolvidos no Banco, sendo eles categorizados como gestores, assessores e usuários.

Foi feito um levantamento de dados sobre o processo de implementação e as atividades desenvolvidas, com vista às proposições e questões do estudo, além de pesquisa sobre trabalhos importantes de finanças solidárias e desenvolvimento local. Esta coleta tem a intenção de subsidiar a pesquisa, apoiando seu progresso.

Instrumentos de pesquisa

Levantamento Bibliográfico e Documental

Para a presente pesquisa, buscamos documentos e bibliografia por meio de pesquisa no Google Acadêmico, Base Minerva da UFRJ, Plataforma Lattes, Repositório Virtual de Teses das Universidades, em livros e periódicos. Encontramos muitos *sites*, *blogs* e outras bases, que tinham documentos importantes sobre o Banco Comunitário do Preventório.

Por último, a própria organização possuía uma memória que foi consultada, por meio de atas, fotos, planilhas, matérias em jornais e outros. Consultamos também documentos elaborados pela Enel e IEES-UFF, que foram fontes importantes para entender e analisar os processos de implantação e atividades do Banco. Existiam registros de projetos que o BCD Preventório apoiou e realizou que formaram outras fontes. Ainda assim, buscamos trabalhos (acadêmicos ou não acadêmicos) e informações sobre o morro do Preventório, Niterói, considerando tais estudos relevantes para a pesquisa que realizamos.

Entrevistas

Realizamos entrevistas por meio de um roteiro previamente estabelecido. Este foi um meio importante de obtenção de informações e confrontação das mesmas para executarmos o estudo de caso, procurando no trabalho de campo seguir as orientações metodológicas à coleta de dados. As entrevistas foram individuais e gravadas. Robert K. Yin (2001, p. 62) aponta questões relevantes quando se estiver entrevistando:

Realizar estudos de caso envolve uma situação totalmente diferente. Ao entrevistar pessoas chave, você deve trabalhar em conformidade com o horário e a disponibilidade do entrevistado, e não com o seu horário e disponibilidade. A natureza da entrevista é muito mais aberta, e o entrevistado pode não cooperar integralmente ao responder às questões. De forma similar, ao fazer observações das atividades da vida real, você está entrando no mundo do indivíduo que está sendo estudado, e não o contrário; nessas condições, você pode precisar fazer preparativos especiais para poder agir como um observador (ou mesmo como um observador participante), e o seu comportamento - e não o do sujeito ou do respondente - é o único que poderá ser reprimido.

Em algumas ocasiões utilizamos o gravador, sabendo que o mesmo pode criar constrangimentos que impedem que as pessoas digam tudo o que pensam. Só utilizamos quando autorizados pelos participantes da pesquisa. Sabemos que estivemos atuando em um contexto comunitário complexo, onde existem relações de poder e insegurança. No Preventório existe a violência exercida pelo tráfico de drogas e pelo Estado, por isso, empregamos cautelosamente essa tecnologia. Quando não usávamos o gravador, fazíamos anotações em caderneta para posterior transcrição, sistematização e computador.

Metodologia de Campo

Muito antes de iniciar a pesquisa de campo, em reuniões com os orientadores¹⁴, conversávamos sobre a dificuldade do pesquisador, que é membro da organização e da comunidade, em constituir um método de pesquisa rigoroso, que conseguisse criar o afastamento necessário que um trabalho científico precisa ter, bem como debatíamos sobre o que seria pesquisado, visto que haviam várias possibilidades que poderiam ser exploradas.

Isso era um ponto de dificuldade; a cada conversa, novas ideias iam surgindo e não cessavam. Todavia, aos poucos, percebemos que era preciso entender algumas especificidades da experiência, que era diferente de outros BCDs espalhados pelo país, buscar refletir sobre a relação Banco *versus* o território do Preventório. A partir dessa perspectiva, era importante ouvir as pessoas envolvidas no conjunto de relações e redes em que o Banco está inserido. Como não é possível abarcar tudo em uma única pesquisa, buscamos investigar a visão destas pessoas sobre o processo de implementação das atividades do Banco e a contribuição dele para o desenvolvimento local, e isso foi feito, principalmente, por meio de entrevistas com o roteiro semiestruturado. Durante alguns meses, foi discutida a formação de um roteiro para as entrevistas e como seria a aplicação das mesmas para, a partir disso, conseguir coletar informações relevantes para a pesquisa.

As entrevistas foram realizadas no Preventório durante cinco meses, mas durante todo o período do mestrado¹⁵ foi feita observação participante. É importante ressaltar que o pesquisador está inserido na comunidade e teve contato com ela antes da pesquisa e durante. Estivemos no Banco Comunitário do Preventório e também circulando pela comunidade para realizar a pesquisa.

A construção das entrevistas foi um longo processo de testes e reuniões sobre isso com o orientador, e a escolha dos entrevistados não foi aleatório, porque era preciso conversar com pessoas que tinham opinião sobre o Banco, considerando seu envolvimento com a organização e perfis diferenciados. A escolha das pessoas que seriam entrevistadas foi debatida com o orientador, mas também recebemos as sugestões dos gestores do Banco que conheciam os perfis das pessoas da comunidade, especialmente dos usuários.

¹⁴ Iniciamos a discussão desta dissertação com o professor Sidney Lianza e posteriormente assumiu a orientação o professor Ricardo Mello, ambos da UFRJ.

¹⁵ O mestrado iniciou em março de 2016, destacamos que o pesquisador integra os quadros da organização do Banco, conforme apresentado anteriormente.

Os testes dos roteiros das entrevistas ajudaram a adequar a forma que deveria ser abordado as questões presentes na entrevista, bem como encontrando novos tratamentos às questões. Algumas entrevistas foram difíceis de marcar e os relatos lembraram problemas que tinham ficado “embaixo do tapete” no passado, mas que ajudaram a entender o presente. Esse calar se revelou feminino, na maioria das vezes. Decidimos por elaborar entrevistas com roteiros semiestruturados para coletar dados empíricos e primários.

Nas entrevistas, tentamos deixar as pessoas à vontade para falar; ainda que algumas perguntas busquem uma crítica direta à organização, deixamos claro que em uma pesquisa é importante expor suas ideias para que seja possível analisar com clareza o que se está pesquisando. Algumas destas entrevistas foram longas e outras nem tanto, todavia isso gerou muitas horas de transcrições, que posteriormente foram analisadas e estão no capítulo 6. Além disso, tentamos encontrar locais na comunidade onde a pessoa ficasse à vontade para falar, seja um bar, sua casa ou local de trabalho, e isso ajudou a captar a atenção dos entrevistados.

A natureza da pesquisa se revelou de forma qualitativa. Para alguns estudos, a natureza da pesquisa ao envolver representação social deve ser qualitativa e quantitativa, desde que as opiniões coletivas apresentem, ao mesmo tempo, dimensão qualitativa e uma quantitativa. O trabalho de campo foi realizado entre janeiro e maio, nas manhãs de quinta-feira e, eventualmente, aos sábados e domingos deste ano (2018), na cidade de Niterói, Rio de Janeiro.

As entrevistas, sempre que autorizadas, foram gravadas, mesmo sabendo que isso pode trazer constrangimentos aos entrevistados. A gravação permitiu que fosse registrado todos os detalhes das conversas e, dessa forma, gerou um amplo conteúdo. Seguimos rigorosamente o roteiro preparado mas, ainda assim, notamos que, por vezes, os entrevistados iam falando e levantando questões que seriam abordadas mais à frente, que estavam previstas no roteiro. Isso foi sendo aproveitado para que não se tornassem repetitivas as perguntas. Todavia, esse processo dava mais subsídios para entender a visão dos entrevistados sobre o Banco, o que era o objetivo das entrevistas.

Classificando em etapas o trabalho de campo, notamos que a primeira delas seria uma aproximação com a comunidade e o Banco. Dessa parte, registramos que foi necessário muito diálogo para explicar que estávamos fazendo uma pesquisa acadêmica, porque o pesquisador era visto como um gestor pela maioria dos entrevistados e houve uma tentativa constante de demonstrar esse novo papel, naquele momento, e criar um ambiente que as pessoas estivessem dispostas a falar o que pensavam. A segunda etapa foi a preparação do roteiro semiestruturado, muito debatido e testado e, a terceira parte, sua própria execução.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste referencial teórico buscamos compreender e estudar os próprios BCDs e suas práticas; as moedas sociais e sua aplicação e as concepções de microcrédito e o desenvolvimento local nos BCDs. Esses blocos nos ajudam a investigar temas importantes que fazem parte do contexto dos BCDs e, dessa forma, contribuem para elucidar questões presentes nesta pesquisa.

3.1 Bancos Comunitários de Desenvolvimento e suas práticas

Os Bancos Comunitários são organizações que se definem como constituintes do movimento de economia solidária no segmento de finanças solidárias. Quase sempre são criados pela própria comunidade, visando contribuir para o desenvolvimento local, inclusão financeira e bancária do território. Foram conceitualmente definidos como Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), no segundo encontro nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. A Rede Brasileira¹⁶ é formada por 103 BCDs e constitui-se numa articulação de todos os BCDs brasileiros referenciados na metodologia desenvolvida pelo Banco Palmas¹⁷, primeiro BCD do país. Estes Bancos seguem o termo de referência e o marco teórico conceitual criado pela própria Rede Brasileira. Sobre isso, encontramos no termo de referência o seguinte trecho: “são serviços financeiros em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, tendo por base os princípios da economia solidária” (MELO NETO; MAGALHÃES (org.), 2006).

As principais características dos BCDs:

É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária do mesmo; 2. Os bancos comunitários oferecem duas modalidades de crédito: uma em Real e outra em moeda social circulante; 3. Suas linhas de crédito estimularam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território; 4. Apoiam os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros); 5. Atuar em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social; 6. Estão voltados, sobretudo aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias, 7. Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas (REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2007, p. 1).

As descrições das características expostas acima ajudam a entender os BCDs, de uma

¹⁶ Mais informações também podem ser acessadas no site. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>. Acesso em: 20 set. 2018.

¹⁷ Mais informações. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>. Acesso em: 20 set. 2018.

forma geral, todavia é relevante analisar alguns aspectos da definição dos mesmos. Eles são uma prática de finanças solidárias que apoiam a economia popular dos territórios de baixa renda onde atuam. Segundo Coelho (2003, p.153):

finanças solidárias se constituem em formas de democratização do sistema financeiro ao procurar adequar produtos financeiros às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, constituindo-se num elo de integração e sustentação de uma relação mais duradoura entre economia e sociedade, construída sob a égide da ética e da solidariedade e criando condições para um desenvolvimento humano que necessariamente terá de ser integrado e sustentável.

Os BCDs se estruturam de forma associativa e utilizam ferramentas para gerar, ampliar e distribuir a renda existente, sendo elas: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, estratégias de comercialização local e formações em economia solidária. Sua prática de microcrédito é diferenciada de outras experiências pois é orientada para desenvolver o território; busca-se ampliar a capacidade produtiva, de prestação de serviços e de consumo no território, que pode ser um bairro, comunidade, morro ou favela, sendo o objetivo principal a criação de redes locais de economia solidária que articulam produtores, prestadores e consumidores. Conforme definição do Instituto Banco Palmas, tais redes são denominadas “prossumatores” (produtores consumidores atores). Essa forma associativa reorganiza a economia local promovendo o desenvolvimento com base na solidariedade (FRANÇA FILHO, 2013). Os BCDs se definem como experiências de economia solidária, porque:

a. não têm finalidade lucrativa; b. o propósito econômico da iniciativa está subordinado a sua finalidade social (ou utilidade social); c. apoiam-se em relações de proximidade; d. buscam o controle social ou democrático do dinheiro, afirmando-se enquanto iniciativa de democracia econômica (NESOL-USP (org.), 2013, p. 85).

Da ação cotidiana dos BCDs seguem dois grupos: oferta de serviços financeiros e serviços de natureza mais pedagógica ou de educação popular que acompanham o crédito. No primeiro grupo temos: a. o microcrédito para produção, que consiste na oferta de financiamento para criação de novos negócios, a ampliação da capacidade produtiva ou dos serviços; o microcrédito para o consumo, que é feito em moeda social circulante local, visando ampliar a renda local e, em consequência, criando demanda; a correspondência bancária, que consiste numa oferta de múltiplos serviços bancários, sendo necessária parceria com o bancos, que podem ser públicos ou não e novos produtos ofertados por recentes inovações proporcionadas pelas moeda social eletrônica e a plataforma web “E-dinheiro”, como por exemplo, pagamentos, recebimentos, transferências, recargas de telefonia, cobranças e outros.

O segundo grupo compreende diversas ações de caráter educativo e orientadas ao desenvolvimento, sendo diversificadas conforme a realidade do território. Contudo, temos as seguintes ações mais frequentes: assessoria técnica aos empreendimentos apoiados com microcrédito; fomento a fóruns de desenvolvimentos locais; estratégias de comercialização e produção coletivas e, conforme os territórios, podem existir outras iniciativas.

As ações dos BCDs se justificam pela necessidade do território de buscar soluções coletivas para seus problemas, muitos deles estruturais, visto que estamos falando de territórios em extrema vulnerabilidade, em sua maioria. Tais soluções visam impactar o desenvolvimento local e promover processos de organização comunitária. A atuação dos BCDs contribui para organização comunitária em sua totalidade, por isso vai muito além dos serviços financeiros.

A gestão dos BCDs pretende ser coletiva, comunitária, associativa e autogestionária. É muito difícil e complexo implementar uma gestão com estas pressupostas características, porque são pessoas comuns, do próprio território, que criam os BCDs, se associam, trabalham para o coletivo e coletivamente gerem. É um sistema de gestão laborioso, sendo um esforço permanente de grupo, mas potencialmente transformador da realidade local e das pessoas envolvidas na experiência. Os BCDs consideram, em sua atuação e serviços, as relações de proximidade; os trabalhadores são dos territórios e o conhecem, sendo isso um facilitador do trabalho com os moradores. Ressalta-se que os serviços financeiros, principalmente o microcrédito, necessita da relação de proximidade com o território para mediar a tomada de decisão de realizar ou não a operação. Mas não se desconsidera que todos os outros serviços (podem ser diversos) observem as relações de proximidade.

Nas ações dos BCDs são incorporados valores como confiança, solidariedade, cooperação, igualdade e outros. Os trabalhadores dos BCDs são profissionais que desenvolvem uma escuta permanente da comunidade, o que proporciona um acolhimento muito peculiar. São pessoas que legitimam o trabalho do Banco, pois trabalham e vivem aquela realidade e estão intrinsecamente ligados ao território que almejam desenvolver (FRANÇA FILHO, 2013).

3.2 As moedas sociais - um sistema circulante local

Os BCDs apresentam tecnologias sociais que possibilitam criar alternativas para democratizar a economia; basta ver as moedas sociais e suas aplicações diferenciadas. Segundo Dagnino (2010) tecnologia social é todo o produto, técnica, processo ou método criado para solucionar um problema social; a solução deve ser simples, de baixo custo, fácil aplicação

(replicação) e com impacto social comprovado.

As moedas sociais têm multiplicidade de atribuições, sendo as principais a econômica e a social - a última pode ser descrita como simbólica, porque está completa de significados políticos e culturais. A moeda social pode ser uma referência cultural local, visto que sua identidade é referenciada na comunidade e sua história. Geralmente, os desenhos das moedas em papel são extraídos de importantes ícones do território que podem ser pessoas, animais e outras características locais.

Sobre a atribuição econômica das moedas sociais nos BCDs, registra-se que o objetivo principal é manter a renda no território, redistribuindo a mesma e, com isso, combater a pobreza. A moeda social segue o padrão de a cada uma unidade corresponde a 1 (um) Real (R\$), o que chamamos de paridade entre a moeda social e a moeda nacional obrigatória, que é o Real (R\$). Neste modelo, o dinheiro resgata sua função social, visto que seu uso está condicionado ao desenvolvimento local. Sobre a relação bancos comunitários e a aplicação da moeda social circulante:

os sistemas de microcrédito que se desenvolveram nos anos 70 não mudaram o paradigma do sistema monetário: simplesmente criaram condições de acesso aos milhões de excluídos do sistema bancário, conservando regras de devolução do capital e do juros... É importante assinalar que é a moeda social (não o microcrédito) que representa ruptura com o modelo vigente, quando permite aumentar a massa monetária circulante na medida da mobilização das forças sociais latentes (LIETAER; PRIMAVERA; 2013, p. 65).

Ressalta-se que é necessário mobilizar os recursos locais para formar um fundo em dinheiro para garantir a moeda social, ou seja, o lastro. O lastro é o fundo garantidor em reais (R\$) equivalente à emissão de moedas sociais em circulação; ele pode ser construído por meio de doações, atividades comunitárias (almoços, rifas, sorteios, bingos, festas), captação de recursos (projetos e fomentos) não governamentais, contratos ou convênios com bancos públicos, cooperação internacional e outros. A formação do fundo está relacionada à capacidade organizativa e criativa das pessoas das organizações gestoras dos BCDs e da própria comunidade (quase sempre são as mesmas pessoas).

A emissão de moedas sociais consiste numa operação financeira, no sentido econômico, visto que é necessário manter a paridade com a moeda nacional. Por exemplo, se um BCD A coloca em circulação 30 mil em moedas sociais A, deve-se ter em um fundo de 30 mil, todavia em reais (moeda nacional e obrigatória). O sistema de circulação da moeda social deve ser confiável e garantido para que tenha credibilidade e legitimidade na comunidade; isso é de

extrema importância para o sucesso deste instrumento.



Figura 1: Moeda social Prevê.

A moeda social em circulação local constitui-se em um sistema que possibilita a geração, ampliação e a circulação das riquezas do território. Pessoas que não têm acesso aos reais podem, com seu trabalho, ter acesso às moedas sociais dos BCDs e, com isso, passam também a ter acesso aos reais. Com mais reais, pode-se adquirir tecnologias, insumos, equipamentos e outros serviços fundamentais para alavancarem seus empreendimentos. O sistema de circulação da moeda social possibilita “criar corredores comerciais entre as comunidades, promovendo a oferta de produtos e serviços feitos por empresas comunitárias cadastradas no sistema” (MELO; MAGALHÃES, 2005). É importante ressaltar que é um grande desafio assegurar lastro para o sistema de moeda circulante local e ainda aumentá-lo. Além disso, são aspectos essenciais para o sistema conseguir a adesão dos empreendimentos locais e conseguir que eles mantenham promoções quando se compra em moedas sociais. Lembramos que as promoções já existem no território, todavia em reais, sendo assim, desaparece o caráter de desenvolvimento local se as promoções são em moedas sociais os ativos que circulam no bairro.

Sobre os dois aspectos, o primeiro visa massificar o uso das famílias, comprando produtos essenciais na comunidade e o segundo, tornar as moedas sociais mais atrativas do que os reais, torná-las com mais valor econômico e social na comunidade.

O BCD deve ter um relacionamento com as pequenas empresas formais e informais,

assim como com as empresas de médio e grande porte da comunidade para garantir processos de desenvolvimento socioeconômico; construindo uma relação entre estas empresas e o território com vistas ao desenvolvimento local.

A organização do sistema de circulação da moeda social segue uma seguinte estrutura: o morador pode conseguir moedas sociais contratando crédito no Banco; prestando serviço para alguém e recebendo em moedas sociais e trocando reais por moedas sociais no Banco. O produtor (empreendimento) pode obter moedas sociais aceitando o pagamento em moeda social e tomando crédito no Banco. As linhas de crédito dos BCDs, em geral, são para a produção e consumo. O crédito produtivo¹⁸ tem o limite de 1000,00 com prazo médio de 6 meses e taxa de juros de 1,5% a 2,5% ao mês, ainda assim houve casos de concessão de microcréditos de valores maiores. Até o valor de 150,00 reais, os juros são de 1,5% e, acima disso, 2,5% ao mês. A taxa administrativa neste caso é de 3% uma única vez.

O crédito para consumo tem limite que varia entre 100,00 e 300,00, com prazo de 30 dias e sem taxa e juros. A análise de crédito consiste numa consulta aos vizinhos quanto à capacidade de pagamento e os valores éticos do tomador de crédito e análise técnica da proposta. Ainda sobre o sistema de circulação da moeda social, o mesmo objetiva enfrentar a situação de pobreza em que vivem os moradores do território, gerando trabalho e distribuindo renda. Observa-se que não existe cobrança de juros em créditos para o consumo e nem de taxas administrativas, o que caracteriza as ações de crédito como fomentadoras do desenvolvimento econômico local. Este sistema também representa a governabilidade das lideranças locais sobre o território, ampliando sua capacidade de luta e facilitando a articulação de atores sociais, sendo empresas ou poder público (MELO; MAGALHÃES, 2005).

Consideramos relevante para essa pesquisa apresentar novas tecnologias que estão sendo usadas pela Rede Brasileira para ampliação das finanças solidárias, por meio da apropriação de tecnologias do mercado financeiro para entregas de produtos financeiros por meio de bancos móveis por celular e o uso de plataformas na internet.

A primeira delas, muito relevante, é a criação da plataforma E-dinheiro e a sua implantação no Preventório e em toda Rede Brasileira. Sobre isso destacamos que desde 2015 a SENAES vem apoiando a criação do que se denominou Banco Comunitário Digital, e que posteriormente foi financiada pelo BNDES.

O Banco Comunitário Digital é constituído por uma plataforma digital, chamada de E-

¹⁸ Dados referentes ao Banco do Preventório e podendo ter limites diferentes em outras organizações.

dinheiro. Esta plataforma permite realizar, em qualquer celular com internet ou sem internet, uma gama de serviços financeiros para a população de baixa renda, dentre estes, pagamentos de salários, compras nos comércios cadastrados, pagamento de boletos e faturas, transferências e outros serviços, sem precisar de dinheiro em espécie. Essa tecnologia está autorizada com base na lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e regulamentada pelo Banco Central do Brasil pela resolução nº 4.282. Essa tecnologia permitiu a circulação de moedas sociais por meio digital.

A plataforma E-dinheiro foi elaborada e pertencia a empresa Moneyclip, que tinha uma parceria com a Rede de Brasileira, visando implantar esse sistema em todos os 113 BCDS espalhados em 20 estados do país. Em 2016, o Instituto Palmas comprou a plataforma, em nome da Rede, com todas as patentes e marcas, bem como estavam inclusos os serviços de internet banking. Os recursos para compra vieram do BNDES e sobre a venda observamos que a empresa não tinha mais interesse em manter a plataforma, porque o retorno não foi o esperado no prazo estabelecido pela mesma, e outra empresa poderia ter comprado a plataforma; todavia, a compra pelo Instituto Palmas impediu que isso acontecesse. A empresa Moneyclip passou a ser contratada pela Rede para o serviço de manutenção da plataforma. Sobre isso, encontramos a seguinte posição do Instituto Palmas:

Com a compra da Plataforma, temos agora um Banco Digital de propriedade exclusiva da rede de Bancos Comunitários a disposição da Economia Solidária e do povo brasileiro, oferecendo uma variedade de serviços financeiros e bancários, dentro dos marcos regulatórios do Banco Central. Essa aquisição nos faz avançar para o diálogo com o governo federal, estadual e municipal na perspectiva de pagarmos via Banco Comunitário Digital vários serviços públicos, como aposentadorias, bolsa família, salários e outros. Nesse momento, a perspectiva da Rede Brasileira de Bancos Comunitário é tornar a Plataforma E-dinheiro como o Banco Digital das Finanças Solidárias, trazendo para dentro do sistema além dos Bancos Comunitários, os Fundos Solidários e as Cooperativas de Crédito.¹⁹

Vimos que desde a criação da plataforma, em 2015, existe uma grande expectativa sobre o sucesso dessa iniciativa, assim como novas oportunidades que poderiam surgir a partir da mesma. Observamos que, inicialmente, existia uma expectativa de que quando qualquer BCD operar o E-dinheiro, a partir de pequenas taxações que o sistema permite, que variam entre 1% a 2%, teríamos recursos que seriam recebidos e iriam compor um fundo para este BCD, o que não acontecia com as moedas sociais em papel. Esses recursos ajudariam na manutenção do próprio BCD, sendo reinvestidos na comunidade. Isso já acontece em alguns bancos comunitários em proporções diferentes que devem ser pesquisadas, bem como no Banco do

¹⁹ Disponível em: www.institutobancopalmas.org. Acesso em: 20 set. 2018.

Preventório.

Notamos que a Rede buscou parcerias com o poder público para, principalmente, fazer o pagamento dos salários e/ou benefícios sociais, assim como programas de geração de renda, considerando a criação de ativos financeiros por meio deste sistema. Por outro lado, existe a perspectiva de integrar, por meio da plataforma, as diferentes experiências de finanças solidárias, sendo elas BCDs, fundos solidários e as cooperativas de crédito, o que ainda não aconteceu.

Outra experiência significativa que está acontecendo é a política pública de finanças solidárias, executada pela prefeitura de Maricá, cidade do estado do Rio de Janeiro, que criou o programa Mumbuca, onde um conjunto de beneficiários recebem uma bolsa em moeda social “Mumbuca” no valor de 110 reais. Os recursos das bolsas Mumbuca vem do orçamento do governo municipal e são usadas para comprar em diversos comércios do município, com o objetivo de desenvolver o local.

O programa Mumbuca, segundo dados da Secretaria de Economia Solidária, no mês de setembro de 2018 atendeu 12.122 beneficiários, 961 comércios foram cadastrados e aceitam o pagamento em moeda social, 9.263 contas correntes estão abertas e circulam 1.514.402,07 reais/mês; somando-se as contas abertas que estão abertas com os beneficiários, temos o total de 21.385 mil usuários.

Em diálogo com o Joaquim Melo, coordenador geral da entidade contratada para executar o convênio, o Instituto Palmas, identificamos que as taxas já estão gerando receitas na ordem de 40 mil reais por mês e este recurso está sendo usado para emissão de microcréditos, com juros zero, em moeda social digital Mumbuca.

Os custos de manutenção da plataforma E-dinheiro estão sendo pagos com as receitas geradas por meio das taxas que estão sendo recebidas em nível do Brasil, ainda que muitos BCDs não estejam usando a plataforma ou que ainda estejam usando parcialmente. No mês de março de 2017, a Rede de Brasileira enviou uma carta ao governo federal propondo uma parceria, o pagamento de benefícios da Previdência, com o seguinte conteúdo:

O Programa Fantástico da Rede Globo, de ontem (13.03.2017), exibiu matéria mostrando o enorme sofrimento dos aposentados para sacarem o pagamento de seus benefícios. Sem agências bancárias ou correspondentes perto do local de moradia, os aposentados se deslocam dezenas de quilômetros aos municípios mais próximos, lá chegando, não existem numerários para pagamentos de todos, ficando os mesmos horas ou dias na fila esperando serem atendidos. Segundo mostrou a reportagem, isso causa grande sofrimento físico e prejuízo econômico aos beneficiários. A economia dos municípios onde estes residem, se empobrece devido a falta de ativos econômicos circulando localmente [...] Acreditamos que a tecnologia social do Banco Comunitário

Digital é uma excelente oportunidade para pagamentos dos Benefícios da Previdência, começando pelos territórios mais empobrecidos, atendendo milhares de aposentados e pensionistas nos seus locais de residências, oxigenando a economias dos municípios. Diante do exposto, solicitamos a V.Sa. uma audiência para apresentarmos nossa tecnologia e estudarmos a possibilidade de pagamentos dos benefícios do INSS através dos Bancos Comunitários Digitais.²⁰

Essa carta é uma demonstração dos objetivos da Rede quando buscou organizar esse tipo de tecnologia e a própria vem perseguindo este propósito, ainda que desde 2016 quase que se encerra qualquer tipo de apoio de políticas públicas de economia solidária, inclusive de finanças solidárias. Há uma expectativa de que “a utilização da plataforma como uma ferramenta de sustentabilidade para os bancos comunitários, buscando torná-la um serviço de qualidade e baixa custo para os moradores” (INSTITUTO BANCO PERIFERIA, 2016, p. 2). Pressupõem-se que o Banco Comunitário Digital poderia ser um instrumento que substitui os bancos tradicionais, tendo um custo de implantação muito menor do que uma agência bancária e uma função social diversa que potencializa a economia local e ainda está sob uma gestão comunitária autônoma.

O E-dinheiro, na condição de tecnologia que é, passa por mutações, porque foi desenvolvida e está sendo aplicada ainda. No Encontro Global de Bancos Solidários, realizado entre 4 a 6 de setembro de 2018, foi feita uma oficina chamada de Hackaton; a partir dessa oficina, notamos que existem diversas inovações que foram propostas pelos participantes, que na sua maioria eram pesquisadores e membros de BCDs de várias partes do país, bem como existem críticas que apontam a necessidade de um processo formativo mais intenso, para que as comunidades onde os Bancos estão instalados possam compreender e apropriar-se da plataforma para , posteriormente, operacionalizá-la, assim como há dúvidas sobre como será o rateio dos recursos entre os BCDs que são gerados pelo uso da tecnologia.

Identificamos que, de uma maneira geral, há uma pressão de mercado para que os serviços financeiros sejam cada vez mais realizados por meio digital e, isso está afetando diretamente os BCDs. Por fim, podemos deduzir que o incremento de novas tecnologias são uma aposta da Rede Brasileira que ainda está sendo experimentada, mas é uma ideia força que deve ser acompanhada e pesquisada, assim como muitos BCDs apontam ainda não estarem preparados para a replicação desta tecnologia.

²⁰ Disponível em: www.institutobancopalmas.org. Acesso em: 20 set. 2018.

3.3 Microcrédito para os mais pobres

Na segunda metade do século XX, governos do mundo inteiro fracassaram na tentativa de implementar políticas de microcrédito que tinham como objetivo combater a pobreza, sendo o crédito subsidiado pelo estado. A ineficiência, as taxas muito subsidiadas, a corrupção e os custos crescentes, são apontados como fatores geradores desse malogro. A partir da experiência do Grameen Bank isso foi mudando - considerando as importantes contribuições metodológicas e inovações no campo da microfinanças que a mesma gerou (NERY, 2008).

As microfinanças, que citamos acima, podem ser definidas como serviços financeiros para as pessoas excluídas do sistema bancário tradicional; isso acontece pelo desinteresse do mesmo. Microcrédito, microsseguros, micropoupanças e outros, são exemplos de serviços financeiros caracterizados como microfinanças. Seus clientes são pequenos empreendimentos (microempreendimentos) que assumem riscos com seus pequenos ativos. Com advento de novas tecnologias, incluindo aqui as tecnologias sociais, tornou possível a criação de sistemas e métodos de avaliar e monitorar o risco dos microempreendimentos, realizando operações financeiras mesmo com poucas garantias apresentadas.

Uma das dificuldades tradicionais na concessão de crédito é a assimetria de informações entre o tomador e o credor; eles não se conhecem e precisam ter confiança para realizar a operação e/ou deve ser apresentado garantias como forma de minimizar os custos em processos de monitoramento. A grande dificuldade das pessoas pobres é que seus ativos não são considerados como garantias válidas na forma que o mercado (setor bancário tradicional) deseja, ou seja, mais um fator que reforça a exclusão financeira.

Apesar do exposto acima, o microcrédito pode ser encarado como uma solução que é boa para os mais pobres e para os Bancos que oferecem os produtos (ganha-ganha), visto que quem recebe terá seus ganhos, que é o acesso ao financiamento de suas atividades produtivas e os Bancos terão os lucros, essa é a forma que alguns autores encaram o microcrédito, todavia existem críticas. Outra visão sobre o microcrédito é que ele pode ser um instrumento importante para combater as desigualdades no acesso ao crédito e pode ser um uma política pública emancipadora. Segundo Neri, Buchmann, Harris e Andari (NERI (Org.), 2008, p. 33):

suas características combinam virtudes admiradas por correntes de pensamento as mais diversas. Enquanto pessoas mais à esquerda destacam aspectos como o foco na comunidade e nas mulheres, e a ajuda aos menos favorecidos, as mais à direita salientam a ideia de reduzir a pobreza com incentivos ao esforço e trabalho, seu aspecto não-governamental e o uso de mecanismo de mercado.

É importante ressaltar que o microcrédito é definido como empréstimos de pequena monta voltado para populações de baixa renda para grupos e indivíduos de segmentos sociais segregados, ofertados, em geral, por organizações da sociedade civil, programas públicos e até por linhas de crédito dos bancos comerciais, experiências mais recentes. Cada um destes aplica sua metodologia para atingir os mais vulneráveis socioeconomicamente. Ainda sobre o microcrédito, notamos que existe uma ideia de que, com recursos para seus investimentos, os pobres podem sair da pobreza estrutural que o sistema impõe.

Na visão de muitos autores as microfinanças, em especial o microcrédito, são algumas das formas mais proeminentes de combater a pobreza, porém não se sobrepõem às políticas públicas. Um aspecto relevante do microcrédito dos Bancos Comunitários é que ele segue duas modalidades: a primeira para o consumo, que é caracterizado pela urgência, e a segunda que é para o empreendimento (FRANÇA FILHO; LEAL; RIGO, 2015). É importante relacionar que nos BCDs, em sua maioria, o microcrédito para o consumo é em moedas sociais circulantes locais, inclusive no BCD do Preventório. Além disso, são consideradas as relações de proximidade para que se obtenha o microcrédito nos BCDs, e outros serviços também, visto que o mesmo está integrado ao contexto social e econômico do território que está inserido, fazendo parte dele. Sobre as relações de proximidade, constituem-se em associações entre pessoas onde os vínculos são fortalecidos nos territórios, diferente dos mecanismos impessoais que priorizam o individualismo e o interesse material na relação, segundo França Filho (2013). Por fim, o microcrédito, a partir de uma metodologia que considere os aspectos de uma política para o desenvolvimento local, poderá ser um importante instrumento em um território.



Figura 2: Prestador de serviço local tomador de microcrédito produtivo.

3.4 Desenvolvimento Local nos Bancos Comunitários

Iniciamos essa parte do texto tentando compreender os elos entre o desenvolvimento local e como ele está inserido nas experiências de BCDs. Notamos que os BCDs unem a prestação de serviços financeiros com o desenvolvimento do território (NESOL-USP, 2013). Todavia, o desenvolvimento no contexto dos BCDs é compreendido em múltiplas dimensões, sendo elas social, econômico, cultural, ambiental e outras, ainda que a dimensão territorial seja, quase sempre, a mais relevante.

A conceituação de desenvolvimento local originou-se da ideia contrária de que o mercado iria resolver as desigualdades regionais e/ou territoriais e a própria procura reforçar as potencialidades do território mediante ações endógenas, articuladas entre o mercado, sociedade civil e governo, considerando as diversas dimensões do desenvolvimento (TENÓRIO, 2012). Segundo Tenório (2012), existem cinco concepções de desenvolvimento local que serão apresentadas nesta parte.

A ideia de contribuir para o desenvolvimento do território está na origem dos BCDs, é referência encontrada em várias publicações destas experiências; há, porém, uma concepção transversal que é a própria Ecosol como modelo de desenvolvimento. A Ecosol se propõe a ser um contraponto ao modelo de desenvolvimento capitalista, dessa maneira organiza o trabalho de uma forma diferente, numa relação que não existe patrão e nem empregado, o trabalho é

associativo, cooperativo, coletivo e autogestionário; existe uma preocupação com a vida, meio ambiente e não com o lucro, bem como devem ser respeitados o direito ao trabalho igual entre homens e mulheres com remuneração igual, a diversidade de raça, orientação sexual, geracional, pessoas egressas do sistema prisional, portadores de transtornos mentais, pessoas em situação de vulnerabilidade, usuários de álcool e outras drogas, comunidades tradicionais e comunidades estrangeiras, garantindo os direitos sociais e políticos destas pessoas (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2018).²¹

Isso posto, compreendemos que os Bancos se propõem a ser “instrumentos para o acesso a bens materiais para a produção ou o consumo que, muitas vezes, constituem-se também como instrumentos de mobilização e organização social, dinamização econômica e construção coletiva de caminhos para o desenvolvimento de comunidades empobrecidas” (NESOL-USP, 2016, p. 8). Os BCDs e sua própria Rede também são integrantes do movimento de economia solidária, corroborando com ideias e conceitos sobre o modelo de desenvolvimento propostos pelo movimento. Os BCDs promovem a criação de redes locais de produção e consumo, empreendimentos sócioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (mercadinhos, lojas e feiras solidárias), bem como organização de consumidores e outras atividades, com o foco no território (INSTITUTO PALMAS, 2006).

De acordo com Ricardo Abramovay, território é o ambiente no qual se executa um projeto político de desenvolvimento territorial [...] é essencialmente político, envolvendo atores e instituições locais que não necessariamente defendem os mesmos grupos, interesses e ideias, mas trabalham de forma articulada, buscando consensos em torno de um tipo de desenvolvimento (1999 *apud* TENÓRIO, 2012, p. 86).

Tânia Fischer estabeleceu dois sentidos e significados para o desenvolvimento local: orientados para competição ou cooperação. No primeiro, o determinante é a economia, tão logo o mercado, ainda assim não deixando de observar o caráter sistêmico (2002 *apud* TENÓRIO, 2012). “Recursos humanos qualificados, relações econômicas entre produtores e clientes; existência de uma estrutura institucional desenvolvida; construção de uma identidade sociocultural facilitadora da confiança” (FISCHER, 2002, p. 20 *apud* TENÓRIO, 2012, p. 89). O segundo:

[...] inspira-se nos valores da qualidade e cidadania, isto é, na inclusão plena de setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados, não rejeitando a ideia do desenvolvimento econômico, mas impondo-lhe limites e subordinando-a aos imperativos não - econômicos; privilegiam a escala local, tanto no objeto quanto na ação social; salientam as formas de produção não - capitalistas e estratégias

²¹ |Disponível em: <http://fbes.org.br/>

econômicas autônomas, com tecnologias apropriadas (FISCHER, 2002, p. 21 *apud* TENÓRIO, 2012, p. 89).

Ainda sobre o segundo, pode-se inferir que os BCDs estão mais alinhados ao mesmo, se aproximando da proposta da economia solidária, quando se refere a “formas de produção não-capitalistas e estratégias econômicas autônomas” (FISCHER, 2002, p. 21 *apud* TENÓRIO, 2012 p. 89). Segundo Tenório (2012), uma das cinco concepções de desenvolvimento local é a que orienta para cooperação ou competição, aqui exposta.

Outro aspecto relevante é a necessidade de um capital social para que seja possível atingir o desenvolvimento local, segundo Putnam:

[...] capital social é um elemento fundamental, pois quando não existem normas e participação cívica, a ação coletiva é fortemente prejudicada [...] para a estabilidade política, para a boa *governança* e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico ou humano (2000, p.192 *apud* TENÓRIO, 2012, p. 92).

O capital social refere-se a regras e sistemas que possibilitam ação coordenada da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento local (PUTNAM, 2000 *apud* TENÓRIO, 2012). Esta é outra concepção do desenvolvimento local, no qual os atores em suas posições sociais estabelecem metas e ações em comum em um território (CRAGNOLINO, 2000). O Banco do Preventório, como muitos outros BCDs, são atuantes nas suas comunidades procurando participar e cooperar para o desenvolvimento de diversas formas. Mesmo assim, vimos que o nível de confiança e reciprocidade, que é necessário para obter mais capital social, entre instituições é baixo, gerando dificuldade de se ter uma colaboração entre as organizações locais.

No percurso da pesquisa, observamos que o Banco organiza e participa de uma rede engajada de organizações que atuaram e/ou atuam no Preventório, assim como na cidade de Niterói, realizando ações e projetos. Desde sua fundação, percebe-se a atuação conjunta com a Associação de Mulheres e de Moradores, sendo que a de Moradores é a organização social considerada a representação política da comunidade, ainda que se observe por parte dos moradores críticas em relação ao seu desempenho institucional e que, em alguns momentos, a cooperação entre as organizações seja baixa. Existem relatos de dirigentes do Banco sendo convidados para reuniões convocadas pelo poder público municipal, principalmente para debater os serviços públicos existentes de assistência social, educação, saúde, infraestrutura e outros.

Para além disso, existe um relacionamento do Banco com a Igreja Batista, que

desenvolve projetos comunitários, assim como com outras organizações; destacamos a ONG Sete, que também tem sede na comunidade e realiza projetos educativos. Contudo, o Banco realiza ações com outras organizações externas à comunidade, como, por exemplo, o Fórum de Economia Solidária de Niterói, espaço que articula políticas para o desenvolvimento da Ecosol na cidade. Existem outras organizações comunitárias e/ou ONGs que procuram o Banco para ações pontuais de mobilização da sociedade civil com pautas diversas, como: meio ambiente, violência nas juventudes, violência contra mulheres e outras.

Atualmente, observamos uma articulação entre as ações do Banco com a Cooperativa de Lixo Eletrônico de Jurujuba, a Associação Fluminense de Famílias Agroecológicas (AFFA) e Movimento de Mulheres Artesãs, cooperando e trocando experiências entre as organizações e buscando realizar projetos conjuntos em temas como: reciclagem de resíduos em geral, direitos e combate à violência contra as mulheres e alimentação saudável.

Enxergamos que, via de regra, é complexa a análise que pretende verificar a contribuição para o desenvolvimento local dessa experiência ou inclusive de cada projeto e/ou ação em um determinado território. Essa breve descrição buscou demonstrar, no plano mais geral, que o Banco, como organização da sociedade, procurou, junto com outras organizações comunitárias, efetivar uma contribuição e essa deu sobremaneira no âmbito da cidadania.

Sobre isso, notamos que o Banco, ainda que de forma difusa, seguiu escolhendo um tipo de desenvolvimento local que está relacionado ao bem-estar da comunidade e o cuidado com as pessoas da mesma, que estão vulneráveis diante de problemas sociais, ainda que tenha atuado em processos de desenvolvimento econômico. Essa é uma das concepções de desenvolvimento local que está relacionada com a cidadania.

Podemos inferir que não existe um projeto político de desenvolvimento territorial consensuado para o morro do Preventório ou região e, ainda que o Banco possa ser um ator importante, é tarefa difícil incidir sobre as organizações comunitárias para que isso aconteça. Mesmo assim, o Banco alcança com a interação em outras redes a ampliação de sua ação local superando a própria geografia. Todavia, notamos que as outras redes em que o Banco está cooperando também estão em um tipo de desenvolvimento associado ao tema da cidadania, principalmente.

É importante ressaltar que a concepção de desenvolvimento local defendida por Elisa Cragolino:

[...] é um processo centrado num território concreto em que os protagonistas são uma pluralidade de atores que ocupam determinadas posições no espaço social e que estabelecem relações em função de metas e projetos. Estes atores se vinculam de acordo com o sistema de ação local; podem ser individuais ou coletivos, agrupam-se, segundo provenham do Estado ou do setor não governamental, em atores públicos ou atores da sociedade civil; também podem ser distinguidos, de acordo com o âmbito de ação, em atores econômicos, atores sociais, atores políticos e governamentais e podem ser também atores institucionais ou interinstitucionais (CRAGNOLINO, 2000 apud TENÓRIO, 2012).

Refletindo sobre a definição dada por Elisa Cragolino, percebemos que a mesma se assemelha ao que os BCDs pretendem fazer nos territórios, visto que reorganizar a economia local se dá numa alteração dos arranjos políticos, processo complexo considerando a dificuldade de construir consensos e estabelecer projetos coletivos. No Preventório, notamos que a violência é um fator que sobremaneira dificulta o desenvolvimento local, visto que “quando não existem normas e participação cívica, a ação coletiva é fortemente prejudicada” (TENÓRIO, 2012, p. 92). Não estamos aqui afirmando que não existem normas na comunidade, mas a ausência do Estado como regulador destas e o medo que se impõem numa região onde o tráfico de drogas é o “frente do morro”, ou seja, quem manda, atrapalha a ação coletiva.

Mesmo assim observamos que o território é a “expressão maior da organização coletiva, afirma-se cada vez mais, como um terreno privilegiado de inovações institucionais” (TENÓRIO, 2012, p. 90). Todavia, Tenório (2012) reafirma outra concepção do desenvolvimento local que considera também os fatores econômicos, sociais, culturais, ambientais, bem como o território e, em seu conjunto, o determinam.

O Preventório é uma das centenas de favelas de Niterói onde os problemas socioeconômicos são graves, e é nesse contexto que o Banco vem contribuindo para o desenvolvimento. Sobre isso, observamos que é complexa e controversa a tentativa, que segue intervindo faz 8 anos no território. Então, a maior parte do trabalho de desenvolvimento local organizado pelo Banco seguiu uma orientação não-econômica. Destacamos outras características desse tipo de desenvolvimento:

[...] instituído por meio de relações sociais fundadas em sentimentos de pertencimento a uma família ou a uma comunidade, em sentimento de fidelidade cimentado na amizade, no amor ao próximo e na população local. São relações sociais estruturadas pela reciprocidade, solidariedade, processos de transferência de bens e/ou serviços realizados por meio de laços sociais alheios ao mercado e definidos sob imperativos democráticos (TENÓRIO, 2012, p. 95).

Por fim, as relações de proximidades são muito importantes para os BCDs; fazem parte da metodologia do trabalho deles e sem elas os mesmos não conseguem atingir seus objetivos,

se aproximam do tipo de desenvolvimento local onde a conquista da cidadania é o mais importante. E, ainda, observamos outra concepção de desenvolvimento local presente nos Bancos, que articula e coordena empreendimentos associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, com base numa dinâmica de integração socioproductiva (TENÓRIO, 2012).

4 O DESENVOLVIMENTO DO BANCO DO PREVENTÓRIO EM TRÊS MOMENTOS

O Preventório é uma favela de baixa renda da cidade de Niterói, Rio de Janeiro. Formou-se nos anos 1980, principalmente com a ocupação de parte do Morro da Viração, um grande maciço de pedra, em área de mata atlântica, de frente ao mar. O morro está inserido dentro do bairro de Charitas, área nobre com moradias de alto luxo, sendo identificadas como uma das áreas mais caras para se morar do estado do Rio de Janeiro e de alto interesse do mercado imobiliário e turístico.



Figura 3: Mapa visto pelo Google indicando a ligação de Charitas pelo Túnel até o Cafubá.

Niterói é uma cidade importante da região leste fluminense do estado. Possui uma economia de serviços forte, sendo um centro de atividades comerciais, bem como industriais e, no passado, foi capital do Rio de Janeiro, até o ano de 1975. Com 487.562 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2010, Niterói destaca-se por ter o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais alto no estado (0,88671).



Figura 4: Morro do Preventório visto de cima pelo Google.

O nome do bairro de Charitas origina-se do latim e tem como significado a palavra caridade. Em 1853 foi fundado o hospital Naval de Santa Isabel pelo Sanitarista Francisco de Paula Cândido. O casarão histórico foi construído para presentear a princesa Isabel de Bragança e Bourbon pelo seu aniversário e, com o passar do tempo, foi chamado de Preventório Paula Cândido – visto que se tornou uma casa onde pessoas com doenças contagiosas aguardavam tratamento e previamente eram afastadas da convivência com outras pessoas para evitar epidemias. Seu uso e função foi modificado várias vezes - foi hospital naval, Preventório²² para pessoas com doenças contagiosas, internato para adolescentes em risco social e, atualmente, um Colégio Estadual Matemático Joaquim Gomes Souza - Intercultural Brasil China. O Preventório Paula Cândido foi dando nome ao local e os próprios funcionários passaram a morar nas proximidades e, na década de 1980, pessoas de vários estados foram morar no morro.

O morro do Preventório tem um histórico de luta política na autoconstrução de sua comunidade. A terra, onde se localiza o Preventório, foi por longo período do Estado, considerando as formas de governo anteriores a república. Posteriormente, o governo estadual, dividiu as terras onde se encontram o morro do Preventório (atualmente as terras são de propriedade da UFF, Associação dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, Associação de Santa Maria Madalena, ainda que estejam ocupadas). O governo Moreira Franco²³ expulsou um grupo de famílias de uma área de interesse do mercado imobiliário em Charitas, onde hoje é o condomínio de alto luxo denominado Aruã, e as mesmas foram morar no Morro do Preventório, que no ano 1980 tinham 300 casas. Em 1982, com a expulsão, aumentou o número de moradias

²² Local onde são tratadas pessoas com doenças contagiosas, internato.

²³ Wellington Moreira Franco foi governador do estado do Rio de Janeiro de 1987 a 1990.

e, nas décadas seguintes, a favela seguiu crescendo (BARBOSA, 2013).

Ainda nos anos 1980, foi constituída uma Associação de Moradores do Morro do Preventório, com o objetivo de lutar pelos direitos, principalmente o de moradia, mas também por serviços públicos essenciais como água e saneamento. No governo Brizola²⁴, foi conquistado o primeiro título precário de posse. Alguns moradores antigos e ex-presidentes da Associação contam que era forte a identidade política com o Partido Democrático Trabalhista, ao qual era filiado o governador Brizola. É importante recordar que a cidade de Niterói foi por um longo período governado pelo também pedetista Jorge Roberto Silveira.

Ao passar dos anos, com sua organização comunitária o morro foi conquistando melhorias nos serviços de água, luz, saneamento e direito à moradia. No ano de 2008 iniciou-se uma grande intervenção urbanística na comunidade, com obras do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), que pretendiam refazer: a distribuição de água; o saneamento básico; contenção em encostas, barrancos e pedras, que apresentavam perigo; zoneamento da área de proteção ambiental, inclusive colocando uma cerca para impedir novas moradias; remoção de famílias que estavam morando nessas áreas (de preservação ambiental) para apartamentos em blocos construídos no próprio território do preventório; aberturas de ruas, pavimentação de escadarias e afins e a regularização fundiária.

O PAC do Preventório, como ficou conhecido, foi uma política pública do Governo Federal executado pelo Estadual na comunidade, mas ainda que tenham sido investidos 22 milhões de reais nas obras e na construção de 248 unidades habitacionais (apartamentos), existem divergências quanto a uma avaliação desse programa; alguns moradores aprovam e outros não. Foi após esse período, onde se realizou o PAC do Preventório, que se iniciou a organização do Banco, em 2010.

Naquele período, a comunidade do Preventório passava por transformações. Notamos que as ruas foram novamente pavimentadas, assim como contenções e prédios foram construídos. Além disso, uma parcela dos moradores recebeu novos títulos precários de posse. Apesar destas ações impactarem no desenvolvimento da comunidade positivamente, a violência se agravou, por meio do controle do tráfico e outras formas de violência.

O Preventório teve por muito tempo uma fama de comunidade pacífica, isto era difundido na cidade com a seguinte afirmação de que pessoas que trabalhavam na segurança

²⁴ Leonel Brizola foi governador por duas vezes, a primeira vez de 1983 a 1986 e posteriormente entre 1991 a 1994.

comunidade com a Incubadora de Empreendimentos em Economia Solidária (IEES/UFF), liderada pelas Professoras Bárbara França e Maria Lúcia Pontual, bem como com a empresa Enel, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica.

A Incubadora desenvolvia projetos de economia solidária com a participação de movimentos sociais de Niterói e região, e foi procurada pela Enel para desenvolver projetos de criação de bancos comunitários. Conforme descrição de Gislene Santos Rodrigues, responsável na época pela área de Integração e Desenvolvimento Social da Enel (RODRIGUES, 2013, p. 47):

A iniciativa de apoiar a formação de bancos comunitários surgiu de uma ideia lançada por um programa interno da Ampla, chamado Inova, que incentiva e premia ideias inovadoras de seus funcionários. Para serem premiadas, elas devem contribuir para melhorar a eficácia dos processos existentes e ter viabilidade de aplicação. A ideia era a de apoiar bancos comunitários, como empreendimentos de microcrédito acompanhado de uma forma de seus clientes fazerem o pagamento facilitado de suas contas de energia elétrica.

A Enel já desenvolvia desde alguns anos antes, uma plataforma de projetos sociais com o objetivo de cumprir com a responsabilidade socioambiental e posicionar a imagem da empresa de forma favorável para a sociedade (RODRIGUES, 2013). Podemos inferir que essa ideia despertou o interesse da Enel em financiar o projeto de criação de dois bancos comunitários no estado do Rio de Janeiro e a empresa buscou contato com a Incubadora que, posteriormente, seria a responsável pela execução do projeto.

Notamos que a empresa desenvolvia ações sociais em comunidades e favelas com o objetivo de gerar renda, conscientizar sobre o consumo consciente de energia (cuidados básicos sobre o desperdício de energia e ações de segurança para evitar perdas e acidentes motivados por instalações elétricas precárias (inadequadas) e equipamentos com alto consumo de energia), todavia também visava o pagamentos das contas de consumo de energia, como descrito por Gislene Santos Rodrigues (2013, p. 48):

O fato é que o trabalho social de uma empresa de energia, voltado especialmente para o consumo consciente de energia e de outros recursos, dificilmente pode estar desvinculado de questões de renda e pagamento de contas, sobretudo em comunidades de baixa renda.

Depreendemos que tais objetivos faziam parte dos elementos decisórios que levaram a Enel a apoiar a ideia de criação de dois bancos comunitários. Além disso, o Preventório, comunidade onde se desenvolveu o projeto era, e ainda é, uma comunidade de baixa renda e a Enel considerava que o desenvolvimento das áreas sob sua concessão deve ser um ponto de

atenção para o seu negócio (FRANÇA, 2013). Sobre a criação de um banco comunitário, Gislene Santos Rodrigues (2013, p. 48) disse: “A proposta de um banco que pudesse gerar crédito para as famílias com baixa renda, com potencial para gerar desenvolvimento local, tanto econômico como social, estava em consonância com [...] os objetivos socioambientais da empresa”.

A Enel seguiu pesquisando referências sobre os bancos comunitários no Brasil e sua equipe visitou um banco comunitário em São Paulo e, assim como, estudou sobre o Banco Palmas, iniciativa pioneira no país. O próprio presidente da empresa na época, Marcelo Llêvenes, inspirado pela iniciativa do Grameen Bank, de Bangladesh, apoiou o projeto. Todavia, a equipe da empresa avaliou a aplicabilidade do projeto no contexto das comunidades do Rio de Janeiro, observando as possibilidades positivas e negativas. Segundo Gislene Santos Rodrigues (2013, p. 50):

Ao procurar ajuda mais especializada para complementar nossas avaliações prévias internas e ter um parecer sobre a viabilidade ou não da iniciativa, além de estabelecer possíveis parcerias, chegamos ao núcleo de economia solidária da UFF e às Professoras Bárbara França e Maria Lúcia Pontual.

É importante ressaltar que a iniciativa de estabelecer uma relação com a universidade partiu da empresa, conforme a descrição acima. Cabe lembrar que a Enel é uma empresa multinacional, e que o projeto de criação dos bancos comunitários do Preventório e de Saracuruna passaram pela aprovação interna de vários setores da empresa, dada a burocracia interna e a possível inovação da empresa no relacionamento com comunidades e o apoio a uma iniciativa de economia solidária.

Após essa aproximação, a UFF iniciou o contato com as comunidades previamente selecionadas pela Enel e pela universidade. Havia uma combinação entre a empresa e a universidade, onde a UFF é que construiria a relação inicial com as comunidades e a Enel teria o papel de patrocinadora e apoiadora, evitando um contato direto com grupos comunitários, visto que os bancos comunitários são organizações de fomento e suporte ao desenvolvimento local, tem autonomia e a empresa não desejava criar algum tipo de dependência. A UFF assumiu um papel de desenvolvedora (BARBOSA, 2013). A Incubadora foi responsável pela formação e o processo de capacitação dos bancos e o trabalho em campo. No campo, caberia a UFF levantar as expectativas da comunidade em relação ao projeto, e a Incubadora foi um “meio de campo” com a Enel e a comunidade.

A Enel desenvolveu uma plataforma de projetos sociais com o objetivo de buscar

soluções e parcerias com o público de menor renda dos territórios sob sua atuação e buscar combater o furto de energia elétrica. A plataforma, também denominada Programa Inova, iniciou, em 2004, considerando a necessidade da empresa desenvolver habilidade de relacionamento do entorno social e a relação cliente-empresa. O serviço de fornecimento de energia elétrica abarca toda a complexidade social inerente à área abrangida. A empresa atua em 66 municípios do estado do Rio de Janeiro (71% do total de cidades (92) que compõem o estado do Rio de Janeiro) e em todo o Brasil, e a complexidade social no estado gera altas perdas pelo furto de energia. Podemos assim deduzir que o projeto de criação dos bancos comunitários se encaixava nos propósitos da empresa.

A UFF, por meio da Incubadora, aceitou a proposta da Enel em ser a desenvolvedora do projeto de criação de dois bancos comunitário e seu papel no projeto foi o de realizar a interlocução direta com as comunidades previamente escolhidas. A proposta era implementar a metodologia fundamentada na experiência do Banco Palmas, primeiro BCD do país, durante 18 meses, contando também com a consultoria do Banco Palmas.

Destaca-se alguns elementos para a tomada de decisão da assessoria: A incubadora naquele período já desenvolvia há 7 anos assessoria para empreendimentos da economia solidária, ou seja, havia acumulado experiências no tema; o projeto previa um financiamento de 18 meses, sendo 6 meses antes da inauguração e 12 meses após, bem como equipes de monitoramento e capital inicial para o fundo de microcréditos dos BCDs; havia autonomia para aplicação da proposta metodológica de incubação; existia um engajamento da Incubadora no movimento de economia solidária e existia vontade de desenvolver projetos de microfinanças porque isso era uma grande dificuldade dos empreendimentos de economia solidária. Tais elementos tornaram viável a execução do projeto para a Incubadora (FRANÇA, 2013).

A metodologia adotada pela Incubadora seguiu a referência dos 12 passos básicos propostos pelo Instituto Palmas, sendo eles:

Passo 1: Ações Preparatórias	a) Reuniões preparatórias com a comunidade e o poder público; b) Seminários para sensibilização e deliberação da criação do Banco; c) Definição de uma equipe de apoio.
Passo 2: Planejamento do Banco	a) Oficinas de definição do nome do Banco, nome da moeda, produtos, organização do conselho gestor, seleção de entidade gestora. - Aprovação das artes da moeda, mobilização da comunidade; b) Realização do

	Mapa da produção e do Consumo; c) Aplicação dos indicadores (marco zero).
Passo 3: Seleção e Estruturação do Local	a) Visitas técnicas para orientação quanto à seleção do local; b) Aluguel do local da sede do Banco; b) Aluguel do local da sede do Banco; c) Reformas no prédio (adaptações de grades, instalação elétrica, hidráulica); d) Instalação/manutenção de internet, água, luz.
Passo 4: Compra de Equipamentos e Mobília.	a) um computador c/ impressora/pinped e software original (para correspondente bancário); b) dois computadores com impressora e estabilizador; c) Mesas, cadeiras, armário, cofre boca de lobo.
Passo 5: Regularização da Documentação	a) Regularização do CNPJ, criação ou adaptação dos estatutos e regularização das certidões; b) Registros contábeis e cartoriais; c) Honorários advocatícios e de contador.
Passo 6: Negociação com Bancos/Seguradoras e Similares	a) Entrada de processo na CAIXA/BB (Correspondente bancário e Crédito); b) BNDES (Apoio Institucional); c) Fundos Locais/Bancos regionais (crédito, apoio institucional); d) Contratação da seguradora de valores; e) Carro Forte x dez meses; f) Instalação de câmeras.
Passo 7: Impressão de Materiais	a) Folder, panfleto, banner; b) Impressão das moedas sociais.
Passo 8: Treinamento e Mobilização das Equipes Locais.	a) Cursos de Agente/gerente de crédito / Caixa / moeda social; b) Cadastramento dos comerciantes e sensibilização da comunidade para uso da moeda social.
Passo 9: Quadro de Trabalhadores	a) três agentes x onze meses (incluir encargos).
Passo 10: Gestão de Produtos	a) Implantação e treinamento do software de gestão da carteira; b) Aluguel e manutenção de software; c) Implantação e treinamento do <i>link</i> do microsseguro; d) Implantação e treinamento da carteira de crédito; e) Implantação e treinamento do correspondente bancário; f) Implantação e treinamento das planilhas de gestão da moeda social.
Passo 11: Divulgação	a) Carro de som; b) Distribuição de panfletos; c) Abertura de letreiro no Banco; d) Faixas; e) Som, palco, coquetel, outros; f) Imprensa.

Passo 12: Acompanhamento (seis meses)	a) Técnico do Instituto Palmas no local, um mês; b) cinco visitas técnicas; c) cem horas de acompanhamento à distância.
---------------------------------------	---

Tabela 1 – Passos para criação do Banco do Preventório.

A equipe da IEES realizou a maioria das atividades previstas pela consultoria do Banco Palmas (Instituto Palmas) e o mesmo orientou por telefone e *on-line* a IEES, sobre isso relatamos abaixo (FRANÇA, 2013, p.71):

Foram previstas vinte e cinco visitas técnicas, três oficinas e três cursos, com duração média de quatro horas, num total de 935 horas de trabalho com cada grupo interessado em implantar os bancos... no total, equipe da IEES- UFF assessorou os dois BCDs durante dois anos: de janeiro de 2011 a dezembro de 2012. Nos últimos seis meses, já sem recursos financeiros, o acompanhamento aos bancos foi menos intenso e constou de visitas semanais para apoio às dificuldades técnicas e de gestão.

Os primeiros 18 meses foi de intensa assessoria e acompanhamento dos BCDs, dado o contexto e desafio colocado de criar duas organizações comunitárias em territórios diferentes e distantes (56 km de um para o outro), um na cidade de Niterói (Preventório) e outro em Caxias (Saracuruna). Para além dos recursos provenientes de Pesquisa e Desenvolvimento da Enel, a UFF, por meio da Pró Reitoria de Extensão, apoiou com bolsistas. A maioria das oficinas de criação do Bancos Comunitários aconteciam aos sábados nas comunidades, outras atividades também foram propostas e, além disso, os membros dos Bancos viajaram para outros estados para conhecer outras experiências de Bancos.

As condicionantes que configuram o contexto para escolha do local foram definidas pelo Instituto Palmas no projeto da seguinte forma: ter uma área geográfica definida, atividades econômicas, condições de segurança e uma liderança local; ainda que se tenha critérios metodológicos quanto a implantação do BCDs muito mais abrangentes e complexos. Sobre as condicionantes, apontamos que não é objetivo e de fácil análise medir as condições de segurança nos territórios de baixa renda do Rio de Janeiro e a identificação/escolha de lideranças comunitárias para a condução de projetos.

A Incubadora iniciou a aproximação com as comunidades do projeto em janeiro de 2011²⁵ e encontrou algumas diferenças na implantação, conforme distinguimos. No Preventório, o número de presentes à reunião era superior à Saracuruna, havia pessoas de diversas faixas etárias, houve reuniões com mais de cem presentes, ainda que a rotatividade

²⁵ Identificamos alguns contatos anteriores.

fosse alta. O público dos comerciantes era difícil de mobilizar, porque não tinham um horário que pudesse ser melhor para todos, estavam sempre com muitos compromissos. Chamou a atenção da Incubadora a presença de adolescentes e jovens, muito interessados, que posteriormente disputaram vagas de trabalho, sendo três selecionados. Havia um sentimento de formar agentes bancários e uma futura liderança.

O morro do Preventório, por ser conhecido como uma comunidade “sem tráfico” e “pacata”, atraiu ações e projetos de ONGs e de governos. Apesar de uma parcela da população ter se habituado a receber benefícios direta e indiretamente, criando uma situação de acomodação da pobreza, outros reagiram bem, aproveitando as oportunidades para avançar. Formou-se um grupo permanente durante as sensibilizações e formações, e observou-se que estas pessoas do grupo fizeram parte de um ou mais projetos que aconteceram na comunidade. Havia um desconforto pela descontinuidade dos projetos e muitas pessoas viam destes projetos tinham vontade de continuar, aprender e crescer (FRANÇA, 2013).

No contexto comunitário naquele período, havia uma Associação de Moradores que não se envolveu no projeto, apenas cedeu salas para as reuniões, todavia não se engajou. A Associação de Mulheres e a Igreja Batista deram suporte e apoio à iniciativa. Tanto Preventório quanto Saracuruna não tinham organizações em condições jurídicas para acolher o Banco, que precisava de uma entidade gestora. Por isso, foi criada a Associação para o Desenvolvimento Solidário do Preventório (Preventório Solidário, nome fantasia) cumprindo as exigências estatutárias e legais para a aplicação de moedas sociais e microcréditos, em conformidade com a legislação brasileira. Após a procura de locais a serem cedidos sem custos e a pesquisa de imóveis na comunidade, nas principais entradas/vias não foi encontrado e a solução apontada foi fazer uma parceria com o Bar Maloca, na entrada da Rua 14 de Abril, esquina com a Rua da Praia²⁶, onde foi feita uma reforma e o mesmo cedeu parte de sua loja por um ano sem cobrar aluguel. Os equipamentos do Banco, sendo eles mesas, cadeiras e computadores, vieram de uma parceira do Instituto Palmas com o BNDES. O processo de sensibilização da comunidade e formação foi longo e contínuo. Houve momentos marcantes como a escolha do nome do Banco, das moedas sociais e seus símbolos, bem como a eleição dos membros da diretoria da associação gestora. Havia mobilização, disputas, emoção, envolvimento e esperança por poder criar transformação (FRANÇA, 2013).

A Incubadora fez oficinas sobre o estatuto, apoiou a regularização do mesmo e a

²⁶ O Banco do Preventório se instalou na em frente à praia, na esquina da rua 14 de Abril com a avenida Prefeito Sílvio Picanço.

emissão do número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e iniciou-se os registros contábeis e administrativos, ao mesmo tempo foi selecionado o contador, aberto a conta bancária na Caixa Econômica, sendo depositado o fundo para a emissão de microcrédito e as moedas sociais; foi discutido aspectos de segurança, prosseguiu a busca de instalação de correspondente bancário e houve capacitação sobre o uso de planilhas de gestão do microcrédito e da moeda social e por último formação sobre a criação de um Fórum de Desenvolvimento Local. Destaca-se que notamos, durante a pesquisa, a importância dada a autogestão. Foi elaborado um percurso formativo naquele período voltado a fortalecer o tema e colocá-lo em prática.

No projeto de criação dos Bancos do Preventório e de Saracuruna, há uma relevante participação do Banco Palmas. Abaixo, fazemos uma breve descrição sobre o mesmo, reconhecendo que as histórias dos BCDs se conectam à experiência pioneira desenvolvida no Ceará.

O Banco Palmas é o primeiro BCD do país, criado na periferia de Fortaleza (CE), no Nordeste. Moradores da favela Conjunto Palmeira foram os organizadores do Banco, em 1997. O Conjunto Palmeira foi urbanizado por sucessivos mutirões e enfrentava a especulação imobiliária, fruto da própria urbanização; moradores antigos vendiam seus barracos, indo morar em comunidades mais distantes. A Associação de Moradores do Conjunto Palmeira (AMCP) fez uma enquete e descobriu que 30% dos moradores estavam lá há menos de dois anos. O resultado da enquete levou à decisão de investir em ações e projetos de geração de renda na comunidade. A pergunta era como fazer tais projetos, numa comunidade com altas taxas de analfabetismo, desemprego alto, informalidade alta e endividamento alto (pessoas com restrições de crédito). Foram realizadas 97 reuniões, onde se perguntou por que somos pobres? E fez uma pesquisa com quatro perguntas: o que você consome por mês? Onde você faz a maioria das compras? Quais as marcas dos produtos? Você produz alguma coisa? Concluiu-se que 80% das famílias faziam a maioria das compras fora do bairro e apenas 1,7% produziam alguma coisa. Logo a pobreza do bairro se dava pois sua renda era transferida para fora.

Após esse acúmulo de discussões na Associação de Moradores e novas enquetes, decidiu-se pela criação do Banco, para estimular a produção e consumo local, sendo criado na sede da AMCP com fundo de 2 mil reais. Em 2003, o Banco Palmas cria o Instituto Palmas com objetivo de multiplicar os BCDs no Brasil e, em 2005, assina o primeiro convênio com o governo federal, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), subordinada ao Ministério do Trabalho, para difundir a metodologia dos Bancos nas cidades do

país. Também foi criada a Rede Brasileira de Bancos Comunitários cujo o objetivo é reunir as organizações de bancos comunitários e preservar aspectos da metodologia. Sobre a Rede Brasileira:

Constitui-se através da articulação de todos os Bancos Comunitários criados no Brasil, a partir da experiência e da metodologia desenvolvida pelo Banco Palmas, e que estão de acordo com o termo de referência e o marco teórico conceitual dos Bancos Comunitários. Todos esses bancos recebem uma espécie de “marca de certificação” da Rede (INSTITUTO PALMAS, 2006, p. 53).

Para Joaquim Melo ²⁷ era uma novidade o apoio de uma empresa privada a projetos de bancos comunitários: “Pela primeira vez no Brasil, uma empresa 100% privada estava financiando a criação de bancos comunitários. Isto era estratégico porque canaliza dinheiro do mercado para apoiar um projeto de desenvolvimento nas comunidades” (FRANÇA, 2013, p. 30). Pode se inferir que para o líder da Rede Brasileira retirar recursos do mercado, era importante para o desenvolvimento das comunidades, ou mesmo para a própria Rede, que atua em quase uma centena de comunidades do Brasil.

O pioneirismo dessa experiência poderia possibilitar novas oportunidades na visão de Joaquim Melo. Sobre isso, no capítulo 5 tecemos críticas a essa questão. O interesse da Enel era diminuir as perdas aproximando-se das comunidades e isso poderia ser uma fonte de recurso permanente para os bancos comunitários. Além dos recursos de doação para constituir fundo e criar os bancos, eles poderiam realizar serviços para a empresa. Isso proporciona serviços na própria comunidade, geraria recursos para a sustentabilidade econômica do Banco e reduziria os custos, aumentando os lucros da empresa e melhorando sua imagem. Enxergamos que este era um modelo pensado no projeto inicial. Outras empresas poderiam seguir esse caminho realizando negócios com a própria comunidade, apoiando o desenvolvimento da mesma (FRANÇA, 2013).

Inicialmente foram pré-selecionadas pela Enel, por meio do setor de Integração e Desenvolvimento Social, as comunidades do Preventório na cidade de Niterói e Parque Esperança, região de Saracuruna, em Duque de Caxias, ambas no estado do Rio de Janeiro, dadas as seguintes características, já relatadas no texto: a existência de comércio local, delimitação geográfica, a existência de algum grau de organização comunitária e identidade local, inclusive as condições de segurança, entre outros fatores.

²⁷ Fundador do Banco Palmas, líder comunitário, teólogo e coordenador da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Um fator relevante para a seleção da comunidade para a Enel é o pagamento de contas de luz, que para a empresa Enel é medido por meio do indicador de “cobrabilidade”. De forma resumida, a “cobrabilidade” é representada pela divisão entre o faturamento (quanto foi fornecido de energia) pela arrecadação (quanto disso foi recebido). Se a “cobrabilidade” é baixa, significa que os pagamentos estão em alta e, o inverso disso, significa inadimplência. Além disso, soma-se o furto de energia, popularmente denominado “gato” em uma determinada área geográfica.

Os projetos sociais da Enel pretendiam melhorar as condições de vida da população e proporcionar as condições para que a mesma pudesse pagar em dia as contas. Havia outros bairros que poderiam ter sido escolhidos, mas as condições de segurança não se mostraram viáveis (FRANÇA, 2013). Coube à Incubadora fazer a aproximação com as comunidades, levantar informações, inclusive acerca da violência e verificar se era possível implementar o projeto. Além disso, identificou *in loco* se o projeto atendia às expectativas das organizações comunitárias e se elas queriam efetivamente levar adiante o empreendimento.

O Preventório e Saracuruna atendiam às condições pré-estabelecidas e foram aprovadas pela Enel e Incubadora. Ainda é possível identificar características do Preventório que contribuíram nesta seleção. No Preventório, a Enel já realizava projetos sociais de seu programa, denominado na época Consciência Ampla. A comunidade tinha uma fama de tranquila, onde todos podiam agir à vontade; tinha uma delimitação geográfica clara, tendo quatro acessos, sendo dois principais, que são as ruas 14 de Abril e a Doutor Leitão; as pessoas se conheciam, pelo menos de vista, visto que a circulação se dá por estas vias principais.

No período que se inicia a mobilização do projeto de criação do Banco no Preventório, dois grandes programas públicos se encerravam: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que realizou uma grande intervenção urbanística, inclusive com a construção de 248 unidades habitacionais, e o Programa de Segurança com Cidadania (PRONASCI), que implementou dois projetos na comunidade - Mulheres da Paz e Protejo – onde, no primeiro, o foco era o combate à violência contra mulheres e pelos direitos humanos e, no segundo, a atuação era com juventudes, direitos humanos e com qualificação para o mercado. Tais ações do governo impactaram um grande número de beneficiários da comunidade. Destacamos que isso impulsionou a mobilização para a criação do Banco no Preventório, segundo Bárbara França (2013), vários moradores que atuaram nos projetos encerrados queriam continuar realizando ações. Havia uma sensação de frustração em virtude da descontinuidade das ações/políticas.

Podemos depreender que a soma destes fatores e outros tornaram possível a criação do Banco Comunitário do Preventório, que inaugurou no dia 13 de setembro de 2011, na mesma semana em que se inaugurou os Bancos da Cidade de Deus²⁸ e de Saracuruna. A partir daí, começou uma nova fase, que era organizar o funcionamento do BCD do Preventório.

4.2 Funcionamento do Banco e assessoria da Incubadora

Após a inauguração iniciou-se outra fase, que nesta dissertação procuramos chamar de “assessoria”, que configurou-se como o momento onde o Banco passa a funcionar, ou seja, iniciam algumas das atividades como, por exemplo, o microcrédito para a produção e para o consumo. É um período onde a assessoria da Incubadora ganha outra forma, porque está acompanhando bem de perto o cotidiano do funcionamento do Banco.

Destacamos esse período, que iniciou em setembro de 2011 e se estendeu até dezembro de 2012, sendo os seis últimos meses menos intenso. O primeiro semestre do ano de 2011, que antecede a inauguração, é um tempo que podemos denominar como pré-incubação, onde acontece a gestação do Banco; todavia, no segundo semestre ele nasce, e então precisou ser assessorado/incubado.

As dificuldades técnicas e de gestão eram muito grandes. Observou-se que entre as pessoas selecionadas para trabalhar no Banco, algumas não sabiam usar o computador, quase a totalidade só tinha o conhecimento básico do uso de tecnologias de informação e comunicação, que são a base do funcionamento de um BCD, bem como a maioria não conhecia de cálculos complexos de matemática financeira. Rodrigues (2018), em entrevista, comentou:

Preocupação sim por que eu não sabia nada, não sabia nem mexer no computador, nem mexer no mouse, eu pensei: "Meu Deus!". Mas como as pessoas, você mesmo me ajudaram pra caramba né? Isso pra mim foi um medo mas fui passando por cima, chorava muito, queria desistir, mas não desisti.

A Incubadora procurou levar as pessoas selecionadas para intercâmbio com outros Bancos, por exemplo, o Banco Bem e o Banco Palmas, assim como houve treinamento sobre técnicas específicas utilizadas na gestão do Banco, por exemplo, uso de Excel, uso de planilhas fechadas para cálculo de microcréditos, como aplicar a metodologia de análise para liberação ou não do microcrédito, o preenchimento de formulário de solicitação do microcrédito

²⁸O Banco da Cidade de Deus foi construído com financiamento público, por meio de um convênio do governo federal com a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

produtivo e para o consumo, preenchimento de notas promissórias para garantir o crédito, controle do fluxo financeiro das moedas sociais, abertura e fechamento de livro caixa, contabilidade básica, comunicação por ofícios e memorandos, registros em atas, e outras técnicas.

Sobre a gestão de um BCD, foi enxergado uma complexa trama de conhecimentos necessários para o seu funcionamento; um aspecto fundamental foi a tentativa da assessoria transferir o conhecimento para implementar a autogestão.

O ciclo formativo para organização do Banco foi longo, cerca de seis meses. Os temas estudados giravam em torno da economia solidária, economia popular, associativismo, desenvolvimento local, finanças solidárias e autogestão. Sobre o último, Barbará França (2013, p. 66) afirma que: “a autogestão precisa, desde o início, ser definida como a maneira de funcionar um BCD. No entanto, nenhuma destas atividades ou práticas são fáceis de se realizar: elas são conquistas a serem obtidas no amadurecimento e consolidação dos BCDs, por todos os envolvidos”.

No primeiro ano foram realizadas, semanalmente, reuniões de gestão, em que participaram os diretores e conselheiros, assim como os trabalhadores do Banco, e também os assessores da Incubadora; ainda foram feitas muitas formações. Foi observado que esse esforço tinha como objetivo construir uma gestão coletiva e democrática, decidir junto e fazer junto; era muito relevante manter esse ritual. Podemos inferir que não era certo o entendimento de todos sobre a relevância de colocar em prática a autogestão, porém era uma intenção desde o início do projeto.

A autogestão por vezes se confunde com um conjunto de práticas democráticas e de decisões coletivas, porém seu significado é polissêmico. A autogestão, segundo Paulo Peixoto de Albuquerque, pode ser entendida como (CATTANI, 2003, p. 20):

o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um “coletivo”. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

O Banco Preventório apresenta elementos que identificam a autogestão no empreendimento. Observamos que os meios de produção são coletivos, existem assembleias anuais, os dirigentes são escolhidos pelos associados, acontecem reuniões semanais para decisões sobre procedimentos administrativos e acompanhamento de tarefas, projetos,

processos e outros, e é facultada a participação de gestores, pesquisadores, voluntários, associados e moradores nas decisões sobre o Banco, ainda que a decisão final seja dos gestores.

França (2013, p. 66) afirma como características essenciais para os BCDs: “b) os ativos do BCD (bens e direitos) serem propriedade do coletivo; c) a autogestão como prática administrativa do banco; d) a constituição de fóruns democráticos de decisões sobre o território e sobre o próprio BCD”.

É importante acrescentar que o Banco Preventório teve como seus fundadores e diretores, na primeira gestão, pessoas com influência na comunidade. Isso algumas vezes acarreta dificuldades para a autogestão, visto que estas pessoas exercem forte ascendência sobre as decisões do Banco, muitas vezes fazendo com que o mesmo não siga um caminho que respeite as decisões do coletivo, ou por meio da quase imposição, altere o rumo da construção coletiva.

A autogestão também pode ser entendida com um significado de valor político, buscando alterar qualquer forma de intermediação (GUILHERM; BOURDET, 1976, *apud* HENRIQUES, 2015). Muitas vezes os gestores do Banco, que também são líderes comunitários, tinham dificuldade de entrelaçar, de forma combinada, a autogestão administrativa com a autogestão como luta política, visto que a segunda tem uma dimensão que ultrapassa os limites da organização.

Em nossa experiência, notamos que o Banco seguiu um processo autogestionário que, ao longo dos anos se fortaleceu, combinando ações, tais como: assembleias anuais abertas, reuniões semanais dos gestores facultada a participação de voluntários e pesquisadores, além de realização de seminários. Em consequência disso, notamos um amadurecimento dos processos de construção da autogestão; todavia, essas atividades eram mais intensas no período que se realizava a assessoria da Incubadora.

Enxergamos que as reuniões semanais são muito relevantes para a organização do Banco, porque a dinâmica comunitária é de intensa mudança e os objetivos que nutrem a estratégia de atuação de organização necessitam de constante monitoramento. Conforme foi falado anteriormente, a atuação para o desenvolvimento local implica muito envolvimento dos participantes nas questões comunitárias, além de uma capacidade cognitiva diferenciada.

Entretanto, para que se mantenha a autogestão, diuturnamente, é necessário um trabalho hercúleo de muita mediação, que levou ao Banco adotar a medida de ter uma reunião semanal. Isso revelou que na autogestão também são relevantes as decisões cotidianas e a divisão do

trabalho, criando funções específicas conforme as características da organização. Essa autogestão se assemelha ao que foi denominado autogestão parcial ou nas unidades produtivas (FARIA, 2009, *apud* HENRIQUES, 2015).

Novamente, vemos que a adoção de uma gestão democrática com planejamento participativo, bem como a cogestão, se consolidou no Banco. De uma forma geral, os empreendimentos solidários tentam cumprir os princípios que norteiam a economia solidária. Essas organizações procuram construir redes associativas, que também são autogestionárias, para construir soluções coletivas e se fortalecer; um exemplo é a própria Rede Brasileira.

Ainda notamos que no Banco Preventório todas as pessoas que participam da organização são moradores. Aqueles(as) que se tornaram gestores (diretores, conselheiros ou trabalhadores), foram escolhidos pelos moradores em assembleia e passaram por formações mais aprofundadas sobre BCDs, organizadas pela Incubadora. Podemos, a partir disso, inferir que a gestão também era comunitária. Dentre os escolhidos para representar a comunidade nessa nova organização, uma parte significativa deles já faziam parte de outras redes engajadas, inclusive de fóruns de economia solidária.

A Incubadora enviava quase diariamente algum assessor para o acompanhamento das atividades no Banco. Desde o início do mesmo, havia bastante movimento, pessoas procurando entender o que era o Banco e utilizar os seus serviços. Os gestores ainda não estavam devidamente preparados para uma série de questões e procedimentos que também estavam em construção. Por isso, havia um acompanhamento direto e constante da Incubadora. Lembramos que, nesta pesquisa, foram categorizados como “assessores” os alunos de graduação bolsistas, mestres e professores, envolvidos com a experiência, bem como outros técnicos do projeto, que foram selecionados pela Incubadora.

A incubadora criou uma metodologia de acompanhamento em campo (FRANÇA, 2013, p. 72):

[...] foram realizadas duas reuniões semanais na universidade, com duração de quatro a cinco horas, com a coordenação e os alunos-bolsistas. As reuniões de segundas-feiras visavam à formação ou aprofundamento teórico do grupo em economia solidária e em conhecimentos técnicos, financeiros e legais, a partir das questões vivenciadas nas comunidades ou no dia a dia dos bancos. Às quintas-feiras era realizada a preparação das pautas e materiais de formação a serem trabalhados nas reuniões aos sábados. Presença nos bancos: os bolsistas foram, portanto, preparados a dar assessoria às dificuldades encontradas pelos bancos e cada um deles esteve presente duas vezes por semana, durante quatro horas, na comunidade escolhida. Durante 12 meses trabalharam seis bolsistas em cada banco, em oito horas semanais, cada um, num total de 48 horas semanais de assessoria em cada BCD equivalentes 192 horas mensais e 2304 horas anuais de assessoria em cada BCD.

Vemos que houve um aporte intenso de ações para que assessoria pudesse realizar a tarefa de organizar dois BCDs ao mesmo tempo, o do Preventório e o de Saracuruna. Ainda notamos que o período que compreendeu essa empreitada se deu, principalmente, entre a inauguração (setembro de 2011) até o fim do ano de 2012. A partir desse período enxergamos outro momento do Banco.

4.3 Caminhando contra o vento

Conforme identificamos no final de 2012, findou-se a assessoria da Incubadora; desse período em diante, seguiu-se uma caminhada caracterizada por um processo de autonomia organizativa do Banco. Observamos que a Incubadora passa a ser uma parceira permanente do Banco, bem como a Enel, o Instituto Palmas, a ONG Ateliê de Ideias e a própria Rede Brasileira, onde o Banco se filiou. Todavia, os rumos da organização passam a ser de estrita decisão da própria organização.

Inicialmente, se manteve uma estrutura administrativa e organizativa que se pautava pela autogestão construída diariamente, assim como em momentos de discussões intensas entre os participantes. Houve uma rotatividade de pessoas, algumas se afastaram do Banco e outras se mantiveram até o presente ano. Analisando, até o período de 2016, sobre a configuração da categoria “gestores”, ocorreu que no primeiro ano foram selecionados três jovens, sendo eles Pablo Fabiano Rhamiris Santos de Souza, Natalie de Souza Silva de Freitas e Felipe Roberto da Silva, assim como outras cinco pessoas, Maria das Graças Nunes de Oliveira, Sônia Maria da Silva Faria Rodrigues, Maria Hosana Gomes da Silva, Márcia Guedes de Camargo e Cristina Rebeque. Essa seleção foi realizada pela diretoria da Associação Preventório Solidário, gestora do Banco, também acompanhada pela Incubadora.²⁹

Passada a fase de uso de recursos advindos da Enel, via fundo de tecnologia e inovação da ANEEL, o Banco precisou diminuir custos e não se renovou as bolsas dos jovens. Somente seguiu o trabalhando Hosana e Sônia; todavia, Graça e Márcia continuaram presentes na organização, que manteve um núcleo de voluntários, na sua maioria moradores da comunidade, podemos citar alguns: Marcos Rodrigo, Ana Paula da Bem TV³⁰, Pastor da Juarez da Igreja

²⁹ Conforme falamos anteriormente, houve a necessidade de criação de uma associação gestora; essa escolha de equipe foi feita em uma reunião aberta, onde participaram gestores, moradores e a equipe da Incubadora.

³⁰ A Bem Tv é uma ONG que atua com educação e comunicação com jovens de periferias e tem longa atuação no Preventório.

Batista do Preventório³¹, Marlene, Fátima e outros.

Podemos inferir que as pessoas que eram bolsistas, assim como diretores ou conselheiros do Banco, tendem a se manter associados a ele, colaborando como voluntários, mesmo quando não há recursos para pagamento de bolsas. Graça, Márcia, Hosana, Sônia, Marcos Rodrigo, “Sônia Preta” e Ana Paula Fontes Quaresma, além de fundadores(as) associados(as), compuseram a primeira diretoria e conselho fiscal do Banco (única que se afastou completamente foi a Ana Paula Fontes Quaresma, que mudou-se do Preventório).

Ainda neste período, foi feita uma segunda eleição de diretoria elegendo novos integrantes, que também eram fundadores: Pastor Juarez e Ana Paula da Silva. Os mandatos no Banco conforme seu estatuto social tem 4 anos de duração.

Notamos diferenças nos períodos em que estamos analisando. Sobre o microcrédito para o consumo e de produção, no período em que houve assessoria da Incubadora, observamos uma grande quantidade de emissão de microcréditos, porém houve um aumento inesperado da inadimplência, que posteriormente foi controlado; todavia, com a diminuição dos recursos financeiros do Banco no período após a incubação, o número de emissão de microcréditos diminuiu; porquê isso está vinculado à quantidade de recursos disponíveis no fundo social³², investigaremos isso no capítulo 5.

Inicialmente, havia mais recursos para os microcréditos e uma grande procura, assim como havia muita recusa, em função dos pedidos estarem fora da metodologia aplicada, que em resumo, buscou-se atender as pessoas com menor renda (consumo) e pequenos empreendimentos que utilizaram o microcrédito (produtivo) para a produção de bens e serviços, segundo informações dos gestores do Bancos. Identificamos a preocupação com os pagamentos dos microcréditos, que segundo Sônia Rodrigues (2018)³³, atual presidente do Banco e conselheira na primeira gestão:

Preocupação de sair de um projeto totalmente diferente e entrar em um banco comunitário, lidar com moeda social, lidar com empréstimo, ir na casa das pessoas, subir e descer, totalmente diferente, eu pensei: Meu Deus, onde eu estou, onde estou me metendo? Meu medo era fazer alguma coisa errada porque é uma responsabilidade muito grande, só que agora a gente já tira mais de letra né, a gente não sabia de nada, nós fomos muito corajosos de entrar em um projeto desse e sermos responsáveis, somos corajosos.

³¹ Pastor da Igreja Batista do Preventório, organização que apoiou o Banco na sua fundação.

³² Fundo usado para o microcrédito.

³³ Sônia Rodrigues, moradora, fundadora e atual presidente do Banco.

Houve no mesmo período a operacionalização do Clube de Energia, que nos primeiros anos funcionou plenamente. O Clube foi concebido pela Enel. A proposta era que o Banco fizesse a intermediação com a comunidade para realização de serviços da Enel, como instalação de relógios, revisão de contas, inscrição em tarifa baixa renda, renegociação de dívidas e outros serviços. Existia também a realização de eventos sobre consumo consciente da energia elétrica e foram confeccionadas carteiras³⁴ que eram utilizadas nos sorteios de brindes durante os eventos.

A Enel estava fazendo isso para demonstrar compromisso social com as comunidades que vendia o serviço e isso era estratégico para os BCDs, porque canaliza recursos das empresas para as comunidades em um projeto de desenvolvimento local. Era uma interessante oportunidade de negócio e de responsabilidade social ao mesmo tempo, porque poderia ter redução de perdas, ampliação de sua rede, recuperação de dívidas e a proximidade com os consumidores, segundo Joaquim Melo (FRANÇA, 2013).

Esse tipo de relação entre uma concessionária de energia elétrica e uma empresa privada com capital aberto era, até aquele momento, pioneira, um sistema que poderia gerar renda transferida da empresa para a comunidade (FRANÇA, 2013). Investigamos o Clube, entre os anos de 2011 e 2013 e, neste intervalo, o Banco realizou as atividades previstas, como atendimentos de moradores e a realização de eventos com o apoio da Enel, e recebeu os recursos financeiros provenientes do cumprimento do contrato estabelecido entre o Banco e a empresa.

Inferimos que o Banco foi financiado motivado também pelo interesse da Enel desenvolver o Clube. Os recursos para criação do Banco foram intermediados pela Enel na ANEEL pois, conforme norma regulatória, as concessionárias de energia elétrica devem gastar 0,2% do seu faturamento obrigatoriamente com pesquisa e desenvolvimento. A criação de BCD com um Clube eram uma experiência e também uma inovação.

O Banco e a Enel celebraram um contrato no qual o Banco passava a ser o intermediador de serviços da empresa da comunidade. Muitas pessoas da comunidade tinham e ainda têm dificuldade de terem atendidos seus pedidos sobre o fornecimento de energia que, em geral, são parcelamentos de dívidas, revisão de contas de consumo de energia, solicitação de regularização do fornecimento de energia e outros serviços.

A Enel tinha um interesse estratégico de criar uma nova tecnologia para melhorar o relacionamento empresa-comunidade. Inicialmente o Clube funcionou, contudo, com o

³⁴ Carteiras de associados ao Clube.

crescimento da ocupação do território pelo tráfico de entorpecentes, a Enel deixou de atender diversos pedidos de moradores, perdendo credibilidade na comunidade; em consequência disso, os serviços de fornecimento de energia voltaram a piorar. Ressaltamos que é importante observar que o investimento em responsabilidade social feito pela concessionária de energia tinha o interesse de mercado explicitado em contrato com o Banco Comunitário do Preventório, que recebia pela prestação do serviço, ou seja, a cada atendimento de parcelamento de dívida, revisão de dívidas, instalação de medidores de energia e outros, o Banco receberia uma remuneração por estes atendimentos.

Notamos que a diretoria do Banco considerava importante os recursos financeiros provenientes dessa relação para ajudar no pagamento dos custos mensais e aumentar o fundo de microcréditos, todavia, havia críticas ao valor, que era considerado baixo, por ser muito trabalhoso e não compensar, e a falta de assistência das equipes de Enel (eram diversas equipes envolvidas, por exemplo de manutenção a equipe social). Com o passar do tempo, a falta de apoio da Enel foi prejudicando o funcionamento do Clube, que era justificado como resultado da violência crescente no morro do Preventório, inclusive tráfico. Ainda que a empresa tenha apresentado aos diretores do Banco estudos comprovando a eficácia, na sua visão, do Clube, não se manteve a experiência, que aos poucos deixou de existir.

Outro serviço considerado pela comunidade como importante é o correspondente bancário, que se caracteriza por ser uma pessoa jurídica, neste caso a Associação Preventório Solidário³⁵ gestora do Banco, que trabalha como agente intermediário entre o banco Caixa Econômica Federal (CEF) e os clientes, com o objetivo de realizar diversos tipos de pagamentos. O Banco, seguindo a orientação da Rede, buscou contato com a Caixa com a finalidade de ser tornar um correspondente bancário. Notamos que a escolha de ser com a Caixa está relacionado aos diversos benefícios do governo intermediados por este banco. Conforme Ícaro Moreno (2018)³⁶:

Tentamos por meses, numa negociação difícil, convencer a Caixa da importância de termos esse serviço junto com um Banco Comunitário. Eu e Marcos fomos a agência em São Francisco diversas vezes, com muita insistência conseguimos que uma gerente regional fosse a comunidade do Preventório e, depois dele conhecer a comunidade e comer um peixe bem gostoso, aprovou a proposta de termos um correspondente bancário, e isso fortaleceu o trabalho do Banco.

O correspondente foi o serviço mais usado pela comunidade no Banco no período

³⁵ Associação criada para gerir o Banco do Preventório, legalmente estabelecida.

³⁶ Ícaro Moreno ex-bolsista da Incubadora.

estudado (no capítulo 5 serão apresentados dados). Ele é considerado relevante como instrumento de inclusão financeira, às vezes confundido com o próprio Banco, que conforme Maria Silva (2018)³⁷ conta, a comunidade chama de “É o banquinho, o banco do povo, a Caixa [...]”.

Durante o espaço que compreende as duas fases que se sucederam à inauguração, alguns projetos paralelos ao Banco iniciaram seu funcionamento, a partir dele ou com o apoio dele. Alguns destes funcionaram por longo período e outros não. Encontramos referência a tentativa de realizar um curso pré-vestibular comunitário; organização de uma rede³⁸ de artesãos locais que prosperou: o desenvolvimento de atividades de educação e comunicação com jovens e adolescentes com dois projetos, o primeiro Jornal Ainda Não Pensei, organizado pela instituição Paiol Cultural³⁹ e o segundo, Mais Educomunicação, organizado pela RENAJO (Rede Nacional de Jovens e Adolescentes Educomunicadores); e apoio a cultura com os projetos: núcleo de música clássica da Orquestra da Grotta, Cine de Buteco Sarau e Studio Funk do Pai.

O Banco fazia parte e alimentava uma rede comunitária engajada em prol do desenvolvimento comunitário. As pessoas que faziam parte da organização do Banco também, como já foi relatado aqui, já participavam de organizações comunitárias; podemos deduzir que isso ampliava e dava sinergia para fortalecer a própria organização dentro da comunidade e fora, assim como contribuindo para a consolidação do Banco.

O Banco também viabilizou muitas atividades de responsabilidade social que faziam parte da plataforma da Enel. Algumas delas eram muito atraentes para a comunidade, como a troca de lâmpadas incandescentes por outras de baixo consumo, as fluorescentes, e também a troca de geladeiras antigas por novas, para moradores de baixa renda. Com o governo municipal e outras organizações da cidade, realizou ações de cidadania, como diversos serviços oferecidos com parceiros, por exemplo, segunda via da carteira de identidade, da certidão de casamento, nascimento ou óbito, entre outros.

Desde a inauguração, o Banco passou a participar dos encontros da Rede. A mesma realizava tais eventos com apoio do Governo Federal que, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), passou a

³⁷ Maria Hosana Gomes da Silva, fundadora e gestora do Banco.

³⁸ Maria das Graças Nunes de Oliveira, que foi gestora do Banco, era artesã e organizou, junto com Fátima, um grupo de artesãos que produziam e comercializavam juntos, denominado Mulheres Artesãs do Preventório (MAP), que teve o apoio do Banco até o presente ano.

³⁹ Organização atua com cultura e educação e desenvolveu projeto em parceria com o Sesc.

fomentar uma política pública de fortalecimento dos BCDs por meio de editais.

No começo, o Banco apenas participava das formações, porém, com o passar do tempo, e construindo articulações com a SENAES, conseguiu também receber apoio com a contratação de duas pessoas no convênio⁴⁰ do apoio aos BCDs do Sudeste, que foi coordenado pela organização denominada Ateliê de Ideias, gestora do Banco Bem no Espírito Santo.

Notamos que existia um momento promissor para o Banco, porque Ele tinha o apoio da Incubadora, ainda que o projeto tenha acabado, mantinha uma boa relação com Enel, ainda que o Clube não tenha prosperado, e passava a ter apoio da política pública do governo federal de fomento às finanças solidárias, incluindo os BCDs. Todavia, tendo que, sozinho como organização, mas em autogestão, construir seu funcionamento e continuidade, e os desafios foram variados.

A diretoria do Banco percebeu com o seu funcionamento que, devido aos custos de manutenção permanentes, se não tivesse aumento do fundo de microcrédito no futuro, ele poderia ser consumido pelos custos de manutenção. Isso também se dava pela aplicação de créditos para o consumo sem juros e o crédito produtivo com os juros muito reduzidos pois, conforme a metodologia aos BCDs, deveriam manter juros baixos, visto que os BCDs também recebem recursos públicos ou privados, para o fomento e custeio; mas nem sempre o Banco do Preventório conseguiu recursos de qualquer natureza.

Os recursos resultantes do trabalho do correspondente não eram suficientes para manter os custos operacionais do Banco como, por exemplo, luz, água, telefone, internet, pessoal e outros. E, sem os recursos do Clube, tornava-se mais difícil e ainda que, por um período, as receitas e despesas estivessem equilibradas, por conta de um convênio com a SENAES, isso deveria ser um ponto de atenção.

O Banco, desde de sua inauguração, procurou captar recursos por meio de editais e parcerias, motivados por essas dificuldades. Porém, notamos que não haviam pessoas capacitadas na elaboração de projetos. Ainda assim, a diretoria passou de forma persistente a tentar e teve um primeiro resultado em 2015, sendo reconhecido como uma das melhores práticas de economia solidária do Brasil pelo BNDES ⁴¹. O Banco recebeu um prêmio de 20 mil reais, que ajudou a reforçar o fundo de microcrédito que, naquele período, já precisava de

⁴⁰ A chamada pública pela SENAES ocorreu em julho de 2013.

⁴¹ Prêmio do BNDES: Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/niteroi/2015-06-20/banco-comunitario-do-preventorio-brilha-em-premio-nacional.html. Acesso em: 20 set. 2018.

ser fortalecido.

No segundo semestre de 2015, a SENAES já apresentava sinais de descontinuidade das políticas públicas, incluindo perspectivas do fim desta Secretaria, que tinha *status* de Ministério e que foi criada em 2003, no começo do governo Lula. Em junho de 2016, o intelectual, economista e professor aposentado Paul Singer, que esteve à frente da SENAES por 13 anos, deixou o cargo. Isso teve consequências para o conjunto dos atores da economia solidária, que tinham nesta Secretaria um órgão animador, articulador e fomentador da política pública de ecosol no país⁴². O Banco do Preventório também foi prejudicado, perdendo convênio importante que apoiava a manutenção, bem como fomentava a articulação das experiências de finanças solidárias.

Com o fim do apoio da SENAES, isso dificultou a emissão dos microcréditos, atividade fundamental para o funcionamento, assim como a própria diretoria identificou que, quando se tem pouco recurso para a manutenção e para o microcrédito, a tendência é diminuir a emissão de microcréditos para se manter o funcionamento da organização, em razão de que a organização desenvolve outras atividades importantes para a comunidade, ainda que as operações de microcréditos sejam um fundamental instrumento de desenvolvimento.

Notamos que os Bancos tradicionais fariam o inverso, aumentariam os juros para cobrir as despesas. Todavia, os BCDs, por receber subsídios públicos ou privados, justificados pela sua atuação em prol do desenvolvimento local, buscam outras formas para manter seu funcionamento. A gestão do Banco até aquele momento optou buscar manter os juros baixos e buscar recursos por meio das políticas públicas e/ou editais, bem como parcerias.

Enquanto pesquisamos sobre o tema sobre os BCDs e a política pública de microcréditos, notamos que os sucessivos governos não têm apoiado devidamente tais experiências. Os governos Lula e Dilma decidiram fazer uma política de microcrédito por meio de bancos tradicionais, quando poderiam ter apoiado a proposta da Rede, que era destinar parte dos investimentos públicos em política pública de microcrédito através dos BCDs e outras organizações de finanças solidárias.

Segundo Paul Singer, “o sistema bancário pouco se abriu para nós” (CADERNOS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS, 2016, p. 6); persiste a falta de crédito e financiamento para a Economia Solidária. As iniciativas de finanças solidárias e de crédito solidário, Bancos Comunitários, Fundos Solidários, Cooperativas de Crédito Solidários, são um avanço

⁴² Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br>. Acesso em: 20 set. 2018.

estratégico na difusão e no fortalecimento da Economia Solidária porque, em geral, tem como propósito uma outra economia, e aperfeiçoar a nossa democracia (CADERNOS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS, 2016).

A SENAES buscou como foco o fortalecimento das finanças solidárias, no período que compreendeu 2003 a 2016, para criar um campo de autofinanciamento da Economia Solidária, visto que o sistema bancário tradicional está muito longe de atender às demandas da população de baixa renda e também de seus empreendimentos coletivos. Sobre isso, encontramos o trecho da Ação Nacional de Finanças Solidárias:

As iniciativas de economia solidária são instrumentos para o acesso a bens materiais para a produção ou o consumo, que muitas vezes constitui-se também instrumentos de mobilização e organização social, dinamização econômica e construção coletiva de caminhos para o desenvolvimento solidário de comunidades empobrecidas urbanas ou rurais (NESOL-USP, 2016, p. 8).

Em 2003 foi criado o Grupo de Trabalho de Interministerial (GTI) para tratar de microcrédito produtivo orientado. O GTI precisava reagir, especialmente, a questões colocadas pelas organizações que trabalham com microcréditos para a população de baixa renda na economia informal. “Concluiu-se que o principal entrave para essa a falta de base legal às operações de microcrédito, microfinanças, e de finanças solidárias com o uso de recursos públicos” (NESOL-USP, 2016, p. 9).

Em 2015, como fruto desse trabalho, foi criado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO - lei nº 11110/05). O PNMPO utilizava recursos do Fundo de Amparo ao Trabalho (FAT) e 2% dos depósitos compulsórios à vista que o Bancos tradicionais mantêm junto ao Banco Central, e possibilitou melhorias nas condições dos microcréditos para o empreendedorismo popular, como também para as operadoras, com destaque para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Sociedades de Microcrédito Empreendedor (SMCs).

No entanto, o programa não contemplou as demais organizações da sociedade civil (ONGs), como as organizações de Finanças Solidárias, e não valorizou o papel estratégico dessas organizações no desenvolvimento de comunidades empobrecidas, expressando assim a participação ao mesmo tempo convergente, mas bastante desigual das políticas de Finanças Solidárias, microcrédito e microfinanças no governo federal (NESOL-USP, 2016, p. 9).

Segundo Antonio Haroldo Pinheiro Mendonça⁴³:

[...] O Estado brasileiro, mesmo com as forças dos governos Lula e Dilma, infelizmente, não reconheceu o potencial das experiências de finanças solidárias,

⁴³ Coordenador geral de Comércio Justo e Crédito da SENAES.

como instrumento de viabilização do financiamento ao desenvolvimento das comunidades pobres e dos empreendimentos de economia solidária, inversamente valorizou o chamado empreendedorismo individual em relação à autogestão das comunidades, excluindo, desse modo, as iniciativas de Finanças Solidárias do PNMPO [...] (NESOL-USP, 2016, p. 9).

Apesar dos esforços da SENAES nas relações intragoverno, as finanças solidárias não foram valorizadas. Conforme descrevemos, enxergamos que isso também foi uma grande dificuldade que o Banco atravessou, mas não só o do Preventório. Durante os anos de 2011 a 2013, o Banco apenas participava de reuniões da Rede para formação e articulação, não recebia recursos do governo federal para custeio; todavia, após 2013, conseguiu o apoio com a contratação de 2 agentes de desenvolvimento solidário.

Naquele contexto, esse apoio do governo federal foi muito relevante para manter o funcionamento das atividades do Banco; entretanto, seguia o problema de ter poucos recursos para o fundo de microcrédito, tanto para o consumo quanto para a produção, que podemos deduzir que também é uma consequência da falta de investimento público. Todavia, o apoio do governo federal se manteve até o ano de 2016, ano que definimos como término para nossa investigação. Neste ano, como revelamos, consumou-se uma grande crise política no país e, em consequência disso, tivemos a saída do Secretário Paul Singer e a descontinuidade das políticas públicas federais de Ecosol.

5 BANCO DO PREVENTÓRIO - SERVIÇOS E PROJETOS

Os BCDs buscam atuar pelo desenvolvimento local de suas comunidades. Observando as pesquisas sobre os mesmos, concluímos que não existe uma cartilha, em sentido literal, que possa demonstrar qual o caminho a seguir passo a passo. Existem diretrizes gerais e conceitos que autodeterminam o que é ou não é um BCD, expressos, principalmente, no termo de referência da Rede e em trabalhos publicados pelo Instituto Palmas, que inclusive sofreria modificações no encontro nacional deste ano⁴⁴.

Dada a falta de uma receita para o desenvolvimento local, os gestores do Banco, de certa forma, foram flexíveis para adaptar a atuação da organização ao contexto geral em que ela está inserida. Ainda assim, constatamos que o Banco inicialmente buscou seguir à risca a metodologia de funcionamento dos BCDs. Em seguida à inauguração, procurou iniciar imediatamente o microcrédito, tanto para a produção quanto para o consumo. Foram cadastrados 80 comércios para aceitar a moeda social, que foi chamada de “Prevê”. No segundo semestre de 2011, foi repassado o valor de R\$ 70 mil reais para a conta corrente da associação gestora do Banco; este recurso era proveniente do fundo de inovação, ciência e tecnologia da ANEEL e compôs o fundo de investimento comunitário.

Acessando os dados da organização, quanto à concessão de microcrédito produtivo, enxergamos que, entre 2011 e 2013, foram os anos com maior concessão, sendo o ano de 2012 o auge. A partir de 2013 até 2016, houve uma queda na liberação de microcréditos e, em 2016, foi suspensa esta função. Sobre isso, constatamos que houve dificuldade de obter novos recursos para o fundo de investimento comunitário do Banco e que isso levou ao encerramento deste serviço até que a organização consiga levantar novo aporte ao fundo. Neste período, o Banco buscou captar recursos por meio de editais e parcerias, porém não foram suficientes para voltar com essa função, mas apenas manter outras atividades desenvolvidas pela organização. Segue abaixo planilha de concessão de microcrédito produtivo:

Microcrédito Produtivo		
Ano	Quantidade de Contratos	Valor anual (R\$)

⁴⁴ Neste ano, no mês de setembro, acontecerá o Encontro Global de Bancos Solidários e, neste encontro, se debaterá o marco teórico conceitual dos BCDs.

2011	13	5800,00
2012	148	87064,10
2013	34	17505,12
2014	01	800,00
2015	10	5130,00
2016	11	5700,00

Tabela 2 – Microcrédito produtivo: quantidade e valor.

O objetivo do microcrédito produtivo para os BCDs é ampliar a produção de bens e serviços no território, e a metodologia utilizada para concessão seguiu um conjunto de orientações e instrumentos fornecidos pelo instituto Palmas, ainda que cada Banco possa adaptar critérios conforme sua realidade (INSTITUTO PALMAS, 2011). Utilizou-se uma ficha padrão de solicitação e análise do crédito e nela continha indicação de duas referências; buscou-se visitar o empreendimento e conversar com os vizinhos, todavia notamos que essas duas etapas nem sempre foram cumpridas. Foi formado o Comitê de Aprovação do Crédito (CAC) e, segundo a metodologia da Rede, ele deve ser composto por 3 a 5 membros, sendo eles, o gerente de crédito, o analista de crédito e um representante da entidade gestora. O Banco do Preventório não adotou esse modelo e os gestores, em reuniões com no mínimo 3 participantes, autorizavam o microcrédito produtivo. Sobre isso, observamos que houve muitas discussões e conflitos graves na hora de aprovar, pois alguns membros da entidade gestora e agentes de desenvolvimento não chegavam a um consenso em alguns pedidos. Notamos que houve um certo descontrole sobre o rigor que deveria se ter na aplicação da metodologia de aprovação do microcrédito e como seria essa aplicação, havendo assim muita subjetividade, que pode explicar problemas quanto à inadimplência. Abaixo, apresentamos uma planilha com informações sobre a concessão de microcrédito produtivo e a inadimplência:

Ano	Qd microcréditos	Qd inadimplência	Valor anual emprestado (R\$)	Valor recebido(R\$)	Taxa de inadimplência (%)
-----	------------------	------------------	------------------------------	---------------------	---------------------------

2011	13	2	5800,00	6014,89	15,38
2012	148	17	87064,10	85297,60	11,48
2013	34	4	17505,12	17038,02	11,76
2014	1	0	800,00	890,20	0
2015	10	0	5130,00	5791,89	0
2016	11	0	5700,00	6245,47	0

Tabela 3 - Microcrédito produtivo: inadimplência.

Observamos que o primeiro ano apresentou maior índice de inadimplência, que chegou a 15,38%, e a mesma foi caindo até chegar no valor nulo, em 2016. Os 3 primeiros anos apresentam o maior número de concessões de microcrédito e, nos 3 últimos, existe uma queda vertiginosa; no ano de 2017 não há mais operações. Questionando os gestores sobre este problema, indicaram que a razão para a diminuição de microcrédito que, inclusive, levou a suspender essa atividade, está vinculado à falta de novos projetos que pudessem cobrir os custos de manutenção do Banco. Além disso, a remuneração das operações é baixa e não consegue pagar todas as despesas, bem como seria necessário um volume maior de operações para ampliar a receita.

Sobre a inadimplência nos BCDs, notamos que aqueles que possuem fundos mais flexíveis, que foram formados por doações, podem fazer microcréditos com maiores riscos e conviver com uma inadimplência razoável (INSTITUTO PALMAS, 2006). Isto se assemelha ao caso do Banco do Preventório, que teve uma trajetória onde seu fundo foi formado por doações (ANEEL e BNDES), por meio de projetos e prêmio. “Os bancos que operam com recursos captados no mercado, (PNMPO, por exemplo), precisam ter a inadimplência rigorosamente controlada porque esses recursos têm que ser devolvidos (INSTITUTO PALMAS, 2006, p. 48).

Abaixo apresentamos a planilha de microcréditos para o consumo:

Ano	Quantidade de microcréditos	Quantidade de inadimplência	Valor anual emprestado (R\$)	Valor anual recebido (R\$)	Taxa de inadimplência por contratos de
-----	-----------------------------	-----------------------------	------------------------------	----------------------------	--

					microcrédito (%)
2011	145	21	6920	6055	14,48
2012	650	98	44790	37918	15,07
2013	173	23	16318,10	13538,80	13,29
2014	21	0	1925	1925	0

Tabela 4 – Microcrédito para o consumo: inadimplência.

Sobre o microcrédito para consumo, observamos que os três primeiros anos apresentam o maior número de concessões de microcrédito, sendo o ano de 2012 com maior número, 650 operações e também o ano que a inadimplência foi maior, chegando a 15,07%. No ano de 2014, foi suspenso o microcrédito para o consumo, ainda que neste ano a inadimplência tenha sido reduzida a zero. Notamos que os gestores do Banco, preocupados com os poucos recursos para manutenção mensal do mesmo, optaram por suspender até que se pudesse retornar com este serviço, que posteriormente também aconteceu com o microcrédito para produção. Podemos inferir que a ausência de juros que cobrisse esta operação pode também ser um motivo para que sua suspensão seja anterior a do microcrédito produtivo. Lembramos que este microcrédito era realizado com moedas sociais.

A inadimplência é um problema também para os BCDs e um ponto de atenção.

O BCD pela utilidade social de suas ações e por estar voltado para a inclusão social, “tem direito” de ter inadimplência. E qual o banco comercial que não tem? Por outro lado, se não for para correr risco (investir nos pobres) não tem sentido a comunidade criar um Banco Comunitário (INSTITUTO PALMAS, 2006, p. 49).

Extraímos essa citação, que mostra uma visão sobre a inadimplência, e podemos supor que nem todos os autores e organizações de microcréditos tenham essa opinião, entende o “direito de ter inadimplência” porque estamos atuando com pessoas com alta vulnerabilidade social. No Banco, observamos muita preocupação dos gestores com a inadimplência e cuidado com essa questão.

Sobre a carteira de moradores inadimplentes, observamos que, conforme informação dos agentes do Banco, é sempre cobrada, e isso se deve a relação de proximidade que existe na operação deste tipo de serviço na comunidade. Ainda que se tenha microcréditos inadimplentes

faz alguns meses, não se evita a cobrança. Outra questão importante é que encontramos uma certa desorganização do setor de cobrança do Banco, e isso afetou a inadimplência nos primeiros anos. Ainda assim, notamos que houve uma melhor organização da concessão dos microcréditos nos anos posteriores, e a partir disso podemos deduzir que houve um aprendizado dos gestores.

No segundo semestre do ano de 2011, iniciou-se o funcionamento do serviço denominado corresponde bancário. O correspondente bancário é uma pessoa jurídica que exerce a função de intermediária entre bancos e as instituições financeiras. No caso do Banco Comunitário do Preventório, o mesmo realizou contrato com o banco Caixa Econômica Federal (CEF), que é uma empresa pública do governo Brasileiro. Os correspondentes bancários podem realizar algumas funções em nome do banco ou instituição financeira, como por exemplo: pagamentos de contas, ordens de pagamento, abertura de contas, depósito, serviços de cobranças, entre outras.

O correspondente é de um serviço de grande utilidade para a comunidade, segundo a análise das entrevistas que fazemos no capítulo 6. Ainda sobre isso, destacamos que:

[...] cada comunidade deve decidir (a partir da necessidade do local e da disposição e capacidade de gestão da própria equipe do Banco Comunitário) se deseja ou não operar como correspondente bancário. Deve-se ter claro que o correspondente aumenta em muito o volume de recursos no Banco Comunitário e em igual proporção a complexidade na gestão do banco e os riscos de sinistros (INSTITUTO PALMAS, 2006, p. 9).

Observamos que o Banco decidiu realizar convênio com a Caixa porque havia uma orientação da Rede embasada na ideia que o mesmo realizava o pagamento de diversos benefícios sociais, e isso estava aliado a estratégia do BCDs quanto ao público prioritário de suas ações. Além disso, reparamos que houve muita dificuldade de convencer a Caixa para realizar convênio com o Banco, e podemos inferir que isso se deve a existência de outro correspondente na comunidade, bem como o aumento da violência. Reparamos que a violência também foi uma preocupação dos gestores; apesar disso, até o presente momento não aconteceu qualquer sinistro.

Segundo dados da Caixa, entre os meses de janeiro até o junho de 2018, foram realizadas 481 operações, sendo estas distribuídas em: depósitos, pagamentos, recebimentos, abertura de conta poupança, bolsa família, pagamento de FGTS, PIS, Saldos, Saques e Seguro

Desemprego.⁴⁵



Figura 6: Abertura de contas poupanças.

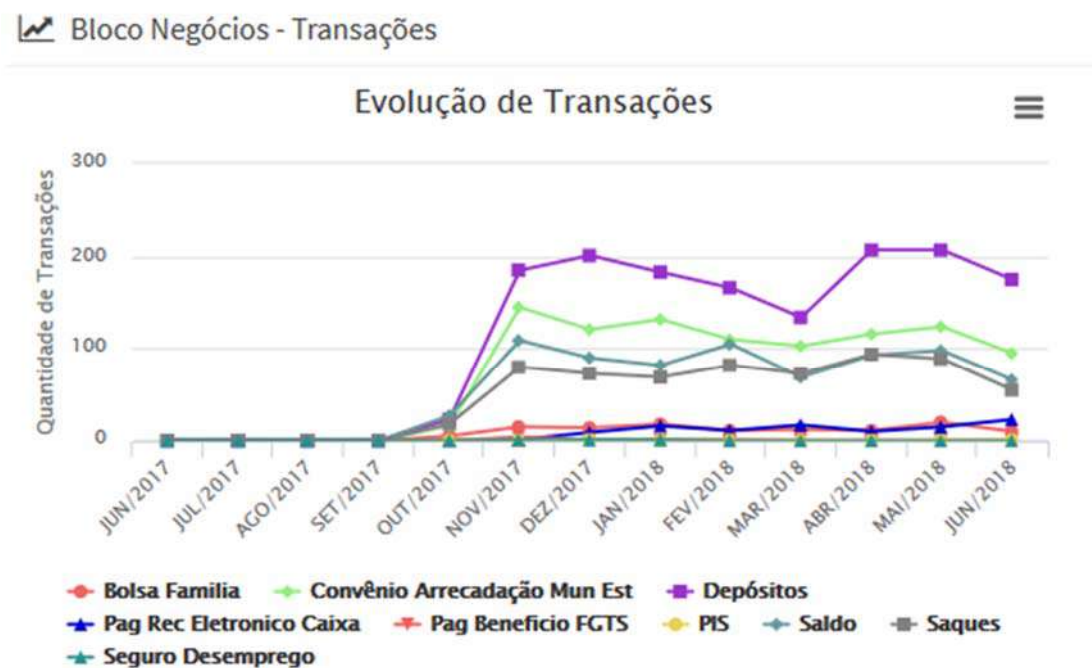


Figura 7: Quantidade transações.

⁴⁵ SILVA, R. A. C. Relatório mensal [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <rafael.c.carvalho@caixa.gov.br> em 6 ago. 2018

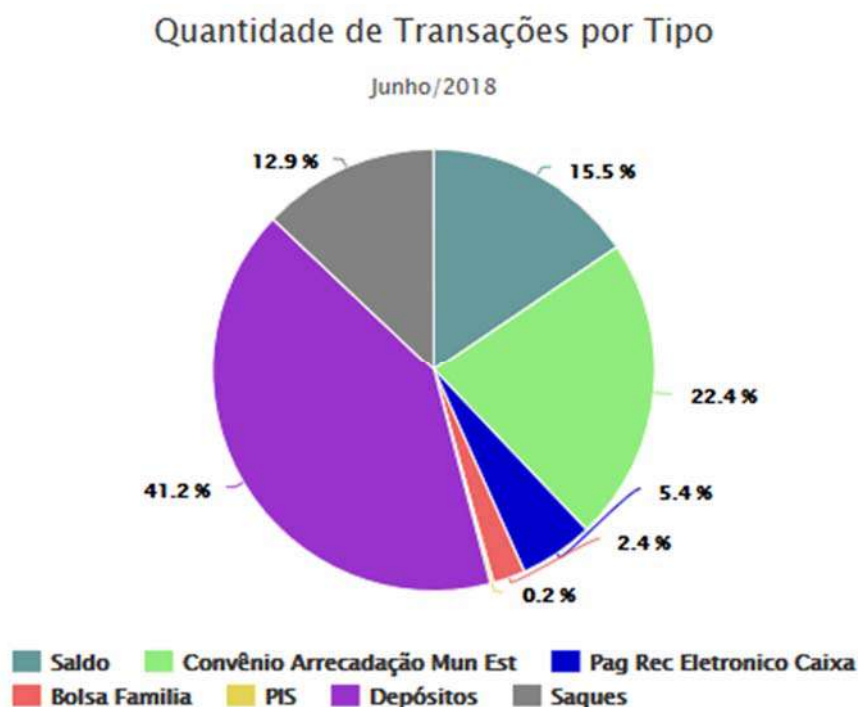


Figura 8: Percentual e tipos de transações.

Os dados ilustram uso feito pela comunidade deste serviço. Notamos, entre o gestores, uma visão pessimista sobre este serviço. Apesar do mesmo ser importante, a gestão dele é complexa, exigindo muito esforço da equipe para mantê-lo em funcionamento, paga-se impostos sobre este serviço e a remuneração pelo trabalho é baixa, o que torna este serviço muito bom para a Caixa e não para o Banco Preventório. Acredita-se que com a efetiva implantação do E-dinheiro, poderá superar esse tipo de parceria; falamos sobre isso no capítulo 3.

Outro aspecto importante do Banco são os projetos que foram e são desenvolvidos a partir do mesmo ou são realizados em parceria. O Banco do Preventório, ao longo de sua trajetória, experimentou diversas ações nos territórios, como, por exemplo, curso pré-vestibular, curso de música clássica, núcleo de artesanato, cursos de comunicação em direitos humanos, espaço para o desenvolvimento de músicos⁴⁶ e outros. Enxergamos que estes projetos buscam, cada um de sua forma, atingir algum objetivo, que está diretamente relacionado a algum

⁴⁶ Até o ano de 2016, o Banco utilizava, para diversos projetos, um espaço cedido pela UFF que era localizado ao lado do mesmo, que foi chamado de Anexo. Esse espaço foi demolido pela prefeitura para a construção de uma creche, com a promessa de ser construído um novo espaço. Ainda que o Banco tenha dialogado com a prefeitura, até o presente momento não foi reconstruído o espaço e isso impactou os projetos desenvolvidos com apoio do Banco.

problema do território. Se temos problemas com educação, o apoio ao acesso à universidade pode ser uma solução. Se temos pouco acesso à cultura, a música clássica pode também ser uma ponte. O artesanato pode ser um espaço de acolhimento das mulheres que sofrem diversos tipos de opressões e para criar possibilidades de renda e trabalho, e assim por diante.

O Banco é uma organização que acolhe proposta de projetos que buscam responder às dificuldades (problemas) da comunidade, e ampliou para parcerias no segmento da economia solidária, sendo exemplo disso, parceria recente com uma rede de agroecologia, denominada Associação Fluminense das Famílias Agroecológicas (AFFA), a Cooperativa de Lixo Eletrônico de Jurujuba e sua participação do Fórum de Economia Solidária de Niterói. Enxergamos que a organização superou sua ação no contexto comunitário, considerando especialmente a sua ação na economia solidária.

Notamos que a articulação de pessoas e organizações para o desenvolvimento local está transversalmente inserida nesta ação de realizar diferentes projetos, especialmente como intenção, porque os processos para unir organizações comunitárias para atuação articulada no Preventório, segundo os gestores, está cada vez mais difícil. Abaixo segue um quadro com alguns projetos realizados:

Projeto	Proponente	Objetivo Resumido	Ano de Início	Ano de Encerramento
Pré-vestibular	Assessores da UFF	Apoiar no acesso à universidade	2011	2012
Mulheres Artesãs do Preventório (MAP)	Gestores e moradores	Criar associativismo entre as mulheres e gerar renda	2011	a
Jornal Comunitário "Ainda Não Pensei"	Ong Paiol Cultural	Criar jornal comunitário	2012	2014
Renajoc - Núcleo de Adolescentes e jovens comunicadores	Gestores	Educar adolescentes e jovens por meio de processos e técnicas de comunicação em direitos humanos.	2013	2017

Programa Articulado Educação Pública, Formação Permanente e Educação Popular	Assessoria da UFRJ	Assessoria ao Banco Comunitário do Preventório	2015	a
Projeto de Fortalecimento de Empreendimentos solidários no Preventório	Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários UFF	Assessorar os empreendimentos econômicos solidários MAP, Banco e Agência Jovem	2015	2017

Tabela 5 – Projetos realizados.

Conforme a tabela, os projetos são diversos e com objetivos diferenciados, assim como as atividades do Banco. Vemos que o Banco está inserido em contexto comunitário onde interagem diversas organizações públicas ou privadas. Desta forma, ele é chamado a contribuir no debate de ações, projetos e políticas públicas temáticas ou sobre o Preventório. É possível ver membros da organização participando de processos múltiplos, sejam ações sobre feminismo até a discussão de como deveria funcionar o Centro Comunitário. São atividades variadas e diversas. Existe uma predisposição dos gestores em participar de um conjunto de ações que estejam relacionadas aos objetivos estratégicos da organização; nisso aparece como ideia força o desenvolvimento local e a economia solidária.

6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Inicialmente, indicamos que foi um trabalho cuidadoso pensar o roteiro das entrevistas, testá-las e aplicá-las, sendo necessário um “ouvir” atento para que se pudesse extrair elementos significativos para a pesquisa. Optamos por entrevistas com roteiro semiestruturado, estas foram feitas com três categorias criadas para essa pesquisa: gestores, assessores e usuários. A criação das categorias teve como objetivo abarcar a diversidade de opiniões a partir de focos distintos (recortando) e assim facilitar a posterior análise de dados. Consideramos gestores os moradores que trabalhavam no Banco e/ou compuseram a diretoria, assim como participantes do conselho fiscal da associação Preventório Solidário; os assessores eram pessoas da Incubadora da UFF (estudantes e professores); e os usuários são pessoas moradoras do Preventório que utilizaram e/ou utilizam os serviços do Banco e ou participam de suas atividades, desde pela obtenção de uma informação cidadã⁴⁷ até a tomada de microcrédito.

Dadas as características das categorias foram criados dois roteiros diferentes, o primeiro para gestores e assessoria, e outro para usuários. É importante ressaltar que o universo de potenciais usuários abarca toda a comunidade do Preventório. Segundo dados da Associação de Moradores, o Preventório possui 12 mil moradores, porém o censo do IBGE realizado em 2010 apresenta o número de 5750 moradores (BARBOSA, 2013).

Para a categoria gestores e assessores, aplicamos um roteiro único, que foi dividido em 4 blocos; ainda que o roteiro dos usuários seja diferente em algumas partes, possui também 4 blocos. O primeiro bloco foi denominado “motivações”; entre as categorias “gestores” e “assessores” buscou-se entender o que atraiu sua participação na experiência e qual nível de conhecimento de cada entrevistado sobre o que era empreendido naquele período. Para a categoria “usuário”, no primeiro bloco, buscou-se investigar sobre as motivações e percepções quando o mesmo realizou o primeiro contato com o Banco.

O segundo bloco, para os “gestores” e “assessores”, buscou extrair os desafios e dificuldades encontradas na implementação do Banco e os desafios na atualidade. Para os “usuários”, procurou-se investigar sobre os pontos fortes, compreendendo a importância do Banco e de seus serviços.

No terceiro bloco, para os “gestores” e “assessores”, tentou-se examinar a contribuição

⁴⁷ Diariamente pessoas da comunidade passam no banco para saber sobre aposentadoria, seguro desemprego, vagas de trabalho, vagas em creches públicas e outros; consideramos que estas informações contribuem para a cidadania da pessoas, porque indicam seus direitos.

para o desenvolvimento local, as conquistas e resultados, bem como a importância disso. Para os “usuários”, investigou-se os problemas do Banco, assim como a visão pessoal de cada um sobre estes problemas.

No quarto e último bloco, para “ambas” as categorias, tentou-se extrair uma visão de futuro sobre o Banco, identificando possíveis melhorias, desafios e oportunidades. Os quadros abaixo apresentam as perguntas que foram feitas para os “usuários”, que são diferentes das perguntas que foram feitas para os “assessores” e “gestores”, apresentados logo a seguir, apesar de novamente lembrarmos que há semelhanças, nos blocos I e IV. Destaca-se que houve uma pré-seleção para entrevistas dos usuários. Os usuários foram abordados na sede do Banco, em seus trabalhos e/ou residências e consideramos a opinião de comerciantes tomadores de microcrédito produtivo e moradores usuários de microcrédito para consumo, bem como outros que utilizam o serviço do correspondente bancário e participaram de projetos do Banco.

Segue abaixo o quadro de perguntas que foram feitas para os usuários:

Roteiro Usuários	
Blocos	Perguntas
Bloco I - Motivações	1. Como conheceu o Banco Comunitário do Preventório?
	2. Quando você conheceu o Banco, você compreendeu o papel e o funcionamento do Banco?
	3. Como você vê os serviços financeiros prestados pelo Banco? Explique.
Bloco II - Pontos fortes	4. Na sua opinião, de uma forma geral, qual a importância do Banco Comunitário do Preventório?
	5. Quais serviços do Banco são importantes para você?
Bloco III - Pontos fracos	6. Quais problemas você percebeu no funcionamento do Banco Comunitário do Preventório?
	7. Quais os principais problemas para você no funcionamento do Banco?
	8. O que você melhoraria no Banco Comunitário?

Bloco IV - Visão de Futuro sobre funcionamento do Banco Comunitário	Como você vê o Banco Comunitário, qual sua opinião sobre o Banco?
	9. Você conhece todas as atividades desenvolvidas pelo Banco Comunitário? Na sua opinião, qual a importância dele?
	10. Além dos serviços financeiros, o que você espera do Banco Comunitário?

Tabela 6 – Roteiro para usuários.

Segue abaixo o quadro de perguntas que foram feitas para os assessores e gestores:

Roteiro Assessores e Gestores	
Blocos	Perguntas
Bloco I - Motivações	1. O que motivou sua participação no início da organização da Banco Comunitário do Preventório e como você se envolveu com a ideia de organizá-lo?
	2. Havia clareza sobre o papel do Banco Comunitário do Preventório no início do projeto? Se não, por quê?
	3. Como você os serviços financeiros prestados pelo Banco? Explique.
Bloco II - Desafios	4. Quais os desafios e ou dificuldades você teve que enfrentar para implementar o Banco Comunitário do Preventório?
	5. Você percebeu alguma ameaça, dificuldade e/ou preocupação no início do projeto do Banco Comunitário do Preventório? Se sim, quais? Se não, por quê?
	6. Quais os desafios o Banco enfrenta hoje? Explique.
Bloco III - Conquistas	7. Na sua opinião o Banco Comunitário do Preventório contribui para o desenvolvimento local/comunitário? Se sim, de que forma?
	8. Que conquistas e ou resultados, na sua opinião, Banco Comunitário alcançou?
	9. Qual a importância dessas conquistas e ou resultados para você e para a comunidade?

Bloco IV - Visão de futuro sobre funcionamento do Banco Comunitário	10. Você conhece o todas as atividades desenvolvidas pelo Banco Comunitário? Se sim, quais?
	11. Além dos serviços financeiros, o que você espera do Banco Comunitário?
	12. Quais os desafios/oportunidades que você percebe para o Banco no futuro? O que você sugere como superação destes desafios ou aproveitamento das oportunidades?

Tabela 7 – Roteiro para gestores e assessores,

Segue abaixo o quadro com a qualificação dos assessores e gestores entrevistados:

Entrevistados(as)	Descrição básica
Márcia Guedes de Camargo	Gestora e fundadora, professora e atual conselheira.
Maria da Conceição Pereira da Costa	Gestora e conselheira, estudante universitária.
Sônia Maria da Silva Faria Rodrigues	Gestora e fundadora, professora e atual presidente.
Maria Hosana Gomes da Silva	Gestora e fundadora, técnica em contabilidade, tesoureira.
Maria da Graças Oliveira Nunes	Gestora e fundadora, ex-presidente.
Juarez Solidade Santos	Gestor e fundador, professor, vice-presidente.
Ícaro Moreno	Assessor, economista e mestre em desenvolvimento social.
Bárbara Heliadora França	Assessora, professora universitária, doutora, coordenadora do projeto de extensão.
Érica da Cruz Barbosa Ventura	Assessora, mestre.
Rafaelle Monteiro de	Assessor, doutoranda

Castro	
--------	--

Tabela 8 – Perfil dos assessores e gestores.

Assinalamos que foram realizadas entrevistas nesta pesquisa com 6 gestores, 4 assessores e quatorze usuários.

Após o trabalho de organizar como seria a pesquisa de campo, seguimos para realização da mesma e, abaixo, apresentamos nossa análise sobre as respostas. Registramos que o material coletado gerou extensas e relevantes informações sobre o Banco, o que pode ser comprovado mediante o acesso a transcrição das entrevistas e pode ser objeto de outras análises e pesquisas.

Investigando as respostas dos gestores no primeiro bloco motivações, encontramos na primeira pergunta “O que motivou sua participação no início da organização do Banco Comunitário do Preventório e como você se envolveu com a ideia de organizá-lo?”, que se refere a motivação e o envolvimento na organização do Banco, as seguintes conclusões: em todas as respostas, encontramos referências em ajudar e/ou apoiar a comunidade, inclusive usando o termo desenvolvimento, apontado por Conceição. Notamos que isso foi algo importante e muito citado, além da demonstração de interesse em estar envolvido em um projeto comunitário e social.

Sobre isso, destacou Juarez Santos (2018):

O meu envolvimento se deu porque todas as vezes que algo venha beneficiar a comunidade é uma coisa que me alegra, porque eu sou membro da comunidade, conduzo uma organização que faz parte da comunidade, que envolve, que a maioria, 75%, são moradores do Preventório, então eu, como um líder da comunidade, preciso estar em todas as bandeiras que venham beneficiar a comunidade. E a minha motivação é porque eu tenho lutado cada vez mais pela melhora da comunidade [...]

Notamos questões específicas e relevantes como: a citação de Sônia Rodrigues, sobre a necessidade de elevação de sua autoestima, e a resposta do Juarez Santos, uma preocupação de manter sua representatividade na comunidade de forma engajada, ou seja, buscando melhorias para a mesma. Sônia Rodrigues (2018) disse: “quando eu fui convidada, foi como eu falei, tinha saído de um projeto e estava entrando nesse, foi uma autoestima na minha vida, eu não podia parar, isso foi pra mim uma continuação”.

A segunda pergunta “Havia clareza sobre o papel do Banco Comunitário do Preventório no início do projeto? Se não, por quê?” se refere a clareza sobre o conhecimento do

papel/funcionamento do Banco, buscando avaliar a compreensão sobre o projeto/empreendimento. Sobre isso, notamos que metade dos gestores não tinham clareza sobre o projeto/empreendimento e seu funcionamento. Márcia Camargo (2018) citou não entender o que era o Banco e não saber o que era economia solidária, algo relevante em nossa compreensão. Apesar disso, Juarez Santos, Maria Oliveira e Maria Costa disseram que tinham clareza, mostrando isso com visões diferenciadas sobre o projeto/empreendimento. Destaca-se que as respostas se referem ao período do início do Banco, entre os anos 2010 a 2011. Márcia Camargo (2018) disse: “Não havia muito não, tanto que quando entrei eu não entendia muito bem o que significava o banco comunitário e o que era uma economia solidária, depois com o tempo que fui vendo o que era, que era em prol da comunidade e tal”. Juarez Santos (2018) sintetizou sua opinião sobre o conhecimento do papel/funcionamento do Banco da seguinte forma: “na minha concepção sim, porque a visão era melhorar a relação comunidade com pequenos comerciantes, e comunidade com a questão econômica; essa é a minha visão”.

A terceira pergunta, “Como você vê os serviços financeiros prestados pelo Banco? Explique”, buscou captar a compreensão de todos sobre os serviços financeiros do Banco. Sônia Rodrigues, Maria Silva e Juarez Santos não responderam diretamente essa pergunta. Maria Costa, Maria Oliveira e Márcia Camargo responderam, sinalizando como positivo para comunidade os serviços financeiros, citando, principalmente, o microcrédito, as moedas sociais e o correspondente bancário.

Ainda no primeiro bloco, analisamos as respostas dos assessores sobre a primeira pergunta, “O que motivou sua participação no início da organização da Banco Comunitário do Preventório e como você se envolveu com a ideia de organizá-lo?”, e notamos questões muito particulares nas respostas e questões similares como, por exemplo, a afirmação que aparece em todas as respostas, ainda que de forma diferente, uma vocação para desenvolver ações que criam mudanças na prática e que podem ser exercidas pelos projetos de extensão universitários. Cada entrevistado apresentou sua motivação também, como por exemplo Ícaro Moreno (2018), aluno de economia, que respondeu:

Eu estava desde o início do curso de economia muito desamparado, não sei se essa é a palavra, mas eu não me sentia encaixado ali, sentia que tudo era muito voltado para o mercado financeiro, os alunos eram muito motivados por ganhar dinheiro [...] e me envolver com o projeto do banco foi uma forma muito interessante de me manter na economia, de me manter fazendo o que eu estava fazendo [...] descobri que ia ter um projeto de um Banco comunitário e prontamente decidi me envolver sem nem saber direito do que se tratava, a ideia me chamou a atenção mesmo antes de entender completamente do que se tratava e ao longo do processo eu fui ficando motivado por dar uma finalidade social pro que eu estava estudando; como eu já tinha essa ideia de trabalhar com alguma coisa mais social desde que eu entrei na faculdade, eu me

envolvi também com a perspectiva de construir algo concreto, de sair da teoria de economia, que é muito teórico; é teoria, teoria e teoria; essa coisa de se envolver com algo prático também ajudou muito no curso [...]

Sobre isso, Érica Ventura (2018), subcoordenadora da Incubadora, disse:

[...] então eu sempre tive essa pegada mais do trabalho na prática, de gostar da economia solidária, de querer sair do academicismo e trazer contribuições pra a comunidade; eu achava que os projetos de extensão tinham essa cara, então eu sempre procure essa militância e depois de trabalhar com cooperativas populares foi apresentado o projeto do Banco [...]

Enxergamos uma preocupação muito explícita em exercitar uma prática transformadora e Rafaelle Castro (2018), membro da incubadora, apontou:

[...] A minha motivação era estar envolvida em um projeto de pesquisa que com certeza sendo na incubadora e com a Barbara se transformaria em pesquisa, em livro e em alguma atividade prática que pra mim é até hoje é uma das coisas mais importantes da Universidade, extensão [...]

Na segunda pergunta do bloco motivações, “Havia clareza sobre o papel do Banco Comunitário do Preventório no início do projeto? Se não, por quê?”, observamos que ainda não era claro para alguns assessores qual seria o resultado do processo de mobilização para a criação do Banco, além de haver dúvidas sobre o que é um BCD, bem como qual a metodologia apropriada para sua implementação. Sobre isso, disse Rafaelle Castro (2018):

[...] Não, acho que foi o projeto com uma incubadora construído no caminhar, a gente foi até uma semana antes de fazer as reuniões, sem uma metodologia do Banco, só a metodologia do Banco Palmas [...] mas a metodologia de sensibilização das pessoas do Banco foi uma coisa que a gente foi construindo, então até uma semana antes de sair o financiamento [...]

Encontramos outro trecho sobre isso, segundo Érica Ventura (2018):

A gente não sabia exatamente como isso ia se configurar aqui, a gente estudou bastante, fomos até o Banco Palmas pela referência, a gente esteve com o Joaquim, tivemos muitas discussões mas não sei se a gente tinha clareza de como ficaria aqui porque era uma primeira experiência, a gente nunca tinha visto esse projeto anteriormente, tínhamos experiências com outras vertentes da economia solidária [...]

Na terceira pergunta do bloco motivações “Como você vê os serviços financeiros prestados pelo Banco?”, notamos que é ressaltada a importância deles em todas as entrevistas, mediante abordagens que destacam qualidades que vão de inclusão financeira às relações de proximidade; porém, são apontados alguns problemas, como a suspensão do crédito produtivo por Bárbara França (2018):

Os serviços financeiros hoje fragilizados porque o crédito produtivo não conseguiu se impor, é uma coisa que era o objetivo maior do Banco, mas importantíssimo porque tem a inclusão financeira dessas pessoas que têm imensas dificuldades de participar de todo o ritual que significa entrar em um Banco, ter uma conta, saber se comportar nesses espaços financeiros; então Banco é a casa deles, como chama, banquinho do povo? Banquinho do povo, lá é a casa deles, sempre vi as pessoas muito à vontade; então essa inclusão financeira, essa sensação de pertencimento e de conquista de direitos de inclusão financeira é uma conquista do Banco; o crédito produtivo eu acho que não é perdido, ele está temporariamente suspenso e é fundamental, e as moedas sociais que são um carro chefe por desenvolvimento socioeconômico local [...]

Investigando o bloco motivações e as respostas das duas categorias gestores e assessores, vemos semelhanças em algumas respostas, porém pontos de vistas destacados; considerando a primeira pergunta, notamos que existe uma intenção de transformar a realidade. Já na segunda pergunta, há uma semelhança nas respostas sobre a falta de clareza sobre os processos e dinâmica de como se daria a implantação, assim como o desenvolvimento do Banco e, na terceira pergunta, observou-se uma valorização do serviços financeiros ofertados pelo Banco, de uma forma geral.

No segundo bloco, observamos que, na primeira pergunta direcionada aos gestores “Quais os desafios e ou dificuldades você teve que enfrentar para implementar o Banco Comunitário do Preventório?”, houve uma dificuldade em relação à aceitação da moeda social; sobre isso, Márcia Camargo (2018) disse: “aceitação da comunidade, da moeda, porque o Banco tem a moeda social e isso foi um grande desafio que alguns aceitaram e outros batiam contra mesmo, não aceitavam e era difícil porque tinha que ter um tempo recorde pra eles virem trocar, fazer retroca [...]”. Outra dificuldade era fazer a moeda social circular antes de voltar ao Banco, ou seja, por meio dela realizar várias transações na comunidade. Maria Oliveira (2018) revelou que havia dificuldade por parte das pessoas entenderem o que era o Banco e sua moeda social:

O desafio e as dificuldades que nós enfrentamos, que eu enfrentei, Sônia e você foram conversar com as pessoas, tentar colocar na cabeça das pessoas o que era o banco comunitário, dizer que era bom, foi muito bem esclarecido, foi um desafio cansativo, que cansou minha garganta, cansou tudo; nós falamos muito, eu falei muito, choramos porque um dia nós duas (Graça e Sônia) fomos e não sabíamos botar a moeda (social).

Ainda nesta pergunta, Sônia Rodrigues (2018) disse que sua dificuldade era superar o medo e Maria Silva (2018), a insuficiente formação no uso de computadores. Juarez Santos (2018) demonstrou outra dificuldade que era “unir as instituições que existem na comunidade para que possam pensar de forma coletiva; e as instituições não deram a credibilidade que deveriam dar à ideia do Banco, por isso houve uma dificuldade para que o Banco pudesse até

mesmo ser muito mais fortalecido [...]”. As repostas à primeira pergunta do bloco desafios trazem um panorama complexo e múltiplo que o empreendimento teve que dar conta.

Na segunda pergunta, “você percebeu alguma ameaça, dificuldade e ou preocupação no início do projeto do Banco Comunitário do Preventório? Se sim, quais? Se não, por quê?”, Juarez Santos (2018) frisou que “nossa comunidade estava muito dividida politicamente”; Sônia Rodrigues (2018), de forma recorrente, demonstrou sua preocupação com sua própria incapacidade técnica o que já havia falado em outras respostas; Maria Silva (2018) apresentou preocupação sobre a inadimplência dos microcréditos e Márcia Camargo (2018) reafirmou as dificuldades com o uso e circulação da moeda social.

Na terceira pergunta, “quais os desafios o Banco enfrenta hoje? Explique”, notamos muitas referências à falta de recursos financeiros para a concessão de microcréditos e a circulação da moeda social, inclusive para a implantação da moeda social eletrônica “E-dinheiro”. Sobre isso, Márcia Camargo (2018) destacou:

Eu não sei como poderia fazer pra que aumentasse esses recursos para que o Banco possa sobreviver, [...] então que eu saiba o Banco está quase sem recursos nenhum, precisaria que ele tivesse mais projetos, que viesse mais projetos para a comunidade mas principalmente pro Banco, pra ele poder continuar sobrevivendo [...]

Analisando as repostas dos assessores sobre a primeira pergunta do bloco desafios, “Quais os desafios e ou dificuldades você teve que enfrentar para implementar o Banco Comunitário do Preventório?”, encontramos duas principais indicações que eram o desafio de mobilizar e envolver a comunidade na criação do Banco e formar um núcleo duro para gerir o Banco. Outra questão levantada por Érica Ventura (2018) era que o projeto “não acontecesse de cima pra baixo”, ou seja, que tudo não viesse pronto e Bárbara França (2018) respondeu, trazendo outros problemas:

Se sustentar, sustentar as pessoas que trabalham, dar alguma forma de renda pra essas pessoas, a renovação. [...] Então o desafio é isso e se manter autogestionário também, manter a autogestão como princípio eu acho que é um desafio, se você por exemplo pega uma pessoa que não tem uma formação, essa é uma questão que a gente nem abordou; a formação política [...]

Na segunda pergunta “Você percebeu alguma ameaça, dificuldade e ou preocupação no início do projeto do Banco Comunitário do Preventório? Se sim, quais? Se não, por quê?”, vemos que a violência foi o assunto mais citado nas respostas, o aumento dela, conforme Ícaro Moreno (2018) disse: “ela (a Ampla) pensou em cancelar o projeto; a “pacificação”, a política da UPP levou ao crescimento da violência na região metropolitana do Rio e em Niterói”. Ícaro

Moreno (2018) também acrescentou a falta de capacidades técnicas e Érica Ventura (2018), a necessidade de acompanhamento no futuro, porém não tinham pessoas que pudesse exercê-la. Rafaelle Castro (2018) trouxe outra questão, a preocupação com a autonomia da organização:

[...] o projeto do Banco é um projeto muito claro então você quer alguém pra trabalhar ou não, se ele tiver muito ligado à igreja ou a político a gente comentava que poderia não ser muito bom porque o banco precisava de autonomia e não poderia nunca estar atrelado a uma igreja, partido ou político, por mais que a gente saiba que essas são forças que é importante o banco lidar com elas mas se ela nasce ali [...]

Na terceira e última pergunta desse bloco “Quais os desafios o banco enfrenta hoje? Explique”, enxergamos em todas as respostas uma preocupação com a baixa disponibilidade de recursos, que é justificada por um quadro econômico recessivo que diminui o investimento em política pública, porém afeta também os recursos advindos de empresas e outras organizações privadas. Sobre isso, Ícaro Moreno (2018) destacou:

[...] o Banco depende de políticas públicas pra agir porque tem uma finalidade social muito importante que quase sempre supera a finalidade econômica dele, a finalidade social e comunitária é muito relevante, é muito mais forte, então com certeza tem tudo pra ser alvo de diversas políticas públicas mas a gente vive em uma conjuntura muito perversa pra políticas públicas de uma forma geral, tanto no discurso ideológico de austeridade que uma perspectiva de baixo crescimento econômico induz a menor gasto social, então são dois fatores combinados que deterioram o quadro [...]

Érica Ventura (2018) falou sobre a necessidade de buscar redes nesse momento. Bárbara França (2018) respondeu que “o grande desafio eu acho é sobreviver neste período de retrocesso político e econômico, esse é o grande desafio, sobreviver já é bom [...]”.

Buscando uma análise das respostas neste segundo bloco, observamos que a visão dos gestores e assessores sobre o Banco é distinta, apareceu apenas uma convergência na terceira pergunta que revelou uma preocupação com recursos para o funcionamento do Banco. Na primeira pergunta, os gestores apresentaram o desafio da implantação da moeda social e os assessores, a mobilização e sensibilização da comunidade com a formação de um núcleo que se tornaria os gestores do Banco. Na segunda pergunta, as respostas foram diversas, o que possibilita um quadro com o contexto das dificuldades e ameaças.

O terceiro bloco pretende entender as conquistas com a concretização da implantação do Banco Comunitário do Preventório. Na primeira pergunta “Na sua opinião o Banco Comunitário do Preventório contribui para o desenvolvimento local/comunitário? Se sim, de que forma?”, observamos nas respostas dos gestores que todos confirmaram que o Banco contribui para o desenvolvimento local, ainda que o tipo de contribuição apontada seja diverso.

Notamos que o Banco foi apontado como um espaço de cidadania, sendo uma referência local e a reafirmação da importância do microcrédito. Por conseguinte, Sônia Rodrigues (2018) disse: “Acho que em todos os aspectos, tanto para emprestar como trabalho de cidadania [...]”. E Márcia Camargo (2018) expôs: “[...] tivemos vários projetos sociais com os jovens, então eu acho que nesse ponto proporcionou bastante coisa para comunidade [...]”.

Na segunda pergunta “Que conquistas e ou resultados, na sua opinião, Banco Comunitário alcançou?”, enxergamos que nas respostas dos gestores há uma referência, em comum, sobre a importância de ter recebido o prêmio de boas práticas em economia solidária do BNDES, e isso possibilitou ao Banco ser conhecido nacionalmente. As respostas individuais tiveram olhares diferenciados sobre as conquistas; isto posto, a resposta de Maria Costa (2018) revelou que:

[...] no meu bom entendimento alcançou bastante conquistas, só em ter ajudado a comunidade, a maioria de casas, de projetos conquistados dentro da comunidade foi através do Banco, pessoas que fizeram casa, que compraram algo, desenvolveram o comércio dentro da comunidade foi através do Banco [...] o desempenho de muitos jovens dentro da comunidade através do banco, vários cursos pra melhor idade através do banco e outros desenvolvimentos que o banco trouxe, então tem muitas conquistas dentro da comunidade através do banco. Minha irmã mesmo construiu a casa dela através do banco [...]

Márcia Camargo (2018) expôs ação do Banco no território:

[...] eu acho que o que trouxe de bom pra comunidade foi um fato de ter um local onde as pessoas pudessem vir tirar dúvidas, conversar, saber o que estava acontecendo dentro da comunidade, o Banco participar da associação de moradores e ver os problemas que estavam ao redor da comunidade, dentro da comunidade e ajudar a solucionar, alguns até foram solucionados, outros não [...]

Seguindo para a terceira pergunta deste bloco que é “Qual a importância dessas conquistas e ou resultados para você e para a comunidade?”, vimos que a maioria respondeu apresentando como positivo os resultados que o Banco trouxe para a comunidade. Sobre isso, ressaltaram que o Banco tornou-se referência para diversas ações. Sobre o desenvolvimento que o Banco gerou, Márcia Camargo (2018) disse:

[...] fazer que nossa comunidade se unisse mais, que as pessoas se chegassem no Banco, que viessem trazer os problemas delas, que viessem conversar, na medida do possível que a gente pudesse ajudar a gente ajudava, como um agente social mesmo, acho que o Banco foi e ainda é um grande agente social dentro da comunidade [...]

Dando continuidade à análise das respostas dos assessores, notamos na primeira pergunta “Na sua opinião o Banco Comunitário do Preventório contribui para o desenvolvimento local/comunitário? Se sim, de que forma?”, que todos consideram que o

Banco contribuiu, ainda que tenham apresentado diferentes perspectivas. Rafaelle Castro (2018) disse sobre isso:

[...] você não coloca um banco comunitário em um lugar e ele não mexe com nada, ele mexe com alguma coisa; principalmente em um lugar como Preventório, Saracuruna é um lugar muito grande, disperso, ali vocês estão muito fechadinhos, o Banco está muito bem localizado, bem na subida, na entrada, todo mundo vê, todo mundo pode notar a presença [...]

Ícaro Moreno (2018) acrescentou outra opinião sobre desenvolvimento:

[...] questão relacionada a desenvolvimento é a possibilidade de crédito, da pessoa aumentar sua produção, conseguir comprar uma máquina nova, investir em uma obra, melhorar seu espaço; agora pensando em um sentido da comunidade como um todo, acho que primeiro tem a questão da moeda social, eu não sei realmente em que pé está hoje em dia, mas a partir do momento que começa a circular existe um desenvolvimento em uma perspectiva mais identitária, no sentido mais antropológico da moeda mas também na questão da própria circulação aumenta a circulação de moeda dentro da comunidade [...]

Érica Ventura (2018) demonstrou a importância do Banco conectar outras organizações que são agentes do desenvolvimento:

[...] Acho que fez vários grupos dialogarem, a rede de mulheres, os projetos que foram propostos a partir daquilo ali, claro que não se dê todos hoje mas na época era bacana o pré-vestibular, os jovens se reunindo na área de comunicação, no jornal, o clube de energia, agora a creche, enfim, acho que vários projetos foram sendo possibilitados de serem pensados a partir do Banco, foi um tronco né; floresceu em vários projetos de desenvolvimento [...]

Na segunda pergunta “Que conquistas e ou resultados, na sua opinião, Banco Comunitário alcançou?”, encontramos nas respostas uma opinião recorrente que o Banco conquistou autonomia e isso foi considerado fundamental para sua própria continuidade. Sobre isso, Ícaro Moreno (2018) disse:

[...] Acho que a própria existência do Banco já é uma conquista porque na minha opinião a gente tem um projeto que demanda muita energia [...] a chance desse tipo de projeto nem sair do papel ou acabar nos seus primeiros anos é muito grande, então a própria existência eu já acho uma conquista; conseguir funcionar e realizar as coisas pelas quais ele está se propondo é uma conquista [...]

Bárbara França (2018) comentou:

[...] Uma importância que pra mim é a maior de todas é que vocês são um dos poucos bancos autogestionários do Brasil [...] é um Banco gerido pela população local, é considerado construção coletiva daquela comunidade, exemplo de que autogestão é possível, encontrando formas de sobrevivência com todas as dificuldades que vocês tiveram desde o início e existindo até hoje, com níveis diferentes de consciência política, tem um grupo de pessoas que estavam lá precisando só de um trabalhinho em um certo momento, outros [eram] lideranças comunitárias, já tinham formação política, interesse política, consciência de transformação; apesar da desigualdade de

formação política vocês fizeram a coesão dentro do projeto, fizeram o projeto acontecer [...]

Rafaelle Castro (2018) comparou com outras experiências de Bancos:

[...] não é uma coisa da metodologia do Banco Palmas, é algo que vocês conseguiram construir porque nós tínhamos dois bancos e o outro banco não conseguiu e o Banco da Cidade de Deus que também veio pelo Banco Palmas, também não conseguiu [...]

Na terceira pergunta “Qual a importância dessas conquistas e ou resultados para você e para a comunidade?”, identificamos que novamente uma afirmação que o Banco trouxe resultados importantes. Sobre isso Bárbara França (2018) disse:

[...] a população atingida ganhou inclusão financeira, financiamento para pequenos empreendimentos; eu cheguei a acompanhar um lava-jato, uma pizzaria, uma moça que comprou máquina de costura; eu acho que se você pensar em números não é importante, mas no conjunto é muito importante e é interessante [...]

Ícaro Moreno (2018) acrescentou:

[...] tenho sempre a ideia desse experimento como uma semente, você está jogando uma semente ali e pode ser que ela não dê certo mas na medida que ela der certo, nem que dê certo mais ou menos ou um pouquinho, ela já está germinando novas iniciativas ou às vezes a pessoa fica com aquilo na cabeça, é como se a pessoa sáísse um pouco da caixa [...] pra mim a resistência a 8 anos é uma conquista grande e é importante as pessoas saberem que novos arranjos institucionais podem ser feitos, arranjos organizacionais, novas formas de trabalhar com crédito, de relacionar finanças e uma comunidade; então [é importante] as pessoas despertarem, saírem dessa caixa, isso é uma grande conquista que com certeza é uma coisa que muita gente que passou por lá, jovens viram isso acontecer e tomaram conhecimento no modo de funcionar, isso é uma coisa que vai ficar na cabeça das pessoas, vai fermentar alguma coisa, eu tenho um pouco essa esperança.

Investigando as respostas dos gestores e assessores neste terceiro bloco, vimos que na primeira pergunta “Na sua opinião o Banco Comunitário do Preventório contribui para o desenvolvimento local/comunitário? Se sim, de que forma?”, todos responderam que o Banco contribui para o desenvolvimento local, mesmo que as nuances fossem variadas. Na segunda pergunta “Que conquistas e ou resultados, na sua opinião, Banco Comunitário alcançou?”, notamos que as respostas dos gestores foram diversas e os assessores tiveram uma opinião convergente, apresentando a autonomia como a maior conquista. Já a terceira pergunta “Qual a importância dessas conquistas e ou resultados para você e para a comunidade?”, os gestores apresentaram que a importância principal foi o Banco ter se tornado uma referência local, e os assessores responderam apresentando que os resultados foram importantes, porém com opiniões diversas.

O último bloco buscou compreender uma visão de futuro sobre o Banco. Neste bloco, na primeira pergunta “Você conhece o todas as atividades desenvolvidas pelo Banco Comunitário? Se sim, quais?”, os gestores responderam que conhecem todas as atividades, citando-as, e somente Márcia Camargo (2018) disse não conhecer, porque está afastada do Banco.

A segunda pergunta “Além dos serviços financeiros, o que você espera do Banco Comunitário?”, novamente encontramos uma diversidade opiniões. Maria Oliveira (2018) frisou a importância de mudanças no seu comportamento institucional: “[...] o que esperar do banco comunitário é fazer um trabalho calmo, de base, a gente não pode dar ouvidos ao que os outros falam, tem que fazer nossa parte, por exemplo, se você chega pra mim e fala que tem que fazer uma atividade para ajudar alguém [...]”. Já Márcia Camargo (2018) disse: “[...] Eu acho que o Banco poderia voltar com os empréstimos, com microcrédito [...] participar mais de projetos, acho que a gente parou um pouquinho de participar dos projetos [...] projetos sociais também [...]”. Maria Silva (2018) seguiu reforçando outros aspectos: “Trabalhar mais com a comunidade, envolver mais as pessoas. Eu acho que com um trabalho que será feito depois talvez isso vá acontecer, um envolvimento maior. No início a gente estava esperando o que ia acontecer, sem saber nada.” Maria Costa (2018) externou o desejo de crescimento das ações do Banco na comunidade: “O Banco cresceu muito dentro da comunidade, mas eu quero que ele fique mais gigante, gigante como? Trazendo mais conhecimento, desenvolvendo mais cursos, palestras, [...]; não é que o Banco não fez isso, mas é que agora a gente está precisando mais [...]”.

A última pergunta “Quais os desafios/oportunidades que você percebe para o Banco no futuro? O que você sugere como superação destes desafios ou aproveitamento das oportunidades?” deste bloco, notamos uma preocupação geral sobre a continuidade do Banco e isso é apresentado como o desafio principal. “[...] a comunidade não se chega muito a uma coisa que a gente queira implantar aqui dentro, às vezes vem projeto, no começo vai o negócio, daqui a pouco vai esmorecendo e eu não gostaria que o Banco acabasse, eu acho que o Banco deveria continuar [...], não deixar a peteca cair [...]”. Maria Costa (2018), sobre isso, disse:

[...] O Banco é como qualquer gestão, [...] passa por momentos bons, ruins, desafios, sempre tem uma pedra pra quebrar, o que eu vejo pra hoje, pra amanhã e pro futuro do banco é ele se ampliar em um bom lugar, além do conhecimento, da ajuda dentro da comunidade, prestação de serviço, a gestão do Banco não deixar morrer esse trabalho, cair a gente cai, todo mundo cai mas tem que levantar [...]

Seguimos para a análise das respostas dos assessores neste bloco, na primeira pergunta “Você conhece o todas as atividades desenvolvidas pelo Banco Comunitário? Se sim, quais?”,

vimos que a maioria demonstrou pouco conhecimentos sobre as atividades atuais do Banco e o motivo é o afastamento.

Na segunda pergunta “Além dos serviços financeiros, o que você espera do Banco Comunitário?”, notamos novamente uma preocupação quanto a continuidade do Banco e diferenças de visão de futuro. Rafaelle Castro (2018) disse sobre a sua expectativa: [...] Que ele possa suprir tudo que essa exclusão bancária faz com a população que não tem acesso, não tem grana; eu acho que é isso, suprir tudo desde a pessoa ser bem atendida, se sentir bem, entrar lá e se sentir bem; querer negociar, se quiser ter um microcrédito [...]. Ícaro Moreno (2018) disse: [...] acho que tem a importância de tentar buscar unir a comunidade nessa perspectiva de desenvolvimento inclusiva e participativa; acho que a importância é produzir uma amálgama, um ponto de convergência desse interesse de desenvolvimento social a partir da perspectiva local ou territorial [...]. Érica Ventura (2018) demonstrou que: “[...] espero que ele consiga trazer mais projetos, que consiga sustentabilidade, que continue sendo uma referência; espero muito que ele consiga trazer de alguma forma diálogo com o poder público e busque esse apoio como representante daquela comunidade, da região quem sabe [...]”.

Na última pergunta “Quais os desafios/oportunidades que você percebe para o Banco no futuro? O que você sugere como superação destes desafios ou aproveitamento das oportunidades?” neste bloco, enxergamos diversas alternativas colocadas pelos entrevistados sobre o futuro do Banco, assim como houve um consenso que a conjuntura atual é muito difícil para empreendimentos como ele. Rafaelle Castro (2018), sobre isso, disse: “[...] fica bem difícil prever mas acho que vocês conseguindo se manter na linha que vocês vem adotando esses anos, que eu sei que já vem com dificuldade, [...] estamos em uma conjuntura política extremamente difícil”. Bárbara França (2018) disse: “[...] sobreviver já é bom, acho que vocês são heróis porque todos os empreendimentos estão falindo, as empresas estão falindo [...]”. Outra questão levantada por Érica Ventura (2018) é a falta de apoio da política pública: “[...] O desafio é conseguir sobreviver sem política pública e sem apoio pras diversas esferas de governo; e oportunidade de se inserir bem na rede de bancos comunitários e buscar novas alternativas, trazer a comunidade pra mais perto [...]”.

As respostas dos gestores e assessores neste bloco testemunham a complexidade da conjuntura onde o Banco está inserido. Comparando as respostas dos gestores e assessores encontramos na primeira pergunta “Você conhece o todas as atividades desenvolvidas pelo Banco Comunitário? Se sim, quais?”, notamos que quase todos os gestores conhecem todas as atividades, apenas Márcia Camargo (2018) disse que não, porque está afastada do Banco. Já os

assessores pouco sabem das atividades atuais e isso é justificado pelo afastamento. Na segunda pergunta “Além dos serviços financeiros, o que você espera do Banco Comunitário?”, observamos que os gestores tiveram respostas diversas que apontam caminhos e os assessores externaram de forma recorrente uma preocupação e, ao mesmo tempo, esperança quanto ao futuro. E, na última pergunta deste bloco, “Quais os desafios/oportunidades que você percebe para o Banco no futuro? O que você sugere como superação destes desafios ou aproveitamento das oportunidades?”, enxergamos que os gestores retomaram a preocupação sobre a continuidade do Banco, mesma questão levantada pelos assessores, porém na segunda pergunta. Os assessores, nesta pergunta, opinaram de forma diversa, com isso demonstraram várias perspectivas sobre uma possível visão de futuro do Banco.

Consolidando a análise das respostas dos assessores e gestores, notamos que é forte a motivação de engajamento das pessoas acreditando na transformação da realidade, ainda que o processo e a dinâmica de organização do Banco seja complexa e difícil. Existe uma preocupação de todos quanto à continuidade da Banco, tendo em vista as dificuldades de apoio de políticas públicas e recursos de outras origens na conjuntura atual do país de pouco investimento em política sociais, ainda mais para a economia solidária. Houve uma unanimidade nas respostas destacando que o Banco contribui para o desenvolvimento local, mesmo que haja visões muito diversas sobre como isso se dá. Outro aspecto positivo foi apontado como a conquista da autonomia do Banco e de ser referência local.

A partir daqui, prosseguimos para análise das respostas dos usuários. Lembramos que houve uma pré-seleção de perfis de usuário, sendo alguns comerciantes, tomadores de microcréditos, usuários de outros serviços do Banco como, por exemplo, do correspondente, e/ou participantes de projetos. Foram feitas quatorze entrevistas em diversos locais da comunidade.

Na primeira pergunta do bloco motivações, “Como conheceu o Banco Comunitário do Preventório?”, notamos que a maioria conheceu quando estava passado ou por referência, apenas o entrevistado U1⁴⁸, jovem de 17 anos, disse que conheceu por meio de um projeto. Na segunda pergunta, “Quando você conheceu o Banco, você compreendeu o papel e o funcionamento do Banco?”, a maioria dos entrevistados responderam que sim, chamou atenção as dificuldades no uso das moedas sociais apontados por U1, jovem que participou dos projetos do Banco, e sua opinião coincide com a dos gestores. U1 disse:

⁴⁸ Usuário 1.

[...] além disso tem o aplicativo próprio sobre o E-dinheiro que vocês criaram que na minha opinião precisa ser divulgado, eu particularmente não sei usar ainda esse aplicativo, já conheço mas não sei, acho que precisa divulgar; e a questão das notas do Prevê também aqui na comunidade, não sei pra população vai ser viável, mas falta mais estabelecimentos serem implantados essa moeda [...]

Na última pergunta deste bloco, “Como você vê os serviços financeiros prestados pelo Banco? Explique.”, notamos que a maioria acha ótimo os serviços financeiros e tem como referência importante o correspondente bancário; ainda assim, encontramos críticas dos comerciantes U2 e U3. U2 apontou que: “Inicialmente bom, hoje teve uma queda; ou desinteresse da comunidade” e, além disso, U3 disse:

[...] Os serviços financeiros hoje prestados pelo Banco estão simplesmente como qualquer correspondente bancário hoje, as instituições financeiras, se limitou somente a isso; [tem] alguns servicinhos, tira xerox, faz impressão de alguma coisa; tirando isso o restante se resume a um correspondente bancário como qualquer outro [...].

Observamos que a fala dos comerciantes apontam os problemas atuais do Banco.

Seguimos a análise do segundo bloco e notamos na primeira pergunta, “Na sua opinião, de uma forma geral, qual a importância do Banco Comunitário do Preventório?”, que a maioria dos entrevistados demonstrou que os serviços financeiros realizados na comunidade são um grande referencial. U1 (2018) trouxe outra opinião:

Eu conheci pessoas que me colocaram em projetos que pra mim ficaram marcados na minha vida [...] isso tem bastante peso porque o Banco não é só meu, o próprio nome do Banco diz, banco comunitário, o Banco é da comunidade então acho que foi uma coisa feita pra ajudar a comunidade [...]

Na segunda pergunta, “Quais serviços do banco são importantes para você?”, notamos que novamente os serviços financeiros do correspondente bancário foram muito citados, ainda que isso tenha aparecido como uma crítica pela ausência do microcrédito.

Prosseguindo a análise do terceiro bloco. Na primeira pergunta, “Quais problemas você percebeu no funcionamento do Banco Comunitário do Preventório?”, observamos que a maioria das respostas se referem a problemas administrativos do Banco, todavia vimos uma crítica relevante do comerciante U3, que disse:

O banco comunitário, quer que queira quer não queira, é uma instituição que não se resume só na parte administrativa, é uma instituição, empresa ou seja lá o que for que tem que ter atividade política porque o Banco no seu estatuto, no seu ideal ou na sua idealização se não tiver essa atividade política de fomentar renda, trabalho dentro da comunidade, ele não vai deslancar, não vai funcionar. Então o que acontece, hoje as pessoas que estão dentro do banco comunitário não tem essa visão.

Na segunda pergunta, “Quais os principais problemas para você no funcionamento do Banco?” deste bloco, enxergamos que reiteradamente os entrevistados apontam problemas administrativos, como mau funcionamento dos sistema de pagamentos e falta de internet; todavia, também demonstraram que era necessário mais penetração do Banco dentro da comunidade, que segundo U3: “o que eu tô falando é que tá faltando uma pessoa igual a você que tinha lá, uma pessoa política pra poder fazer com que essa coisa do Banco Comunitário volte a circular dentro da comunidade, hoje isso não acontece”.

Na primeira pergunta, “O que você melhoraria no Banco Comunitário?”, do último bloco, notamos que os entrevistados indicam problemas com a internet, que se deve a precariedade do próprio serviço na comunidade, visto que as operadoras como Net, Oi, e outras, não fornecem no morro do Preventório; outras questão é o espaço de atendimento do Banco, que realmente é pequeno, cerca de 10 m²; apontam a necessidade de mais produtos e treinamento das pessoas.

Na segunda pergunta, “Como você vê o Banco Comunitário, qual sua opinião sobre o Banco?”, notamos que existe uma avaliação positiva sobre a importância, ainda que alguns comerciantes tenham apontado a necessidade de mais ações do Banco na comunidade.

A terceira pergunta, “Você conhece todas as atividades desenvolvidas pelo Banco Comunitário? Na sua opinião, qual a importância dele?”, revelou que alguns entrevistados sentem a necessidade de retorno de ações de desenvolvimento local que eram projetos realizados pelo Banco; sobre isso, U4 disse: “[...] antigamente o pessoal não fazia atividades aqui no anexo? Dona Marlene, Graça, acho que Regina, Sônia de Jurujuba, os adolescentes; aquilo acabou tudo porque não tem mais o anexo, não tem espaço, teve que fazer a creche e então acabou o espaço [...]”. Já o comerciante U5 disse, sobre a importância do Banco:

A intenção é que nosso capital de giro, dos comerciantes, pelo Banco girasse mais porque ele foi decaindo, não sei se foi a crise financeira, mas ele foi decaindo, ele teve em alta, teve uma época que vendia muito pelo papel moeda de lá, o Prevê; foi até bom financeiramente, pra mim foi mas devido à queda, não sei qual foi o motivo [...]

Notamos que U5 considera importante o Banco, ainda que a ausência da circulação da moeda social seja ruim, na sua avaliação. Na última pergunta deste bloco, “Além dos serviços financeiros, o que você espera do Banco Comunitário?”, notamos que as repostas a esta pergunta demonstraram que o Banco deve continuar a melhoria dos serviços financeiros e que deve ampliar seu engajamento comunitário com outros projetos. Sobre isso, U4 disse: “[...] foi uma das melhores coisas que botaram aqui no Preventório, é um Banco que todo mundo faz

uso, eu comecei abrindo uma conta, eu ia até dois mil reais só, de repente estava com mais de dois mil reais, hoje eu tenho cartão de débito por causa do Banco [...]”. O comerciante U3 apresentou críticas: “Então, nesse aspecto que eu falo está faltando mais lida política para poder buscar parcerias e fomentar essa melhoria dessa representatividade do Banco, porque o Banco hoje está meio escondido, ele tem que aparecer mais”. Já o jovem U1 espera que o Banco continue e disse: “[...] Eu espero que ele continue sendo um Banco que facilite pras pessoas, a gente não quer ter problemas com essa questão porque eu sei que envolve não só o Banco, envolve o sistema bancário [...]”. Por último, o comerciante U2 reafirmou a necessidade de mais projetos sociais: “[...] Poderia ter uma atividade social, entrar com programas para jovens até levando alguns jovens da comunidade pra prestar serviços na própria caixa econômica [...]”

A análise das entrevistas dos usuários resulta numa abordagem das várias dimensões que o Banco buscou atingir e outras que ele nem tentou. Revelam suas fragilidades mas, todavia, a potência da experiência. Tecemos considerações que, de uma maneira geral, as respostas dos usuários demonstraram que houve dificuldade na implantação da moeda social e do microcrédito, uma crítica constante sobre a necessidade de mais engajamento do Banco nas questões que impactam o desenvolvimento local, traduzidos na fala dos entrevistados como como projetos sociais, bem como existe uma avaliação positiva do Banco no quesito serviços financeiros.

Por fim, as investigações sobre as respostas das três categorias trazem opiniões importantes para entender como e em quais aspectos o Banco atingiu o desenvolvimento local, por meio de suas ações e/ou onde sua ação pode ser fortalecida. Notamos que as pessoas vislumbram no Banco uma possibilidade de transformação do território, inclusive encontramos referências a isso nas respostas dos usuários. Demonstram que a moeda social e o microcrédito são ferramentas importantes que deveriam continuar e o Banco deveria intervir ainda mais em processos comunitários com projetos e ações, o que podemos inferir que seria no próprio desenvolvimento local.



Figura 9: Fundadores do Banco, da esquerda para direita, Sônia, Márcia, Hosana, Graça e Sônia Faria (*in memoriam*).

6.1 RESULTADOS ALCANÇADOS

Inicialmente, observando do ponto de vista do próprio pesquisador, considerando a importância que esta pesquisa alcançou, notamos que foram melhor compreendidos diversos conceitos que envolvem esse tipo de experiências e processos que permeiam a atuação de um Banco Comunitário, ainda que na prática cotidiana a complexidade, via de regra, se apresenta de forma inevitável. Os principais estudos de conceitos se deram sobre desenvolvimento local, economia solidária, microcrédito, moedas sociais e os diferentes formatos de organizações de finanças solidárias; ainda assim, buscamos um aprofundamento sobre os próprios Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Ainda sobre práticas específicas do Banco do Preventório, analisamos o financiamento privado no início da experiência e confirmamos que havia um interesse também econômico, não apenas de responsabilidade socioambiental da empresa Enel, quando articulou recursos para a formação de dois Bancos, o que em princípio não era explícito. Havia um compromisso expresso em contrato entre o Banco e a Enel de criar um clube de serviços que facilitasse o pagamento de contas dos moradores, principalmente, e que outros serviços da empresa seriam

mediados pelo Banco, isso criava uma fonte contínua de recursos para o empreendimento. Porém, notamos que essa parceria comercial não se manteve, pois a própria empresa desistiu e não justificou formalmente o porquê, apenas seus funcionários alegavam haver um considerável aumento da violência do território, a partir do ano de 2010. Outra questão que nos chamou a atenção e que não se pensou formas autogestionárias de prover energia elétrica na comunidade, muito menos fontes alternativas, como a captação de luz solar. Isso foi apresentado e debatido no capítulo 4 desta dissertação.

A pesquisa revelou que a emissão de moedas sociais e microcréditos são reconhecidos como instrumentos importantes para o desenvolvimento local; desse modo, notamos a necessidade de se rever aspectos de metodologia quando houver o retorno desses serviços, expectativa presente na organização. A realidade do Banco do Preventório não é a mesma de outros Bancos; ainda que ele tenha seguido as orientações da Rede Brasileira, é preciso repensar questões que envolvem, por exemplo, como é feito o aval solidário (metodologia da concessão de microcrédito) e as taxas de juros aplicadas ao microcrédito para a produção e consumo. Na última, não é aplicada juros, isso é uma questão que merece um estudo que pense novas abordagens sobre o tema porque, via de regra, os BCDs têm poucos fundos para investimento comunitário e devem protegê-los, bem como tentar aumentá-los.

A pesquisa realizada investiga uma experiência de extensão universitária com financiamento privado, quase certo, não existente nas outras 113 experiências de organizações de Bancos Comunitários ligados à Rede Brasileira. Por juntar a extensão com a pesquisa e ação no território com público de pessoas engajadas em outras organizações comunitárias e/ou sociais, traz em si elementos que contribuem para novas pesquisas e debates na academia sobre os BCDs.

A partir disso, pode-se pensar diversas abordagens que suscitam novas discussões, como por exemplo: o papel da extensão universitária na formação BCDs, estudar o processo de incubação de BCDs, a construção da autogestão nos BCDs, a participação dessas organizações que desenvolvem extensão universitária na construção da Rede Brasileira, as contradições existentes em financiar com capital privado empreendimentos de economia solidária, como construir uma ação para o desenvolvimento local por meio de BCDs, o desenvolvimento de experiências de desenvolvimento local em locais território onde há presença do tráfico de drogas, entre outras questões.

O estudo de caso sobre o Banco do Preventório possibilitou entender problemas específicos, todavia traz questões que podem ser objeto de estudos sobre os BCDs, a economia

solidária e outras experiências de finanças solidárias, em sentido amplo. Além disso, a pesquisa se deu em uma favela de Niterói, onde vimos diversos problemas sociais que seguem se reproduzindo numa conjuntura atual complexa de desinvestimento em políticas sociais, crise política e econômica, no Brasil. Esse contexto permite pensar novas pesquisas que visam investigar o impacto no local dessa conjuntura, as consequências da macropolítica e como as pessoas, assim como as organizações, estão lidando com isso e como está acontecendo a reprodução social neste período histórico.

Conseguimos extrair importantes compreensões sobre o processo de implantação e de desenvolvimento Banco e a correlação disso com o desenvolvimento local no morro do Preventório. A pesquisa foi tomando corpo como um processo descritivo e histórico, porém também analítico, sendo utilizada a metodologia de estudo de caso. Recuperando o objetivo da pesquisa, que é entender o processo de implantação e o desenvolvimento das atividades do BCD Preventório e as especificidades do Banco na sua relação com o território para, desta forma, compreender principalmente a contribuição da organização para o desenvolvimento local, encontramos algumas respostas que serão expostas.

Durante as observações participantes e também quando aplicamos as entrevistas, notamos que todas as categorias, sendo elas, gestores, assessores e usuários, afirmaram em algum momento da pesquisa que o Banco tornou-se uma referência, ainda que isso tenha múltiplos significados.

Dentre os significados mais encontrados que, segundo os entrevistados, tornam o Banco uma referência, destacamos: um espaço de cidadania no qual os moradores podem ser acolhidos para conversar sobre qualquer problema diariamente, local onde também encontram serviços que julgam importantes, como por exemplo o pagamentos de programas sociais de governos; única organização de finanças solidárias da cidade que obteve reconhecimento público por meio de prêmios e projetos; e as práticas autogestionárias determinam as ações do Banco.

Identificamos que o Banco suportou e desenvolveu vários projetos sociais durante o período pesquisado e foi parte de pesquisas de diversas universidades no Brasil e no exterior, assim como conjuntamente desenvolveu projetos de extensão com a UFF e a UFRJ. Sobre isso, observamos que o Banco é administrativamente gerido pela Associação para o Desenvolvimento Solidário do Preventório; conforme destacamos na pesquisa, a mesma foi criada com essa finalidade, foi formada apenas por moradores da comunidade e estava previsto em seu estatuto o desenvolvimento de projetos com finalidades diversas que transversalmente impactam transformações no território.

Nas entrevistas, encontramos que a totalidade dos gestores do Banco eram oriundos de outros projetos sociais e/ou políticas sociais; havia um certo desejo de atuarem em várias frentes com o objetivo de melhorar a comunidade, o que de fato ocorreu. Notamos que o Banco, por ter como finalidade o desenvolvimento local e está imerso no território, tem alto potencial para o desenvolvimento de projetos sociais.

Vimos que o microcrédito e a circulação de moedas sociais foi visto como muito significativo para a comunidade e, a partir disso, pode-se inferir que a suspensão destes serviços afetou a representatividade do Banco; houve críticas com referência a ação de suspender o microcrédito sem informar os motivos, ainda que se reconheça a necessidade do retorno justificada pela utilidade social deste serviço.

Sobre a moeda social, notamos que houve muita dificuldade de implantação e seguiu a mesma crítica que se teve em relação ao microcrédito, pois sua circulação também foi suspensa.

Notamos que, nos autores estudados, existe divergência sobre o uso de subsídios nas operações de microcréditos. Alguns autores não concordam de forma alguma e outros apoiam dependendo de condicionantes variadas, em uma posição de meio termo. Enxergamos que o Banco não suportou manter uma taxa subsidiada, podemos deduzir isso a partir da suspensão das operações de microcréditos no ano de 2016, mesmo ano que acaba o convênio do programa de finanças solidárias da SENAES, que apoiava o Banco com o pagamento de despesas com pessoal e de formação dos agentes de desenvolvimento.

Registramos que as decisões políticas que são externas à comunidade na forma de intervenção na economia e/ou em políticas sociais são fundamentais para o desenvolvimento do local também; podem interferir para melhorar ou piorar a realidade. É necessária que as favelas ocupem também este espaço de decisão, onde a macropolítica está sendo elaborada, porque o povo deve estar presente e se fazer representado.

Ainda que nesta pesquisa não tenhamos nos dedicado ao estudo das interrelações e conexões existentes na rede que o Banco está inserido, notamos que é muito relevante para o funcionamento dos BCDs fazer parte e/ou alimentar um conjunto de relações com atores locais ou externos. Sobre isso, observamos que o Banco, ao longo de sua trajetória, se articulou em rede e isso tem relação com os projetos que o mesmo desenvolveu, e também com uma certa capacidade de construir diálogos institucionais. Podemos deduzir que isso se deu naturalmente, justificado pelos objetivos organizacionais do Banco e/ou pela organização coletiva dos gestores identificando, usualmente, quais atores devem ser procurados quando é necessário

resolver alguma questão comunitária.

Na rede em que o Banco está inserido, existem pessoas e organizações que já estão juntas faz muitos anos e que colaboram entre si; são voluntários, pesquisadores, outras organizações da sociedade civil, etc. Esse é um resultado importante, pois é um acúmulo de apoios que ajudam a organização a se manter ativa e a todo o tempo mudando. Isso nos provoca a pensar o papel dos BCDs como reorganizadores da rede local ou será que é ela, a rede local, que reorganiza os BCDs? Isso é algo que deve ser melhor estudado, numa outra oportunidade. Ressaltamos que isso é um debate presente no marco teórico-conceitual dos BCDs, expresso principalmente no seu termo de referência.

Tentamos aqui destacar importantes contribuições que essa pesquisa trouxe para compreender os processos que levam o Banco a contribuir com o desenvolvimento local, levantando questões específicas dessas experiências na sua relação com o território e com a economia solidária, discutindo problemas e contradições existentes. Destacamos a construção da referência que o Banco se tornou, a realização de projetos para o desenvolvimento local, as potencialidades e as dificuldades na implantação dos serviços financeiros, o tipo de desenvolvimento local que é feito por meio do Banco e suas fragilidades e potencialidades, aspectos de autogestão na experiência e a construção de redes através do Banco.

Todavia, existem outras questões que podem ser estudadas e exploradas, sendo abordadas por perspectivas novas, assim como ações da Rede Brasileira pouco pesquisadas, que não fizeram parte dos objetivos dessa pesquisa, mas que consideramos relevante apenas apresentá-las, por fazerem parte de uma conjuntura atual complexa, destacando-se a apropriação de tecnologias do mercado financeiro para entregas de produtos financeiros por meio de bancos móveis por celular e o uso de plataformas na internet, já citadas nestes trabalho como E-dinheiro.

Outra parte muito importante são os diálogos que estão acontecendo na Rede, discussões sobre outras tecnologias que “rackeam o sistema”, sendo elas as criptomoedas, fundos de investimentos éticos, bancos digitais e entre outras que, desde 2015, estão se intensificando, sendo rodas de conversa, mesas e debates, sobre o que se denominou “fintechs” e como utilizá-las nos BCDs, e suas respectivas comunidades.

A respeito disso, notamos que há uma tentativa ainda difusa de compreender e verificar formas de apropriar-se das tecnologias que possibilitam ampliar o alcance das experiências protagonizadas pelos BCDs, e isso está integrado ao debate político sobre a democracia

econômica. Participam destes debates ativistas, movimentos sociais, pesquisadores e empresas que desenvolvem experiências buscando construir possibilidades de democracia economia. Como exemplo disso, o Instituto Palmas, em nome da Rede, assinou um contrato no mês de setembro de 2018 com a criptomoeda, chamada de Moeda, que utiliza a tecnologia de “blockchain” na sua organização e possui um fundo para financiamento de empreendimentos associativos e cooperativos. O objetivo dessa parceria é criar uma nova opção de microcrédito para o fortalecimento dos empreendimentos comunitários que estão na base dos BCDs, em todo o país.

Ressaltamos que estes diálogos e experimentações também têm como intenção encontrar novas formas de agir e pensar o desenvolvimento local, bem como criar recursos para manutenção dos BCDs e da própria Rede Brasileira. É quase que consenso na Rede que a conjuntura atual é muito difícil, porque estão escassos os recursos de investimento em organizações sociais e existe a perspectiva de apoio do governo federal, porém desde que o mesmo assumiu isso não se confirmou.

Consideramos que é relevante ressaltar que os diferentes tipos de experiências de finanças solidárias estão no campo das discussões de democracia econômica e se propõem a intervir no debate sobre a concentração de riquezas e a desigualdade no mundo; segundo Ladislau Dowbor⁴⁹, “1% do das pessoas concentram mais riqueza que 99% das pessoas em toda a terra; não é possível pensar a democracia sem haja igualdade”. Acredita-se que a apropriação destas tecnologias poderão ajudar a organizar formas de fugir da especulação dos sistemas bancários tradicionais, que praticam juros abusivos que estão arrancando uma grande parcela das economias população, tão logo ampliando as desigualdades no mundo.

O capital está concentrado em formas de especulação que estão dificultando as populações mais pobres, principalmente na produção de bens e serviços. A economia, conforme Genauto França⁵⁰ afirma, “deveria estar a serviço da vida e não do mercado, como estamos vendo atualmente”. Notamos que o investimento em ações, ou seja, no “rentismo”, estão mais rentáveis do que na produção de bens e serviços; esse ciclo é causador de graves problemas sociais. Nesse sentido, podemos inferir que produzir e gerar renda deveria ser a prioridade para a redução das desigualdades, sendo essa uma visão da metodologia de BCDs.

⁴⁹ Trecho retirado da fala de Ladislau Dowbor, na palestra no Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento, Fortaleza, Setembro de 2018.

⁵⁰ Trecho retirado da fala de Genauto França, na palestra no Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento, Fortaleza, Setembro de 2018.

As rodas de conversas, debates e encontros de organizações de economia solidária, especialmente de finanças solidárias, têm se pautado por tentativas de se conectar tecnologias, que via de regra buscam superar as desigualdades proporcionadas pelo sistema econômico atual, que está altamente concentrado em poucos Bancos e “mundializado”. É um campo vasto de novas apropriações tecnológicas que devem ser estudadas e pesquisadas; fazem parte de uma conjuntura atual complexa e que apontam novas configurações de organizar a economia prometendo justiça social e combate à desigualdade.

Por serem portadoras de uma intenção de transformação, trazem debates instigantes que permitem inúmeras perguntas e abordagens. Por essa razão, consideramos relevante descrever um pouco sobre isso, mesmo que, como falamos anteriormente, não seja o objeto deste estudo de caso, ainda que estes acontecimentos estão transformando as organizações de BCDs, e podemos deduzir que também afetam os outros tipos de organizações de finanças solidárias.

Por fim, o estudo de caso sobre o Banco do Preventório abriu novas perspectivas para o debate sobre as experiências de finanças solidárias e reconhecendo a significativa contribuição que estas organizações com a atuação territorial podem dar para o desenvolvimento local, e também despertando uma nova abordagem sobre o desenvolvimento local a partir de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da premissa que o Banco Comunitário do Preventório contribuiu para o desenvolvimento local, havia uma expectativa, deste estudo, de encontrar nas entrevistas e no trabalho de campo as referências sobre a importância das diversas ações empreendidas pelo Banco, demonstrando sua capacidade de intervenção comunitária, e encontrar uma crítica à ausência das ações do microcrédito e moedas sociais, tanto dos usuários quanto dos gestores do Banco.

Esperávamos uma avaliação positiva sobre os serviços financeiros oferecidos e esperávamos que as críticas estariam relacionadas, em sua maioria, à descontinuidade de algum serviço e/ou projeto. Sobre isso, destaca-se que o serviço de correspondente bancário é considerado muito importante, pois possibilita que as pessoas tenham acesso a diversos tipos de transações na comunidade, como pagamentos, depósitos e recebimentos de programas sociais, como por exemplo o Bolsa Família. Outro aspecto que se destaca é a relevância deste serviço ser realizado na própria comunidade por moradores que são gestores do Banco. Bem como esperávamos, também que o microcrédito e a circulação de moedas sociais fosse vista como muito significativo para a comunidade.

Ainda que não tenhamos feito uma sistematização dos projetos correalizados pelo Banco em comparação com os períodos de sua execução, vimos que nas duas primeiras fases analisadas nesta pesquisa, sendo elas denominadas, “Antecedentes da criação do Banco no Preventório e a Assessoria da Incubadora da UFF, na formação do Banco” houve maior execução de projetos. Sobre isso, retomamos a ideia que o Banco é uma organização que pode desenvolver ações diversas com focos distintos, porém que resultem numa intervenção sobre os problemas sociais do território, visto que, via de regra, atuou com a perspectiva de mudar a realidade local, a partir da mobilização do território. Concluimos, dessa forma, que ele esteve envolvido com as discussões e intervenções de desenvolvimento local.

Entretanto, conforme discutimos nesta pesquisa, este desenvolvimento possui múltiplas dimensões e significados. Em uma visão de mercado, o desenvolvimento, em princípio, é considerando apenas no aspecto econômico, entretanto o Banco atuou com a mobilização do território, adotando um tipo de desenvolvimento que pressupõe relações de solidariedade, reciprocidade e cooperação, em prol do bem-estar socioeconômico, político, cultural e ambiental no morro do Preventório (TENÓRIO, 2012). Neste tipo de desenvolvimento, a economia é apenas um dos enfoques.

Ainda que o Banco tenha buscado o desenvolvimento a partir dos serviços financeiros (microcréditos, moedas sociais e outros), foi preponderante sua ação de mobilização de atores locais que, juntos, realizaram diversos projetos e ações, envolvendo a sociedade civil, o mercado, e o poder público, inclusive. Mesmo que o envolvimento do poder público seja muito menor do que os gestores do Banco acreditam que deveria ser, lembramos que no período analisado o Banco desenvolveu uma única parceria com a Secretaria de Educação da Prefeitura de Niterói, lançando uma moeda social no Salão de Leitura de Niterói e não teve apoio do governo estadual, ainda que tenha participado do Conselho Estadual de Economia Solidária.

Observamos que os atores que interagem com o Banco não são apenas locais, como por exemplo os pesquisadores de universidades públicas que participaram ativamente nesta organização, bem como de suas atividades. Encontramos aqui outro sentido para o local, que ultrapassa a delimitação geográfica do território. Vimos que existe um conjunto de organizações que estão agindo no enfrentamento de problemas sociais que atingem comunidades de baixa renda como o Preventório, utilizando como referência, na cidade de Niterói, esta experiência.

Observamos também que a demarcação geográfica do Preventório como região ou local de ação do Banco também não é apropriada, pois existe um fluxo de interrelações intensas com outras comunidades do entorno, tendo como exemplo a comunidade de Jurujuba, que está na divisa do Preventório.

O diálogo no morro do Preventório com o poder público local ainda se dá numa relação clientelista, quase sempre, da seguinte forma: um representante comunitário que tem relações com a prefeitura “consegue” obras para seu caminho/rua e/ou para o caminho/rua de pessoas próximas, usando isso como trunfo eleitoral. Não se considera o planejamento do desenvolvimento da comunidade como um todo. Um problema complexo a ser destacado é a violência que acomete o Preventório e região. Notamos que sem uma ação sistêmica, onde a comunidade participe e faça propostas concretas para resolução de seus problemas, somadas a ação do poder público, é quase impossível ter uma melhora no que tange à segurança e à diminuição da violência. Isso pode ser notado nos depoimentos coletados na pesquisa de campo, entre os moradores, que demonstram que muito jovens estão morrendo ao trabalhar no e para o tráfico de drogas.

Identificamos outra dificuldade para implantar ações de desenvolvimento, que é a desarticulação dos atores locais que foi observada ainda na implantação do Banco. Conforme as entrevistas realizadas, existem diversos grupos representativos que não dialogam entre si e constroem relações com o poder local com vista ao atendimento dos seus interesses. Já

houveram algumas tentativas do Banco de construir um diálogo entre estes atores, todavia não prosperou. Sobre isso, Tânia Fischer destaca que: “a articulação de comunidades de interesses esbarra em limites concretos do poder [...] nos limites do Estado e do mercado, quando não nos limites dos grupos sociais e dos indivíduos como atores potencialmente conflitivos [...]” (2002 *apud* TENÓRIO, 2012). Esse conflito dos atores prejudica o desenvolvimento da comunidade, pois sem consensos mínimos é difícil promover mudanças, e isso também prejudica o trabalho que o Banco se propõe.

Notamos que o Banco procura ser uma organização autogestionária e tentou construir fóruns comunitários, ainda que esta experiência não tenha se mantido. Semanalmente os gestores se reúnem para discutir problemas e debater ações a serem realizadas, dessa maneira tentam fazer que a autogestão seja efetiva. As pessoas que passaram pela gestão do Banco participaram de formações em economia solidária e autogestão. Mesmo que o Banco tenha sempre considerado em seu processo organizativo o princípio da autogestão, ali utilizado como método de trabalho, notamos que algumas pessoas viram no Banco um emprego tradicional, com limitações para o exercício da construção coletiva; isso demonstra as barreiras enfrentadas para colocar em prática a autogestão. Várias vezes notamos conflitos relacionados ao comportamento dos gestores no cerceamento do exercício democrático nos processos administrativos do Banco. Ainda assim, percebemos que a autogestão se aprende caminhando. É preciso ser solidário e ter um alto nível de comprometimento, e isso apareceu em algumas das respostas dos entrevistados. Podemos também considerar a autogestão como um processo político que pretende fortalecer a democracia no empreendimento solidário.

Diante do exposto, percebemos que não há clareza sobre o quê e como seria o desenvolvimento local proporcionado pelo Banco, nem pelos próprios trabalhadores, que entendem isso de forma plural, ainda que acreditem na sua ação individual e coletiva, contribuindo para a melhoria da comunidade. A ação do Banco como agente comunitário foi cobrada pelo público atendido; espera-se do mesmo mais ações comunitárias e mais intervenção política local. Observamos que é necessário um aprofundamento da organização sobre como conduzir uma atuação para o desenvolvimento que articule outros atores em torno de problemas no território.

As moedas sociais e o microcrédito foram citados como importantes para o desenvolvimento local e há uma cobrança para o retorno dessas atividades parcialmente interrompidas a partir de 2016.

O Banco construiu uma conduta, quase sempre, contra hegemônica e explorou os limites da relação Estado, Sociedade e Mercado. Como exemplo disso, podemos citar o financiamento público e privado nos projetos e atividades, assim como as relações entre as instituições públicas e privadas, marcadas por muitos conflitos e contradições que não foram objeto central desta pesquisa, ainda que tenham aparecido nos depoimentos dos sujeitos das pesquisas. Entende-se, deste modo, que esta dimensão de análise se constitui como objeto relevante para próximos estudos sobre BCDs.

Notamos que não era objetivo do Banco a busca de ser uma referência, em sentido geral, e que isso é resultado de sua própria ação no território, ainda que tenhamos encontrado críticas sobre suas ações, em que se pese como elas foram executadas, como foram realizados os projetos e os serviços, sua intervenção no território foi considerada baixa pela falta de mais projetos e serviços na comunidade, considerando que para alguns entrevistados deveria intervir mais sobre os seus problemas sociais.

Notamos que o Banco, por ter como finalidade o desenvolvimento local e estar imerso no território, tem alto potencial para o desenvolvimento de projetos sociais, como exemplo disso, encontramos ações com empresas, outros movimentos sociais, organizações não governamentais, universidades e governos.

Ainda que seja difícil analisar o resultado de projetos sociais desenvolvidos pelo Banco ou com apoio dele, e que os recursos para esse tipo de pesquisa estejam na atual conjuntura escassos, notamos que os próprios moradores criticam a falta desse tipo de ação na atualidade, ou que isso deveria ser mais intensificado. Justificam apontando os diversos problemas sociais que lhes afligem, tão logo identificam que uma liderança deveria interferir nestas questões, transferindo para um outro ator a resolução dos problemas locais. Esse comportamento também pode se constituir como uma relevante dimensão de análise em estudos futuros.

Uma questão delicada para as experiências de BCDs os juros que devem ser aplicados nos microcréditos. Observamos que os juros compõem uma remuneração significativa para recompor o fundo de investimento comunitário e apoiar o pagamento de despesas do funcionamento do Banco. Quando este juro está subsidiado e/ou com uma taxa abaixo do que seria necessário para recompor o fundo e apoiar o pagamento dos custos, isso leva à diminuição do fundo. Além disso, deve ser considerada a taxa inadimplência, mesmo que os BCDs apresentem inadimplência inferior de mercado.

Vimos que, no Banco do Preventório, o fundo de investimento comunitário foi

diminuindo; pode-se inferir algumas razões que levaram a isso, sendo elas a taxa de juros subsidiada, a inadimplência, a ausência de recursos para o pagamentos de despesas ordinárias pelo fim do apoio de políticas públicas e a não cobrança de juros nas operações de crédito para o consumo. A não cobrança de juros nas operações de microcrédito para o consumo é apontado por alguns gestores como elemento que não havia concordância entre todos, mas foi mantida devido às orientações metodológicas presentes nos documentos da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Notamos que, nos autores estudados, há divergência sobre o uso de subsídios nas operações de microcréditos. Alguns autores não concordam de forma alguma e outros apoiam, dependendo de condicionantes variadas, em uma posição de meio termo. Enxergamos que o Banco não suportou manter uma taxa subsidiada. Podemos deduzir isso a partir da suspensão das operações de microcréditos no ano de 2016, mesmo ano que acaba o convênio do programa de finanças solidárias da SENAES, que apoiava o Banco com o pagamento de despesas com pessoal e de formação dos agentes de desenvolvimento. É importante ressaltar que quando a taxa de juros está subsidiada, ela está abaixo de seu valor real, porque o valor real deveria devolver o capital e ser suficiente para pagar as despesas da operação, podendo ou não ainda ter uma remuneração especulativa. A remuneração especulativa está fora dos princípios da economia solidária e não deveria existir em experiências de finanças solidárias.

Outro fator que deve ser melhor estudado é o crédito para o consumo sem juros, podemos inferir que a falta de juros se dá pelo subsídio dessa operação, ainda que a mesma possa ter inadimplência e tem custos. No caso do Banco do Preventório a não devolução impactou na diminuição do fundo de investimento comunitário. É importante afirmar que o fundo de investimento comunitário é fundamental para os BCDs, sem ele não é possível ofertar os serviços de concessão de microcréditos e de circulação da moeda social. No referencial teórico da pesquisa abordamos que muito raramente os governos aportaram recursos para formação de fundos dos BCDs, por isso é relevante o cuidado com a manutenção destes recursos que são escassos. É um grande desafio para a Rede Brasileira a captação de recursos para os fundos dos BCDs de uma maneira geral, sendo isso um grande debate nos encontros da mesma.

Observamos durante a pesquisa com os usuários do Banco uma expectativa que ele atue mais no desenvolvimento local, em tom de crítica, justificam essa espera comparando as necessidades atuais de melhoria na comunidade, reforçando que o Banco deve manter projetos complementares, e o mesmo deve dialogar e articular ainda mais com as organizações do Preventório.

Demonstram também não compreender a falta de projetos e não têm ciência dos limites da política de desinvestimento no social na atual conjuntura. Isto nos remete novamente a reforçar que as decisões macropolíticas dos governos estão dificultando as ações locais, como tínhamos observado anteriormente.

Independente disso, existe uma avaliação positiva sobre a contribuição do Banco para o desenvolvimento local em vários aspectos, que principalmente apareceram nas entrevistas; porém, nesse ponto, identificamos críticas sobre a necessidade de retornar as ações de microcréditos e projetos socioeconômicos.

Por fim, ainda sobre o Banco e a sua relação com o desenvolvimento local, observamos a necessidade de realização de estudos e pesquisas sobre os problemas sociais que impactam a região, ampliando a dimensão da localidade. A partir dos resultados desses estudos, deveria ser articulado com os atores locais intervenções sobre os problemas, dessa forma a informação gerada seria instrumento para apoiar a mobilização e articulação do território que, conforme as entrevistas, está enfraquecida.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADDOR, Felipe; HENRIQUES, Flávio Chedid (org.). **Tecnologia, Participação e Território: Reflexões a partir da prática extensionista**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2015.
- BANCO PERIFERIA, Instituto. **Banco Comunitário Digital: Criando Negócios Sustentáveis a partir da Plataforma E-dinheiro**. Vitória. 2016.
- BARBOSA, Érica. (2013). Morro do Preventório e a construção de seu banco: uma etnografia engajada. IN: FRANÇA, Bárbara (org.). **Bancos Comunitários do Preventório e Saracuruna: Experiências pioneiras de financiamento e extensão universitária no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2013.
- COELHO, Franklin. (2003). Finanças Solidárias. IN: CATTANI, Antônio (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- DAGNINO, Renato (org.). **Tecnologia Social: Ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas. Komedi, 2010.
- DIONNE, H (2007). **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Brasília: Líber Livro Editora. 120p.
- FLICK, Uwe (2004). **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman. 312p.
- FRANÇA FILHO, G.C.,; LAVILLE, J. L, MEDEIROS, Alzira, MAGNEN, J.(org) – **Ação Pública e economia solidária uma perspectiva internacional**. Coleção sociedade e solidariedade (5). Porto Alegre. Editora UFBA/Editora UFRGS, 2006.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho, LEAL, Leonardo, RIGO, Ariádne. (2015). **Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias: Apresentando a Realidade do Nordeste e Discutindo Preposições**. Desenvolvimento em Questão, v. 13, p. 70-107, 2015.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. (2013). Por que os BCDs são uma forma de organização original? IN: NESOL-USP e Instituto Palmas. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9 Editora, 2013. p.180 v.1.
- FRANÇA, Bárbara (Org.). **Bancos Comunitários do Preventório e Saracuruna: Experiências pioneiras de financiamento e extensão universitária no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2013.

FRANÇA, Barbara; BARBOSA, Erica; CASTRO, Rafaelle; SANTOS, Rodrigo. **Guia de Economia Solidária: porque não organizar cooperativas populares para populações carentes.** Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.

FRANÇA, Genauto. **A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?** Rio de Janeiro. EBAPE, 2004.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** 25ed. São Paulo : Paz e Terra, 54p. 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3, 1987.

GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil.** Coleção sociedade e solidariedade (1) Editora UFRGS Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

JARA HOLLIDAY, Oscar (2012). **A Sistematização de Experiências, Prática e Teoria para Outros Mundos Possíveis.** Brasília-DF: CONTAG. 332p.

LIANZA, S. & ADDOR, F. (orgs.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário.** Coleção sociedade e solidariedade (3) Porto Alegre: Editora UFRGS/SOLTEC, 2005.

LIETAER, Bernard; PRIMAVERA, Heloisa. (2013). **Moedas Complementares, bancos comunitários e o futuro que podemos construir.** IN: NESOL-USP e Instituto Palmas. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando.** São Paulo: A9 Editora, 2013. p.180 v.1

MANCE, Euclides. **Redes de Colaboração Solidária: aspectos econômicos-filosóficos - complexidade e libertação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p.364.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **O poder do circulante local: a moeda social no Conjunto Palmeira.** Fortaleza: Instituto Palmas. 2005.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos comunitários de desenvolvimento: uma rede sob o controle da comunidade.** Fortaleza: Arte Visual, 2006.

MINÀ, Gianni. **Um outro mundo é possível.** Editora Record. 2003.

MORIN, A (2004). **Pesquisa-ação integral e sistêmica: Uma antropopedagogia renovada.** Rio de Janeiro: DP&A. 230 p.

NERI, Marcelo (org.). **Microcrédito, o Mistério Nordeste e o Grameen Brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

NERI, Marcelo; BUCHMANN, Gabriel; HARRIS, Helen; ANDARI, Ana. (2008).

Microcrédito: teoria e prática. IN: NERI, Marcelo (org.). **Microcrédito, o Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro**: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

NESOL-USP (org.). **Ação Nacional de Finanças Solidárias**: o programa da Senaes entre 2003 a 2016 (Cadernos de Finanças Solidárias). São Paulo. MTE, 2016.

NESOL-USP (org.). **Finanças solidárias**. São Paulo. NESOL-USP, 2015.

NESOL-USP (org.). **Intercâmbio técnico de Finanças Solidárias**: partilhar, reconhecer, sistematizar. São Paulo. NESOL-USP, 2016.

NESOL-USP (org.). **Sistema financeiro: decifrar, refletir, desconstruir**. São Paulo. NESOL-USP, 2015.

NESOL-USP. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. São Paulo. MTE. 2013.

PALMAS, Instituto. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento**: uma rede sob controle da comunidade. Fortaleza, 2006.

PALMAS, Instituto. **Cartilha de Multiplicadores da Metodologia de Bancos Comunitários**. Fortaleza. MTE, 2011.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Termo de referência dos bancos comunitários de desenvolvimento**. Ceará, 2007. Disponível em: <
[www.institutobancopalmas.org/termo-de-referencia-dos-bancos-comunitarios-de-](http://www.institutobancopalmas.org/termo-de-referencia-dos-bancos-comunitarios-de-desenvolvimento)
 desenvolvimento>. Acessado em: 10 de julho de 2018.

RODRIGUES, Gislane. (2013). Morro do Preventório e a construção de seu banco: uma etnografia engajada. IN: FRANÇA, Bárbara (org.). **Bancos Comunitários do Preventório e Saracuruna: Experiências pioneiras de financiamento e extensão universitária no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2013.

SINGER, Paul (2002). **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 127 p.

SINGER, Paul. **Aprender economia**. 24 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 202.

SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política**. 17 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 186.

SINGER, Paul. **O que é economia**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003. p.63.

TORQUATO, Shirley. Casa nova, vida nova: consumo, despesas, orçamento doméstico entre

moradores do PAC do Preventório. Rio de Janeiro. PPGA - UFF, 2013.

THIOLLENT, Michel (2012[1985]). **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18.ed. São Paulo: Cortez.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VASCONCELLOS, Bruna Mendes. **Politizando o cuidar: as mulheres do Sul na construção de alternativas sociotécnicas**. Campinas. UNICAMP, 2017.

YIN, Robert k. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre. Bookman, 2005.

Entrevistas

CAMARGO, M. G.: depoimento [maio. 2018]. Entrevistador: Ferreira. Marcos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Entrevista concedida durante pesquisa da dissertação “Banco Comunitário do Preventório: uma experiência de Economia Solidária”.

CASTRO, R.M.: depoimento [maio. 2018]. Entrevistador: Ferreira. Marcos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Entrevista concedida durante pesquisa da dissertação “Banco Comunitário do Preventório: uma experiência de Economia Solidária”.

COSTA, M. C. P.: depoimento [maio. 2018]. Entrevistador: Ferreira. Marcos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Entrevista concedida durante pesquisa da dissertação “Banco Comunitário do Preventório: uma experiência de Economia Solidária”.

FRANÇA, B. H.: depoimento [maio. 2018]. Entrevistador: Ferreira. Marcos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Entrevista concedida durante pesquisa da dissertação “Banco Comunitário do Preventório: uma experiência de Economia Solidária”.

MORENO, I.: depoimento [maio. 2018]. Entrevistador: Ferreira. Marcos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Entrevista concedida durante pesquisa da dissertação “Banco Comunitário do Preventório: uma experiência de Economia Solidária”.

NASCIMENTO, M. SILVA.: depoimento [maio. 2018]. Entrevistador: Ferreira. Marcos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Entrevista concedida durante pesquisa da dissertação “Banco Comunitário do Preventório: uma experiência de Economia Solidária”.

OLIVEIRA, M. G. N.: depoimento [maio. 2018]. Entrevistador: Ferreira. Marcos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Entrevista concedida durante pesquisa da dissertação “Banco Comunitário do Preventório: uma experiência de Economia Solidária”.

RODRIGUES, S. M. S. F.:depoimento [maio. 2018]. Entrevistador: Ferreira. Marcos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Entrevista concedida durante pesquisa da dissertação “Banco Comunitário do Preventório: uma experiência de Economia Solidária”.

SILVA, M. H. G.: depoimento [maio. 2018]. Entrevistador: Ferreira. Marcos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Entrevista concedida durante pesquisa da dissertação “Banco Comunitário do Preventório: uma experiência de Economia Solidária”.

VENTURA, E. C. B.: depoimento [maio. 2018]. Entrevistador: Ferreira. Marcos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Entrevista concedida durante pesquisa da dissertação “Banco Comunitário do Preventório: uma experiência de Economia Solidária”.

Jornais:

REDEBRASILATUAL. Fim de ciclo: Após 13 anos Paul Singer deixa Secretaria de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/06/apos-13-anos-paul-singer-deixa-secretaria-de-economia-solidaria-4743.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

Preventório tem banco que não cobra juros nem comprovante de renda. Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/niteroi/2014-05-31/preventorio-tem-banco-que-nao-cobra-juros-nem-comprovante-de-renda.html. Acesso em: 20 set. 2018.

Banco comunitário do Preventório brilha em prêmio nacional. Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/niteroi/2015-06-20/banco-comunitario-do-preventorio-brilha-em-premio-nacional.html. Acesso em: 20 set. 2018.